JORNAL DIARIO DO ACIONISTA
LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2025.04.02 06:28:15 -03'00'

Diário do Acionista

ANO IX • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 2 de abril de 2025 • Nº 2022 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

REAÇÃO A TRUMP

# Senadores aprovam PL da Reciprocidade

Com 70 votos favoráveis e nenhum contrário, o Senado Federal aprovou, ontem, o "PL da Reciprocidade", projeto de lei que estabelece critérios para que o Brasil responda a "medidas unilaterais" adotadas por países ou blocos econômicos que afetem a competitividade internacional do País. A matéria já havia sido aprovada mais cedo pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, em caráter terminativo, ou seja, sem a necessidade de que o texto fosse para a análise do plenário. No entanto, o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), considerou de "bom tom" que a apreciação não se restringisse ao colegiado. A matéria segue, então, para a Câmara dos Deputados. Na expectativa de Randolfe, o ideal é que os deputados aprovem o texto até hoje, como um gesto de resposta ao "tarifaço" do presidente dos EUA, Donald Trump. PÁGINA 2

**Especial**

Agro impulsiona PIB em janeiro de 2025

PÁGINA 4

BRASÍLIA

# MP vai investigar compra do Banco Master pelo BRB

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) informou ontem que vai investigar a compra do Banco Master pelo Banco de Brasília (BRB), instituição financeira ligada ao governo do DF. De acordo com o Ministério Público, foi aberto inquérito civil para apurar as circunstâncias da operação de compra e venda das ações pelo BRB. O caso será avaliado pela Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social (Prodep). O Ministério Público de Contas do Distrito Federal também se mobilizou e vai apurar o processo de aquisição. Se irregularidades forem encontradas, o órgão pretende entrar com uma representação ao Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF). PÁGINA 2

EDUCAÇÃO

## SP lança edital para privatizar administração de 143 escolas

Ogoverno de São Paulo autorizou a publicação de um edital de licitação para transferir para a iniciativa privada a gestão de 143 escolas públicas do estado. A autorização foi publicada no Diário Oficial de ontem. A concessão prevê a reforma, operação e manutenção dessas 143 escolas estaduais. A publicação do edital foi aprovada em reunião do Programa de Parcerias em Investimentos do Estado de São Paulo (PPI-SP), realizada na semana passada. "O Colegiado deliberou pela aprovação da modelagem final, com autorização de publicação do edital de licitação e demais medidas necessárias à viabilização da concessão patrocinada para reforma, operação e manutenção de 143 unidades escolares da rede estadual de educação", diz a deliberação que foi publicada em Diário Oficial. Recentemente, o vice-governador de São Paulo, Felício Ramuth, disse que o governo paulista pretendia fazer o leilão das 143 escolas no segundo semestre deste ano. PÁGINA 7

OITO ESTADOS

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASL

# Dino suspende repasse de emendas para universidades

O ministro Flávio Dino (**foto**), do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a suspensão imediata de novos repasses de emendas parlamentares para as universidades estaduais e suas fundações de apoio em oito estados: Acre, Alagoas, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rondônia e Sergipe. De acordo com Dino, em despacho publicado ontem, esses estados não enviaram ao STF novas regras de transparência para a aplicação da verba federal. O ministro ainda deu mais 15 dias para os estados Bahia, Espírito Santo, Goiás, Pará, Paraná, Rio de Janeiro e Tocantins complementarem as informações já enviadas, que foram consideradas insuficientes por Dino. Em 12 de janeiro, o ministro mandou a União e os Estados publicarem novas normas e orientações sobre a aplicação e prestação de contas adequadas das emendas parlamentares. A determinação veio após um relatório da Controladoria-Geral da União (CGU) apontar que 13 entidades sem fins lucrativos que recebem um grande montante de emendas não dão transparência ao uso dos recursos. Oito fundações ligadas a universidades públicas estavam entre essas entidades que sofreram bloqueio de repasses de emendas parlamentares. PÁGINA 5

RIO

## Ministério da Saúde reforça vacinação contra sarampo

PÁGINA 8

VÉSPERAS DO TARIFAÇO

# Relatório dos EUA critica tarifas do Brasil

Relatório divulgado na segunda-feira passada por escritório ligado ao governo dos Estados Unidos (EUA) faz críticas ao modelo de tarifas que o Brasil impõe às importações. O texto critica tarifas brasileiras sobre etanol, filmes estadunidenses, bebidas alcoólicas, produtos de telecomunicações, máquinas e equipamentos e carne suína, além de reclamar da preferência dada pela legislação e normas do Brasil aos produtores nacionais. O documento deve servir de base ao novo tarifaço que o presidente, Donald Trump, prometeu anunciar hoje. Trump afirmou que vai impor "tarifas recíprocas" com a taxação de produtos de todos os países que cobrem impostos para importação de bens e produtos estadunidenses. O chefe da Casa Branca tem chamado o novo tarifaço de "Dia da Libertação". Para subsidiar as novas tarifas, o Escritório do Representante Comercial dos EUA (USTR) produziu documento de quase 400 páginas que descreve as tarifas que os EUA enfrentam. PÁGINA 8

## INDICADORES

**IBOVESPA 0,68% / 131.147,29 / 887,75 / Volume: 18.153.031.281 / Negócios: 3.614.328**

**Mais Negociados**

| | Preço | % | Oscil. |
|---|---|---|---|
| HAPVIDA ON NM | 2,22 | +0,45 | +0,01 |
| COGNA ON ON ATZ NM | 2,16 | +3,35 | +0,07 |
| CARREFOUR BRON NM | 7,35 | +1,38 | +0,10 |
| INFRACOMM ON ES NM | 0,120 | +9,09 | +0,010 |
| GRUPO NATURAON NM | 9,20 | –7,91 | –0,79 |

**Maiores Altas**

| | Preço | % | Oscil. |
|---|---|---|---|
| PDG REALT ON NM | 0,95 | +25,00 | +0,19 |
| OI PN N1 | 8,12 | +21,92 | +1,46 |
| TC ON NM | 7,320 | +16,01 | +1,010 |
| GAFISA ON NM | 2,55 | +12,33 | +0,28 |
| PARANAPANEMAON NM | 1,21 | +12,04 | +0,13 |

**Maiores Baixas**

| | Preço | % | Oscil. |
|---|---|---|---|
| ESTRELA ON | 5,00 | –34,21 | –2,60 |
| BIOMA EDUC ON MA | 3,42 | –14,50 | –0,58 |
| ALLIAR ON NM | 6,85 | –11,73 | –0,91 |
| AZEVEDO PN | 0,93 | –9,71 | –0,10 |
| AZEVEDO ON | 0,84 | –9,68 | –0,09 |

**Bolsas no mundo**

| | Fechamento | % |
|---|---|---|
| Dow Jones | 41.989,96 | -0,03 |
| S&P 500 | 5.633,07 | +0,38 |
| NASDAQ Composite | 17.449,89 | +0,87 |
| Nasdaq 100 | 19.436,422 | +0,82 |
| Euronext 100 | 1.568,9 | +1,08 |
| CAC 40 | 7.876,36 | +1,10 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Salário mínimo** | R$ 1.412,00 | **IGP-M** | 1,06% (fev.) | **EURO turismo** | |
| **Ufir-RJ** | R$ 4,5373 | **IPCA** | 1,31% (fev.) | Compra: 6,2210 | Venda: 6,4010 |
| **Taxa Selic** | | **CDI** | | **DÓLAR Ptax - BC** | |
| (19/03) | 14,25% | (19/03) | 13,25% | Compra: 5,7051 | -0,65% |
| **TR** | | **OURO** | | **DÓLAR comercial** | |
| (02/04) | 0,1430% | BM&F/grama/RJ | R$ 574,76 | Compra: 5,6827 | Venda: 5,6833 |
| **Poupança** | | **EURO Comercial** | | **DÓLAR turismo** | |
| (02/04) | 0,6437% | Compra: 6,1315 | Venda: 6,1322 | Compra: 5,7349 | Venda: 5,9194 |

MERCADOS

# Bovespa fecha em alta de 0,68%, aos 131,1 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Na véspera do Dia da Libertação - como esta quarta-feira, está sendo tratada, nos Estados Unidos, pelo governo Donald Trump -, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) encontrou ontem pernas próprias para se descolar da cautela externa, em alta de 0,68%, aos 131.147,29 pontos. Da mínima à máxima da sessão, foi dos 130 080,54 aos 131.982,29 pontos, saindo de abertura aos 130.266,57. O giro financeiro subiu a R$ 24,7 bilhões ontem.

Em Nova York, o dia foi de variação contida para os principais índices de ações, entre -0,03% (Dow Jones) e +0,87% (Nasdaq) no fechamento da sessão.

Na Bolsa, o dia foi de alinhamento positivo para a maioria das blue chips, apesar de alguma perda de dinamismo nesses papéis ao longo da tarde. Assim, Petrobras ON, que chegou a subir mais de 3% no melhor momento, fechou ainda em alta de 0,51%, enquanto a PN avançou 0,38%.

Vale ON, por sua vez, teve alta de 0,86% e, entre os grandes bancos, as variações ficaram entre -0,16% (Bradesco PN) e +0,54% (Bradesco ON). Na ponta ganhadora, Assai (+5,57%), Telefônica Brasil (+4,96%) e Localiza (+4,50%). No lado oposto, Natura (-7,91%), Braskem (-3,45%) e Azul (-2,74%). Na semana, o Ibovespa (Índice Bovespa) ainda cede 0,57% e, no ano, avança 9,03%.

### DÓLAR

Após uma alta moderada nas primeiras horas de negócios, o dólar passou a cair no fim da manhã de ontem, no mercado local em sintonia com o ambiente externo.

Com máxima a R$ 5,7323 e mínima a R$ 5,6734 o dólar à vista encerrou o pregão de ontem em queda de 0,4%, a R$ 5,6824 - abaixo do nível de R$ 5,70 no fechamento pela primeira vez desde 20 de março.

No ano, a moeda agora acumula perdas de 8,05%.

BRASÍLIA

# MP vai investigar compra do Banco Master pelo BRB

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) informou ontem que vai investigar a compra do Banco Master pelo Banco de Brasília (BRB), instituição financeira ligada ao governo do DF.

De acordo com o Ministério Público, foi aberto inquérito civil para apurar as circunstâncias da operação de compra e venda das ações pelo BRB. O caso será avaliado pela Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social (Prodep).

O Ministério Público de Contas do Distrito Federal também se mobilizou e vai apurar o processo de aquisição. Se irregularidades forem encontradas, o órgão pretende entrar com uma representação ao Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF).

No fim da tarde de sexta-feira passada, o BRB anunciou a intenção de comprar o Banco Master por R$ 2 bilhões. O BRB ficaria com 58% do capital total e 49% das ações ordinárias do Master.

### NEGÓCIO POLÊMICO

O negócio é polêmico porque o Banco Master tem uma política considerada agressiva para captar recursos, oferecendo rendimentos de até 140% do certificado de depósito bancário (CDI) a quem compra papéis da instituição financeira, bastante superiores às taxas médias para bancos pequenos, em torno de 110% a 120% do CDI.

Sem ter publicado o balanço de dezembro, o Master enfrenta desconfiança do mercado financeiro. Recentemente, o banco tentou uma emissão de títulos em dólares, mas não conseguiu captar recursos. Operações do banco com precatórios, títulos de dívidas de governos com sentença judicial definitiva, também aumentaram dúvidas sobre a situação financeira da instituição.

Recentemente, o BTG Pactual ofereceu apenas R$ 1 para assumir o controle do Master e assumir o passivo da instituição financeira. As dívidas seriam cobertas com recursos do Fundo Garantidor de Crédito (FGC), fundo que cobre investimentos de até R$ 250 mil por pessoa física ou pessoa jurídica em cada instituição financeira. No entanto, a falta de acordo entre os bancos que aportam recursos no FGC impediu o negócio de ir adiante.

O deputado distrital Fábio Félix (PSOL) havia pedido que o Ministério Público apurasse a negociação. O Sindicato dos Bancários de Brasília pedirá ao Banco Central e ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) que rejeitem o negócio. A entidade manifestou preocupação com uma possível gestão inadequada por parte do BRB e não descarta entrar na Justiça.

### OUTRO LADO

Em nota enviada à Agência Brasil, o BRB informou que tomou a iniciativa de informar o TCDF sobre a operação e se colocou à disposição para prestar esclarecimentos.

"O BRB informa que protocolou, na própria sexta-feira, em conjunto com os protocolos ao Banco Central referentes à operação de aquisição do Banco Master, notícia de fato ao Tribunal de Contas do Distrito Federal. Ao TCDF, o BRB disponibilizou, de forma pró-ativa, ofício com considerações da proposta de aquisição de 58% do Master e se disponibilizou a prestar qualquer esclarecimento necessário para compreensão da transação", declarou o banco.

# Com pedido de compra, Banco Master divulga lucro de R$ 1 bilhão em 2024

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Com pedido de compra pelo Banco de Brasília (BRB) e pelo BTG Pactual, o Banco Master lucrou R$ 1 bilhão no ano passado, quase o dobro dos ganhos de R$ 523 milhões registrados em 2023. A instituição divulgou ontem o balanço de 2024.

Tradicionalmente, as instituições financeiras divulgam o balanço do último trimestre de um ano no primeiro trimestre do ano seguinte. No entanto, os números saíram no primeiro dia do segundo trimestre.

Segundo os números, os resultados operacionais e as capitalizações sucessivas fizeram o patrimônio líquido da instituição financeira saltar de R$ 2,3 bilhões em 2023 para R$ 4,7 bilhões em 2024. O patrimônio líquido representa tudo o que sobra de uma empresa após quitar os passivos.

O total de ativos do Banco Master encerrou 2024 em R$ 63 bilhões, contra R$ 36 bilhões no ano anterior. Os resultados foram auditados pela KPMG, uma das principais empresas de contabilidade do mundo.

A carteira de crédito da instituição financeira ficou em R$ 40,31 bilhões. O Retorno sobre Patrimônio atingiu 28,5%, maior que o de grandes bancos. No ano passado, o Banco do Brasil registrou Retorno sobre o Patrimônio Líquido de 21,4%.

As receitas com operações de crédito somaram R$ 4,2 bilhões no ano passado, alta de 54,16% em relação aos R$ 2,7 bilhões em 2023. O lucro das operações com títulos e valores mobiliários aumentou de R$ 1,7 bilhão em 2023 para R$ 2,5 bilhões em 2025.

Segundo o Master, boa parte desse crescimento deve-se ao aumento da atuação no varejo, com investimentos na concessão de crédito consignado por meio da financeira Credcesta e do crescimento da base de clientes do Will Bank, ramo digital do banco que atua principalmente na Região Nordeste. O balanço também destacou a compra do banco de negócios Voiter, no ano passado, com aval do Banco Central.

Para reduzir os custos operacionais, o Master unificou as operações do Will Bank, da Credcesta e da seguradora Kovr. O balanço também informou que a instituição financeira ampliou o investimento em governança, com a criação de um conselho consultivo e de comitês, como o de auditoria.

ANP

# Produção de petróleo sobe 1,1% em fevereiro

VITOR ABDALA/ABRASIL

A produção nacional de petróleo chegou a 3,488 milhões de barris por dia em fevereiro deste ano, segundo dados divulgados ontem, no Rio de Janeiro, pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O resultado foi 1,1% acima do anotado no mês anterior e 1,2% superior ao observado em fevereiro de 2024.

Desse total, 2,74 milhões de barris por dia foram extraídos de poços localizados na camada do pré-sal, ou seja, 78,6% do total da produção nacional. Os campos marítimos foram responsáveis por 97,4% dos 3,488 milhões de barris.

A produção de gás natural atingiu 158,76 milhões de metros cúbicos por dia, ou seja, houve queda de 1,2% em relação ao mês anterior. Na comparação com fevereiro de 2024, no entanto, foi anotado um aumento de 6,8%.

### GÁS NATURAL

O pré-sal respondeu por 79,4% da produção de gás natural no país (126,02 milhões de metros cúbicos). Do total de gás produzido no Brasil 87,1% vieram de campos marítimos.

O campo de Tupi, no pré-sal da Bacia de Santos, foi a maior área produtora em fevereiro, com 760,73 mil barris de petróleo (21,8% do total da produção nacional) e 38,17 milhões de metros cúbicos de gás (24% do total) por dia.

A plataforma que liderou a produção foi a FPSO Guanabara, localizada no campo de Mero, na Bacia de Santos, que extraiu, da camada pré-sal, 183,58 mil barris de petróleo (5,3% do total do país) e 12,03 milhões de metros cúbicos de gás (7,6% do total) por dia.

REAÇÃO A TRUMP

# Senado aprova PL da Reciprocidade a 'tarifaço' com 70 votos favoráveis

VICTOR OHANA/AE

Com 70 votos favoráveis e nenhum contrário, o Senado Federal aprovou, ontem, o "PL da Reciprocidade", projeto de lei que estabelece critérios para que o Brasil responda a "medidas unilaterais" adotadas por países ou blocos econômicos que afetem a competitividade internacional do País.

A matéria já havia sido aprovada mais cedo pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, em caráter terminativo, ou seja, sem a necessidade de que o texto fosse para a análise do plenário. No entanto, o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), considerou de "bom tom" que a apreciação não se restringisse ao colegiado.

A matéria segue, então, para a Câmara dos Deputados. Na expectativa de Randolfe, o ideal é que os deputados aprovem o texto até hoje, como um gesto de resposta ao "tarifaço" do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, a ser anunciado na data.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), disse que a matéria é "fundamental" para que o Parlamento brasileiro demonstre altivez diante dos demais países. Já a relatora Tereza Cristina (PP-MS) frisou que não se trata de uma retaliação a um único país, mas uma alternativa para que o Brasil responda a eventuais excessos contra o seu mercado.

PRIMEIRO BIMESTRE

# Vendas da indústria paulista crescem 16,1%

BRUNO BOCCHINI/ABRASIL

As vendas da indústria paulista cresceram 16,1% no primeiro bimestre de 2025 em comparação a igual período do ano passado. O resultado mostra uma inversão em relação aos primeiros bimestres de 2024, 2023, e 2022, quando as vendas, comparadas com o ano anterior, tiveram retração de 7,4%, 3,3% e 9,2%, respectivamente.

Nos dois primeiros meses deste ano, as horas trabalhadas na indústria paulista aumentaram 3,8% em comparação com o acumulado de janeiro e fevereiro de 2024; e os salários reais médios tiveram redução de 0,7% no período. Os dados, divulgados ontem, são da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

No acumulado em 12 meses, de março de 2024 a fevereiro de 2025, as vendas da indústria tiveram alta de 4,3%, terceiro resultado seguido em alta. O indicador de horas trabalhadas na produção também registra avanço, de 2,6%. Os salários reais médios tiveram elevação de 0,7% no período.

RELATÓRIO

# Banco Central divulga testes de estresse sobre as reservas internacionais

CÍCERO COTRIM

O Banco Central divulgou, no Relatório de Gestão das Reservas Internacionais de 2024, testes de estresse acerca do comportamento das reservas. Com base em valores de 31 de dezembro, a autarquia calcula que uma desvalorização de 30% das outras moedas das reservas contra o dólar levaria a uma perda de US$ 19,83 bilhões.

Uma valorização de 30%, em contrapartida, causaria ganhos na mesma magnitude para as reservas, segundo o BC. Altas ou baixas de 20% teriam impacto de US$ 13,22 bilhões no mesmo sentido. Variações de 10% teriam efeito de US$ 6,61 bilhões no mesmo sentido, e de 5%, de US$ 3,30 bilhões.

O BC também divulgou testes de estresse sobre o comportamento das taxas de juros de economias onde há investimentos das reservas. Uma elevação constante de 5 pontos porcentuais ao longo da curva, por exemplo, retiraria US$ 40,5 bilhões das reservas via marcação a mercado. Uma alta de 0,5 ponto teria impacto de US$ 4,6 bilhões no sentido oposto.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

# SUDESTE S.A.

CNPJ: 02.062.747/0001-08

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais) -** Cumpre-nos informar que a Sudeste S.A. ("Companhia") não realizou e/ou promoveu nenhuma mudança administrativa. Em dezembro de 2023, a Companhia adquiriu 13.960.806 ações sem valor nominal de emissão do Grupo Salta Educação S.A. ("Grupo Salta"), segregadas em 9.517.716 ações ordinárias nominativas e 4.443.090 ações preferenciais nominativas, perfazendo a participação de 3,72% no capital social do Grupo Salta. Em maio de 2024 a Companhia adquiriu 1.025.557 ações sem valor nominal do Grupo Salta, segregadas em 699.169 ações ordinárias nominativas e 326.388 ações preferenciais nominativas, perfazendo a participação de 3,73% no capital social do Grupo Salta. A evolução de suas operações e os principais fatos ocorridos neste exercício poderão ser examinados através das próprias Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas. Colocamo-nos à disposição de V. Sas., para quaisquer esclarecimentos adicionais. **Divulgação de Informações Sobre Serviços de Não Auditoria Independente -** Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, que trata da prestação de outros serviços pelos nossos auditores independentes – BKR - Lopes, Machado Auditores, informamos que não há outros serviços prestados pelos mesmos a SUDESTE S.A. Rio de Janeiro, 26 de março de 2025. SUDESTE S.A.

## Balanço Patrimonial - Em 31/12/2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

| Ativo | Nota | 2024 | 2023 |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 124 | 133 |
| Tributos a recuperar | 5 | 5 | 5 |
| Dividendos a receber | 6 | 187 | - |
| | | 316 | 138 |
| **Não Circulante** | | | |
| Investimentos | 6 | 131.095 | 121.533 |
| | | 131.095 | 121.533 |
| **Total do Ativo** | | **131.411** | **121.671** |
| **Passivo e Patrimônio Líquido** | **Nota** | **2024** | **2023** |
| **Circulante** | | | |
| Impostos e contribuições a recolher | | 1 | - |
| | | 1 | - |
| **Patrimônio Líquido** | 7 | | |
| Capital social | | 134.462 | 127.174 |
| Outros resultados abrangentes | | (296) | - |
| Prejuízos acumulados | | (2.756) | (5.503) |
| | | 131.410 | 121.671 |
| **Total do Passivo e Patrimônio líquido** | | **131.411** | **121.671** |

## Demonstração do Resultado

Exercícios Findos em 31/12/2024 e 2023

*(Em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) básico e diluído por ação)*

| Receitas (Despesas) operacionais | Nota | 2024 | 2023 |
|---|---|---|---|
| Despesas gerais e administrativas | 9 | (130) | (105) |
| Equivalência patrimonial | 6 | 2.905 | (1.132) |
| Despesas de serviços do sistema financeiro | | (16) | (16) |
| Despesas tributárias | | (23) | (20) |
| Outras receitas operacionais | | - | 13 |
| **Resultado antes do resultado financeiro** | | **2.736** | **(1.260)** |
| **Resultado financeiro** | 10 | | |
| Resultado financeiro líquido | | 11 | 17 |
| **Lucro líquido (prejuízo) do exercício** | | **2.747** | **(1.243)** |
| **Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação - (Em R$)** | 7.c | **0,0000001** | **(0,0000006)** |
| **Quantidade média ponderada de ações** | | 7.360.623.741.729 | 84.493.459.518 |

## Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios Findos em 31/12/2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

| | Nota | 2024 | 2023 |
|---|---|---|---|
| **Resultado do exercício** | | **2.747** | **(1.243)** |
| Outros resultados abrangentes: | | | |
| Equivalência reflexa | 7.d | (296) | - |
| **Resultado abrangente do exercíco** | | **2.451** | **(1.243)** |

## Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31/12/2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

| | Nota | Capital social | Prejuízos acumulados | Outros resultados abrangentes | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 01 de janeiro de 2023** | | **4.389** | **(4.260)** | **-** | **129** |
| Aumento de capital | 7.a | 122.785 | - | - | 122.785 |
| Prejuízo do exercício | | - | (1.243) | - | (1.243) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2023** | | **127.174** | **(5.503)** | **-** | **121.671** |
| Aumento de capital - AGE de 20/05/2024 | 7.a | 7.138 | - | - | 7.138 |
| Aumento de capital - AGE de 18/07/2024 | 7.a | 150 | - | - | 150 |
| Equivalência reflexa | | - | - | (296) | (296) |
| Lucro líquido do exercício | | - | 2.747 | - | 2.747 |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2024** | | **134.462** | **(2.756)** | **(296)** | **131.410** |

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios Findos em 31/12/2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

| Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais | Nota | 2024 | 2023 |
|---|---|---|---|
| Resultado do exercício | | 2.747 | (1.243) |
| Equivalência patrimonial | 6 | (2.905) | 1.132 |
| **Resultado do período exercício ajustado** | | **(158)** | **(111)** |
| **Aumento de ativos:** | | | |
| Tributos a recuperar | | - | (2) |
| **Redução (aumento) de passivos:** | | | |
| Impostos e contribuições a recolher | | 1 | - |
| **Caixa líquido consumido nas atividades operacionais** | | **(157)** | **(113)** |
| **Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento** | | | |
| Aquisição de investimento | 6 | (7.141) | (122.665) |
| **Recursos provenientes das atividades de investimento** | | **(7.141)** | **(122.665)** |
| **Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento** | | | |
| Aumento de capital | 7a | 7.289 | 122.785 |
| **Recursos provenientes das atividades de financiamento** | | **7.289** | **122.785** |
| **Aumento (redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa** | | **(9)** | **7** |
| Caixa e Equivalentes de Caixa Nno Início do Exercício | | 133 | 126 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício | | 124 | 133 |
| **Aumento (redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa** | | **(9)** | **7** |

## Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios Findos em 31/12/2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

| Insumos adquiridos de terceiros | 2024 | 2023 |
|---|---|---|
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (146) | (121) |
| **Valor adicionado bruto** | **(146)** | **(121)** |
| **Valor adicionado líquido produzido pela entidade** | **(146)** | **(121)** |
| **Valor adicionado recebido em transferência** | | |
| Receita financeira | 11 | 17 |
| Outras receitas operacionais | - | 13 |
| Equivalência patrimonial | 2.905 | (1.132) |
| | 2.916 | (1.102) |
| **Valor adicionado total a distribuir** | **2.770** | **(1.223)** |
| **Distribuição do valor adicionado** | **2.770** | **(1.223)** |
| Impostos, taxas e contribuições | 23 | 20 |
| Federais | 20 | 18 |
| Estaduais | 3 | 2 |
| Remuneração de Capitais Próprios | 2.747 | (1.243) |
| Resultado do exercício | 2.747 | (1.243) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Em 31/12/2024 e 2023

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

**1. Contexto Operacional:** A Sudeste S.A. ("Companhia"), sociedade de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objetivo a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista; participação em empreendimentos imobiliários; participação como quotista, em fundos de investimento regularmente constituídos. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de dezembro de 2023, foi aprovado o aumento de capital da Companhia com a emissão de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, integralizado em bens representativos de ações de emissão do Grupo Salta Educação S.A. **2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: 2.1. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis - a) Declaração de conformidade -** As Demonstrações Contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e Resoluções emitidas pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade. As Demonstrações Contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. A emissão das Demonstrações Contábeis foi aprovada pela administração em 26 de março de 2025. **b) Base de mensuração -** As Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo. **c) Moeda funcional e de apresentação -** As Demonstrações Contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Real (R$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional"). **d) Uso de estimativas e julgamentos -** A elaboração das Demonstrações Contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente. Não houve alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às informações anuais da Companhia em 31 de dezembro de 2023. **2.2. Pronunciamentos emitidos e interpretações emitidas recentemente -** Não houve alterações significativas, para essas Demonstrações Contábeis, nos Pronunciamentos e Interpretações Contábeis em relação aos divulgados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023. **3 - Principais Práticas Contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados. **a) Apuração do resultado -** O resultado é apurado pelo regime de competência. **b) Instrumentos financeiros -** ***(i) Ativos financeiros não derivativos -*** A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***Caixa e equivalentes de caixa -*** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia possui classificado em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa n° 4. ***(ii) Passivos financeiros não derivativos -*** Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. ***(iii) Instrumentos financeiros derivativos -*** A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. ***(iv) Hierarquia de valor justo -*** A Companhia aplica a hierarquia do valor justo introduzida pelo CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação para todos os itens mensurados ao valo justo. A hierarquia concede prioridade máxima aos inputs do Nível 1 e prioridade mínima aos inputs do Nível 3. As premissas de cada nível seguem abaixo: Nível 1: são preços cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, que a entidade pode acessar na data de mensuração. Nível 2: são aqueles que não são preços cotados incluídos no Nível 1 e que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente. Nível 3: são inputs baseados em dados não-observáveis. **c) Tributos a recuperar -** São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais. **d) Investimentos -** O investimento está avaliado pelo método de equivalência patrimonial. Os dividendos recebidos, quando aplicável, são registrados como uma redução do valor do investimento. **e) Passivo circulante -** São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos. **f) Imposto de renda e contribuição social -** São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das Demonstrações Contábeis. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R$240 mil/ano ou R$20 mil/mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%. A Companhia não apurou lucro tributável e, consequentemente, não obteve base de cálculo positiva para imposto de renda e contribuição social. **g) Resultado básico e diluído por ação -** O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo período. **h) Demonstração do valor adicionado -** A apresentação da demonstração do valor adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado, aplicáveis à companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das Demonstrações Contábeis. **i) Demonstração dos fluxos de caixa -** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

| 4 - Caixa e Equivalentes de Caixa | 2024 | 2023 |
|---|---|---|
| Aplicações financeiras (a) | 124 | 133 |
| | 124 | 133 |

(a) As aplicações financeiras de curto prazo são constituídas de quotas de fundos de investimentos de renda fixa, mantidos em instituições de primeira linha, prontamente conversíveis em caixa. Em 31 de dezembro de 2024 a remuneração média foi de 89,24% do CDI (105,56% em 31 de dezembro de 2023). A seguir está apresentada a composição da carteira de aplicações financeiras:

| | | | 2024 | | 2023 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Fundo | Nível | Administrador | Quant. de Cotas | Valor | Quant. de Cotas | Valor |
| Itaú Top DI FICFI Ref. | 1 | Itaú | 16.983 | 124 | 20.422 | 133 |

| 5 - Tributos a Recuperar | 2024 | 2023 |
|---|---|---|
| IRPJ 2024 | 2 | - |
| IRPJ 2023 | 3 | 2 |
| IRPJ 2022 | - | 3 |
| | 5 | 5 |

**6 - Investimentos:** Refere-se a participação de 3,7389% (3,7216% em 31 de dezembro de 2023) no capital social do Grupo Salta Educação S.A., totalizando 14.986.363 ações sem valor nominal, segregadas em 10.216.885 ações ordinárias nominativas e 4.769.478 ações preferenciais nominativas. A Companhia possui o direito de indicar um membro titular no Conselho de Administração da Investida. Em 20 de maio de 2024 a Companhia integralizou o valor de R$7.141 no investimento.

| | 2024 | 2023 |
|---|---|---|
| Investimento a valor patrimonial | 34.324 | 35.457 |
| Aumento de capital | 7.141 | - |
| Equivalência patrimonial | 2.905 | (1.132) |
| Equivalência reflexa | (296) | - |
| Ágio na aquisição do investimento | 87.208 | 87.208 |
| Dividendos a receber | (187) | - |
| Saldo do investimento | 131.095 | 121.533 |

| | 2024 | 2023 |
|---|---|---|
| Dados da investida | | |
| Quantidade de ações possuídas | 14.986.363 | 13.960.806 |
| Patrimônio líquido | 1.174.887 | 922.296 |

**7 - Patrimônio Líquido: a) Capital social -** O capital social está representado por 7.521.985.933.553 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A Companhia poderá aumentar o seu capital, independentemente de decisão em assembleia, até o limite de R$2.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2023, foi aprovado o aumento de capital da Companhia em R$120 e a emissão de 5.217.391.304 (cinco bilhões, duzentos e dezessete milhões, trezentas e noventa e um mil, trezentas e quatro) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de dezembro de 2023, foi aprovado o aumento de capital da Companhia em R$122.665 e a emissão de 7.096.725.948.382 (sete trilhões, noventa e seis bilhões, setecentos e vinte e cinco milhões, novecentos e quarenta e oito mil, trezentas e oitenta e duas) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, a ser integralizado em bens representativos de ações de emissão do Grupo Salta. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de julho de 2024, foi deliberado o aumento de capital da Companhia no valor de R$150, mediante a emissão privada de 8.586.934.121 (oito bilhões, quinhentos e oitenta e seis milhões, novecentos e trinta e quatro mil e cento e vinte e um) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 20 de maio de 2024, foi aprovado o aumento de capital da Companhia em R$7.138 e a emissão de 408.488.572.334 (quatrocentos e oito bilhões, quatrocentos e oitenta e oito milhões, quinhentos e setenta e dois mil e trezentos e trinta e quatro) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **b) Dividendos -** Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. A Companhia apresentou lucro no exercício de 2024, absorvido pelo saldo de prejuízos acumulados, portanto, não houve distribuição de dividendos. **c) Prejuízo básico e diluído por ação -** Conforme requerido pela CPC 41 (Resultado por ação), foram reconciliados o Lucro/prejuízo e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o prejuízo por ação básico e diluído:

| | Lucro (Prejuízo) do exercício | Quantidade de Ações | Resultado por ação |
|---|---|---|---|
| 31/12/2023 | (1.243) | 84.493.459.518 | (0,0000006) |
| 31/12/2024 | 2.747 | 7.360.623.741.729 | 0,0000001 |

**d) Outros resultados abrangentes -** Os valores de ajustes estão assim demonstrados:

| | 2024 | 2023 |
|---|---|---|
| Plano de compra de ações da investida | 955 | - |
| Custo de captação de recursos | (8.863) | - |
| | 7.908 | - |
| Percentual de participação | 3,7388% | - |
| Ajuste de avaliação patrimonial | (296) | - |

**8 - Partes Relacionadas:** A Companhia não efetuou qualquer remuneração a diretores, administradores ou a pessoas chave da Administração ou qualquer outra operação com parte relacionada durante o período findo em 31 de dezembro de 2024. **9 - Despesas Gerais e Administrativas:** O saldo está representado, substancialmente, pelo montante de R$60 (R$52 em 31 de dezembro de 2023) referente as despesas com a anuidade da BM&F Bovespa, R$31 (R$31 em 31 de dezembro de 2023) de despesas com serviços de auditoria externa, R$18 de despesas com consultoria técnica (R$0 em 31 de dezembro de 2023), R$21 (R$18 em 31 de dezembro de 2023) de despesas com publicações societárias, e R$0 (R$4 em 31 de dezembro de 2023) de despesas com serviços jurídicos.

| 10 - Resultado Financeiro | 2024 | 2023 |
|---|---|---|
| Rendimento de aplicação financeira | 11 | 17 |
| | 11 | 17 |

**11 - Estrutura do Gerenciamento de Risco:** A Administração da Companhia tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. ***Riscos de crédito -*** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. A exposição máxima ao risco de crédito é representada pelos valores dos ativos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial. No que tange as instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instrumentos financeiros de primeira linha, consideradas de baixo risco. ***Risco de liquidez -*** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. ***Risco de juros e taxas de câmbio -*** A Companhia gerencia esse risco ponderando a contratação de taxas pós-fixadas e prefixadas. Essas contratações estão expostas ao risco de flutuações na taxa de juros em função da parte passiva das operações de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexados ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de taxa de juros. ***Riscos fiscais -*** As declarações de IRPJ apresentadas durante os cinco últimos anos estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais. Outros impostos estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando em cada caso o prazo de prescrição. ***Análise da sensibilidade dos instrumentos financeiros -*** O CPC 40 (IFRS 7) estabelece que a entidade, deve divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada exercício, incluídas todas as operações com instrumento financeiro. A tabela a seguir demonstra a análise de sensibilidade preparada pela Administração da Companhia e o efeito das operações em aberto em 31 de dezembro de 2024:

| Operação | Fator de risco | Cenário provável | Cenário I - deterioração de 25% | Cenário II - deterioração de 50% |
|---|---|---|---|---|
| Ativos | | | | |
| Indexador | CDI | 14,75% | 11,06% | 7,38% |
| Aplicações financeiras R$124 em 31 de dezembro de 2024 (Nota nº 4) | | 18 | 14 | 9 |

**Cobertura de Seguros (não auditado)** Não foi contratado nenhum tipo de seguro.

**DIRETORIA**

Diogo Alexandre de Melo Bahia — Norberto Aguiar Tomaz

**Contador**: Marcelo Seixas Cavalcanti de Albuquerque - CRC-RJ 087065/O-8

## Relatório dos Auditores Independentes Sobre às Demonstrações Contábeis

**Aos Administradores e Acionistas da Sudeste S.A. - Rio de Janeiro - RJ - Opinião -** Examinamos as demonstrações contábeis da Sudeste S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sudeste S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria -** Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado - Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA -** Conforme descrito na nota explicativa n°4, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía aplicações financeiras em cotas de fundos de investimento no montante de R$124 mil. Essas cotas de fundos de investimentos são precificadas pelo administrador do fundo de acordo com a política de remuneração estabelecida no regulamento do fundo e registradas ao seu valor justo por meio do resultado. Consideramos a contabilização dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado como o principal assunto de auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria -** Realizamos o recálculo dos rendimentos auferidos sobre o respectivo ativo financeiro, bem como a verificação da existência dessas cotas pelo recebimento da confirmação independente junto à instituição financeira administradora do fundo de investimento. Também realizamos a leitura das divulgações da Companhia sobre o assunto, incluídas nas notas nº3 (b) e nº4. Com base na abordagem e nos procedimentos de auditoria executados, consideramos adequadas as premissas aplicadas no reconhecimento, mensuração e adequada divulgação do valor justo sobre as contas de fundos de investimento, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Investimento, Ágio e equivalência reflexa - Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA -** Conforme descrito na nota explicativa n°6, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui investimentos no Grupo Salta Educação no valor de R$43.887 mil e ágio de R$87.208, totalizando o valor total de R$131.095 mil. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria -** Solicitamos as demonstrações contábeis auditadas do Grupo Salta Educação; verificamos as atas e os comprovantes de pagamento dos investimentos; verificamos o laudo de avaliação realizado por especialistas; verificamos o teste de *Impairment* do ágio, utilizando nossos especialistas; verificamos os novos percentuais de participação; realizamos o recálculo da equivalência patrimonial e da equivalência patrimonial reflexa; realizamos a leitura das divulgações da Companhia sobre o assunto., Com base na abordagem e nos procedimentos de auditoria executados, consideramos adequadas as premissas aplicadas no reconhecimento, mensuração e adequada divulgação do valor justo sobre as ações de Companhia fechada, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos -** ***Demonstração do valor adicionado -*** A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. ***Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior -*** As demonstrações contábeis da Sudeste S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas, cujo relatório datado de 25 de março de 2024, foi emitido com a seguinte ênfase: "Chamamos atenção para as notas explicativas n° 6 e nº8a, em 27 de dezembro de 2023, foi aprovado o aumento de capital na Sudeste S.A, em R$122.665 e a emissão de 7.096.725.948.382 (sete trilhões, noventa e seis bilhões, setecentos e vinte e cinco milhões, novecentos e quarenta e oito mil, trezentas e oitenta e duas) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, a ser integralizado em bens representativos de ações de emissão do Grupo Salta Educação S.A. pelo BLF Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior em troca desta participação na Sudeste S.A. O Fundo transferiu sua participação de 3,72% no capital social do Grupo Salta Educação S.A., totalizando 13.960.806 ações sem valor nominal, segregadas em 9.517.716 (nove milhões, quinhentos e dezessete mil, setecentos e dezesseis) ações ordinárias nominativas e 4.443.090 (quatro milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, noventa) ações preferenciais nominativas no valor de R$122.665 mil. A Sudeste não contratou peritos para valoração das suas ações a valor de mercado, tampouco contratou peritos para avaliação de mercado das ações do Grupo Salta Educação S.A. Para valoração das ações do Grupo Salta, foi utilizado o Laudo de avaliação contratado pelo Fundo de Investimento para marcação a mercado". **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores -** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis -** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração

continua...

continuação...

## SUDESTE S.A.

CNPJ: 02.062.747/0001-08

das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2025.

**BKR - Lopes, Machado Auditores - CRC-RJ-2026/O-5**
**Independent Member of - BKR International**

**Mário Vieira Lopes**
Contador - CRC-RJ - 060.611/O-0

**Marcio Alves Gonçalves Marçal**
Contador - CRC-RJ - 106.994/O-8

**Especial**

# Agro impulsiona PIB em janeiro de 2025 com alta de 2,4%, mas setor enfrenta desafios

O Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio registrou crescimento de 2,4% em janeiro de 2025 em comparação com dezembro de 2024, impulsionado principalmente pelo desempenho das exportações, preços favoráveis de commodities e investimentos privados. No entanto, o setor ainda enfrenta desafios, como atrasos no Plano Safra e tensões comerciais internacionais.

De acordo com Julian Tonioli, engenheiro pela Universidade de São Paulo (USP), CEO da Auddas e analista da área, dois fatores foram decisivos para o resultado positivo: a valorização do dólar e os preços elevados de commodities como café e cacau. Além disso, as exportações do agronegócio bateram recordes em janeiro, com destaque para café verde, celulose, algodão e carne suína.

Julian também aponta que o setor abriu 24 novos mercados e atingiu US$ 11 bilhões em exportações, o segundo maior valor da série histórica para o período. "Considerando que cerca de 24% do PIB brasileiro vem do fluxo de comércio exterior, esse desempenho do agro teve um impacto significativo", explica Tonioli.

### Investimentos privados e consolidação do mercado

O início de 2025 também foi marcado por movimentos de fusões e aquisições (M&A) e expansão de grandes players do agro. Empresas como SLC Agrícola e Insolo realizaram aquisições de terras e ampliaram operações, aproveitando eficiência operacional e ganhos de escala.

"Esses investimentos são reflexo de estratégias anteriores, mas continuam a impulsionar o setor", afirmou Tonioli. Missões comerciais para abertura de novos mercados também contribuíram para o crescimento.

### Desafios: endividamento, atraso no Plano Safra e incertezas políticas

Apesar do bom desempenho, o agronegócio enfrenta obstáculos. Grandes distribuidoras, como Lavoro e AgroGalaxy, lidam com problemas de desabastecimento de insumos.

"Adicionalmente, o atraso na aprovação do orçamento da União, impactou e atrasou a aprovação do Plano Safra, que tem papel relevante no financiamento do segmento, especialmente em cenários de alta de taxas de juros e restrição de crédito por conta do cenário geral de endividamento do setor", explica Julian.

Outra preocupação é a revisão de políticas fiscais e possíveis disputas comerciais com os EUA, especialmente com a possibilidade de medidas protecionistas sob o governo de Donald Trump.

### Perspectivas

Enquanto o agro mantém seu papel vital na economia brasileira, a resolução desses desafios será fundamental para sustentar o crescimento ao longo do ano. A definição do Plano Safra e a gestão de riscos comerciais são pontos-chave a serem acompanhados nos próximos meses.

### O que é o Plano Safra?

O Plano Safra é uma iniciativa do governo brasileiro voltada para o apoio ao setor agrícola e pecuário do país. Ele consiste em um conjunto de políticas e programas que visam facilitar o acesso a crédito, promover a modernização da produção, incentivar a sustentabilidade e garantir a segurança alimentar. O plano é renovado anualmente e estabelece metas, recursos financeiros e condições de financiamento para os agricultores, com o objetivo de aumentar a produtividade e a competitividade do agronegócio brasileiro. Além disso, o Plano Safra também busca apoiar pequenos e médios produtores, promovendo o desenvolvimento rural e a inclusão social no campo.

Julian Tonioli, CEO da Auddas

Divulgação

VALTER CAMPANATO/ABRASIL

O PIB do agronegócio já começou 2025 com aumento, com relação ao mesmo período do ano anterior

## FLORESTA COMÉRCIO E INDÚSTRIA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ: 32.500.977/0001-64

**Relatório da Administração** - Senhores acionistas: Apresentamos a V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas do Exercício findo em 31/12/2024.

**Balanço Geral Encerrado Em 31/12/2024 - R$**

| ATIVO | 31/12/2024 | 31/12/2023 | PASSIVO | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|---|---|---|---|---|
| **CIRCULANTE** | **48.830.392,61** | **37.742.449,03** | **CIRCULANTE** | **44.014.453,47** | **41.340.838,14** |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 5.960.551,75 | 2.004.383,03 | Fornecedores | 23.229.627,75 | 15.517.228,12 |
| Contas a Receber | 10.359.663,03 | 9.481.129,76 | Salários e Ordenados à Pagar | 3.359.743,97 | 3.323.663,39 |
| Imp./Contrib. à Recuperar | 5.382.396,21 | 4.745.783,63 | Impostos e Encargos Sociais | 9.510.330,94 | 16.047.456,71 |
| Estoque de Mercadorias | 26.681.254,87 | 20.828.356,08 | Val. Pagar Recup. Judicial | 3.493.202,95 | 3.583.286,87 |
| Outros Créditos | 446.526,75 | 682.796,53 | Outras Contas | 4.421.547,86 | 2.869.203,05 |
| **NÃO CIRCULANTE** | **100.236.316,69** | **108.624.390,83** | **NÃO CIRCULANTE** | **87.042.527,90** | **93.654.047,39** |
| Realizavel a Longo Prazo | 15.255.904,86 | 23.209.374,62 | Impostos e Encargos Sociais | 55.469.191,41 | 60.139.328,56 |
| Investimentos | 70.895.802,59 | 70.831.804,27 | Val. Pagar Recup. Judicial | 28.752.161,35 | 31.993.665,40 |
| Imobilizado | 13.755.839,95 | 14.143.830,16 | Outras Contas | 2.821.175,14 | 1.521.053,43 |
| Intangivel | 328.769,29 | 439.381,78 | **PATRIMONIO LIQUIDO** | **18.009.727,93** | **11.371.954,33** |
| **TOTAL DO ATIVO** | **149.066.709,30** | **146.366.839,86** | Capital | 2.820.000,00 | 2.820.000,00 |
| | | | Reserva de Reavaliação | 5.798.945,15 | 5.798.945,15 |
| | | | Reservas de Lucros | 9.390.782,78 | 2.753.009,18 |
| | | | **TOTAL PASSIVO** | **149.066.709,30** | **146.366.839,86** |

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - R$**

| Especificações | Capital Social | Reserva de Reavaliação | Reserva de Lucros | Resultado do Exercicio | Prejuízos Acumulados | Patrimonio Líquido |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 31 de Dezembro de 2022** | **2.820.000,00** | **5.798.945,15** | **281.329,21** | **-** | **(1.928.211,44)** | **6.972.062,92** |
| Resultado do Exercício | - | - | - | 5.511.056,69 | - | 5.511.056,69 |
| Constituição de Reserva Legal | - | - | 275.552,83 | (275.552,83) | - | - |
| Transferencia de Contas | - | - | 3.307.292,42 | (5.235.503,86) | 1.928.211,44 | - |
| Ajustes Exercicios Anteriores | - | - | (1.111.165,28) | - | - | (1.111.165,28) |
| **Saldo em 31 de Dezembro de 2023** | **2.820.000,00** | **5.798.945,15** | **2.753.009,18** | **-** | **-** | **11.371.954,33** |
| Resultado do Exercício | - | - | - | 2.075.378,24 | - | 2.075.378,24 |
| Constituição de Reserva Legal | - | - | - | - | - | - |
| Transferencia de Contas | - | - | 2.075.378,24 | (2.075.378,24) | - | - |
| Ajustes Exercicios Anteriores | - | - | 4.562.395,36 | - | - | 4.562.395,36 |
| **Saldo em 31 de Dezembro de 2024** | **2.820.000,00** | **5.798.945,15** | **9.390.782,78** | **-** | **-** | **18.009.727,93** |

**Demonstração do Resultado Líquido em 31/12/2024 - R$**

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|---|---|
| **RECEITA BRUTA DE VENDAS** | **297.854.869,58** | **297.937.182,04** |
| Vendas Canceladas | 1.320.058,60 | 1.120.152,33 |
| Tributos Incidentes sobre a Receita | 24.257.007,38 | 24.586.791,17 |
| **RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS** | **272.277.803,60** | **272.230.238,54** |
| Custo de Mercadorias Vendidas | 205.141.229,96 | 204.360.779,22 |
| **LUCRO BRUTO** | **67.136.573,64** | **67.869.459,32** |
| Despesas Líquidas | 64.286.174,86 | 62.404.186,10 |
| Despesas Financeiras | 3.553.507,83 | 5.611.725,13 |
| Receitas Financeiras | 2.778.487,29 | 8.037.051,94 |
| **RESULTADO DO EXERCÍCIO** | **2.075.378,24** | **7.890.600,03** |
| Contribuição Social | - | 630.408,53 |
| Imposto de Renda | - | 1.749.134,81 |
| **RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO** | **2.075.378,24** | **5.511.056,69** |

**Demonstração dos Fluxos de Caixa 31/12/2024 - R$**

| | |
|---|---|
| **RESULTADO DO EXERCICIO** | **2.075.378,24** |
| ( + ) Depreciação e Amortização | 1.924.217,19 |
| ( - ) Equivalencia Patrimonial | (63.968,32) |
| ( + ) Baixa do Imobilizado | 1.769,75 |
| **VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS** | |
| ( - ) Aumento em Contas a Receber | (878.533,27) |
| ( + ) Redução em Impostos a Recuperar | 5.493.283,65 |
| ( - ) Aumento em Estoques de Mercadorias | (5.852.898,79) |
| ( + ) Redução em Outros Créditos | 278.036,32 |
| ( + ) Aumento em Fornecedores | 7.712.399,63 |
| ( + ) Aumento em Salarios e Ordenados a Pagar | 36.080,58 |
| ( - ) Redução em Impostos e Encargos Sociais | (6.704.522,38) |
| ( - ) Redução em Valores a Pagar Recuperação Judicial | (3.271.933,15) |
| ( - ) Redução em Outros Débitos | (88.162,81) |
| ( = ) **CAIXA LÍQUIDO DAS ATIV. OPERACIONAIS** | **661.146,64** |
| ( - ) Aquisição de Investimentos | (30,00) |
| ( - ) Aquisicao de Imobilizado | (1.419.622,67) |
| ( - ) Aquisição de Intangível | (7.761,57) |
| ( + ) Redução em Transações com Partes Relacionadas | 1.781.806,99 |
| ( = ) **CAIXA LIQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO** | **354.392,75** |
| ( + ) Aumento em Financiamentos Bancários | 2.940.629,33 |
| ( = ) **CAIXA LIQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO** | **2.940.629,33** |
| Saldo Final das Disponibilidades | 5.960.551,75 |
| Saldo Inicial das Disponibilidades | 2.004.383,03 |
| Variação das Disponibilidades no Periodo | **3.956.168,72** |

**Notas Explicativas - 1- Critérios de Avaliação e Reconhecimento no Balanço**: a) Os ativos e passivos são classificados no circulante quando realizáveis nos doze meses seguintes a data do balanço. Os ativos são reconhecidos quando seus beneficios economicos forem prováveis e valor mensurado com segurança. Os passivos são reconhecidos quando da existencia de obrigação legal e sendo provável a necessidade de recurso economico para liquidá-la. b) Caixa e Equivalentes de Caixa - Representam moeda em caixa, depósitos à vista em conta bancária e recursos com as mesmas características de liquidez de caixa, disponibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor.c) Contas a Receber - Estão registradas pelo valor de realização. d) Impostos a Recuperar - Registram os impostos correntes e os obtidos em sentença judicial transitada em julgado e compensação autorizada pelo orgão competente, nos termos da legislação vigente. e) Estoques - São avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção. f) Investimentos - São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos do Ajuste a Valor Justo das Propriedades para investimento e ajustados pela Equivalencia Patrimonial. Imobilizado - É registrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. g) Impostos e Encargos Sociais - A Companhia equacionou Débitos Triutários Federaos por meio de Transação Individual, Parcelamento do Edital 03/2023 e, Programa de Regularização Tributária PERT Lei 13.496/2017 e, Debitos Tributários Estaduais por meio do Negócio Juridico Processual, junto aos orgãos competentes, nos termos da legislação vigente. h)Financiamentos bancários - registra o saldo de todos os empréstimos e financeiamentos contraidos pela companhia. **2 - Capital Social**: O Capital Social é constituído por 2.820.000 de Ações Ordinárias nominativas. **3 - Recuperação Judicial**: Em 18/09/2017 a empresa teve deferido o seu Pedido de Recuperação Judicial, em tramite na 4ª Vara Cível da Comarca de Volta Redonda – RJ, Processo: 0022134-22.2017.8.19.0066. Em Assembleia de Credores de 26-05-2018 foi aprovado o Plano de Recuperação Judicial, apresentado pela empresa, plano este homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial em 12-09-2018.

**Conselho De Administração - José Luiz Alves Abrantes -** Presidente; **Cesar Fernando Alves Abrantes -** Vice-Presidente; **Damião Alves Abrantes -** Conselheiro; **Cosme Alves Abrantes -** Conselheiro; **Tulio Alves de Souza Abrantes -** Conselheiro. **Diretoria - Eduardo Candido Alves Abrantes -** Presidente; **Tulio Alves de Souza Abrantes -** Diretor Financeiro. **Contador: Edméa Brochado Fernandes -** CPF: 619.816.217-68 - CRC: RJ 046491/O-0

OITO ESTADOS

# Dino suspende repasse de emendas a universidades

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a suspensão imediata de novos repasses de emendas parlamentares para as universidades estaduais e suas fundações de apoio em oito estados: Acre, Alagoas, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rondônia e Sergipe. De acordo com Dino, em despacho publicado ontem, esses estados não enviaram ao STF novas regras de transparência para a aplicação da verba federal.

O ministro ainda deu mais 15 dias para os estados Bahia, Espírito Santo, Goiás, Pará, Paraná, Rio de Janeiro e Tocantins complementarem as informações já enviadas, que foram consideradas insuficientes por Dino.

Em 12 de janeiro, o ministro mandou a União e os Estados publicarem novas normas e orientações sobre a aplicação e prestação de contas adequadas das emendas parlamentares.

A determinação veio após um relatório da Controladoria-Geral da União (CGU) apontar que 13 entidades sem fins lucrativos que recebem um grande montante de emendas não dão transparência ao uso dos recursos.

Oito fundações ligadas a universidades públicas estavam entre essas entidades que sofreram bloqueio de repasses de emendas parlamentares.

LÉO ÍNDIO

# PGR pede prisão de sobrinho de Bolsonaro que fugiu para Argentina

ANDRÉ RICHTER/A BRASIL

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, pediu ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) a prisão de Leonardo Rodrigues de Jesus, sobrinho do ex-presidente Jair Bolsonaro. O pedido será analisado pelo ministro Alexandre de Moraes.

Léo Índio, como é conhecido, fugiu para a Argentina após virar réu no Supremo pelo envolvimento nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. O julgamento foi realizado no mês passado pela Primeira Turma da Corte.

Na manifestação enviada ao STF, Gonet afirmou que o sobrinho de Bolsonaro violou as medidas cautelares que deveria cumprir ao responder ao processo em liberdade.

"Ao se evadir para a Argentina, Leonardo Rodrigues de Jesus deliberadamente descumpriu medida cautelar alternativa à prisão, a evidenciar sua insuficiência, o descaso com a aplicação da lei penal e desrespeito às decisões emanadas pelo Supremo Tribunal Federal", afirmou o procurador.

Na semana passada, Léo Índio deu uma entrevista para a Rádio Massa FM, de Cascavel (PR), e confirmou que está no país vizinho há 20 dias porque tem medo de ser preso.

Conforme a acusação, ele participou dos atos de 8 de janeiro e fez publicações nas redes sociais durante as invasões.

Com a decisão que o tornou réu, o sobrinho de Bolsonaro vai responder pelos crimes de tentativa de golpe de Estado, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, associação criminosa, dano qualificado pela violência e grave ameaça contra o patrimônio da União, deterioração de patrimônio tombado da União.

Durante o julgamento da denúncia, a defesa negou que Léo Índio tenha cometido crimes e defendeu a rejeição da denúncia. Na semana passada, os advogados confirmaram a fuga.

LAVA JATO

# Fachin vota pela manutenção dos processos contra Antonio Palocci

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou ontem para derrubar a decisão que anulou os processos abertos contra o ex-ministro Antonio Palocci na Operação Lava Jato.

O voto de Fachin foi proferido durante julgamento virtual do recurso no qual a Procuradoria-Geral da República (PGR) pretende suspender a decisão de Dias Toffoli, relator do caso.

Em fevereiro deste ano, Toffoli atendeu ao pedido de anulação feito pelos advogados de Palocci e aplicou os precedentes da Corte que consideraram o ex-juiz Sergio Moro parcial para proferir as sentenças contra os réus das investigações da Lava Jato. Moro era o juiz titular da 13ª Vara Federal em Curitiba.

Com a decisão de Toffoli, todos os procedimentos assinados por Moro contra Palocci foram anulados. Em um dos processos, ele foi condenado a 12 anos de prisão. Apesar da anulação, o acordo de delação assinado por Palocci está mantido.

Em manifestação, Edson Fachin disse que as decisões tomadas na Operação Lava Jato não podem ser estendidas para todos os réus de forma "ampla e genérica".

"Não se pode, a pretexto de pedidos de extensão, examinar pedidos amplos e genéricos sobre as mais variadas investigações decorrentes da Operação Lava Jato, ainda que sob o manto de concessão de habeas corpus de ofício, sob pena de violação ao juiz natural e as regras de competência, transformando-se este Supremo Tribunal Federal em juízo universal de conhecimento, quando a Constituição Federal não o incumbiu dessa função", justificou o ministro.

Com o voto de Fachin, o placar do julgamento está 2 votos a 1 para manter a decisão de Toffoli. Além do próprio relator, Gilmar Mendes também votou pela anulação.

A votação virtual ocorre na Segunda Turma da Corte e vai até o dia 4 de abril. Faltam os votos dos ministros André Mendonça e Nunes Marques.

NELSON JR/STF

DIPLOMACIA

# Paraguai chama embaixadores e cobra explicação após espionagem da Abin

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O governo do Paraguai cobrou ontem explicações do Brasil a respeito de uma operação de inteligência promovida pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para a obtenção de informações sigilosas de autoridades paraguaias envolvidas em negociações sobre a usina de Itaipu, de propriedade binacional.

Em comunicado oficial, o Paraguai anunciou a convocação, "para consultas imediatas", do seu embaixador no Brasil, Juan Manuel Delgadillo, "a fim de que informe sobre os aspectos relacionados à ação de inteligência em assuntos do governo paraguaio".

O monitoramento teria ocorrido entre junho de 2022 e março de 2023. O caso foi relevado inicialmente pelo site UOL.

Em nota oficial, emitida na segunda-feira passada, o Itamaraty reconhece que a iniciativa de monitoramento partiu da gestão anterior, do ex-presidente Jair Bolsonaro, e foi cessada tão logo o novo governo tomou conhecimento.

Paraguai também anunciou a convocação do embaixador do Brasil no Paraguai, José Antonio Marcondes, para que ofereça explicações da parte brasileira sobre a ocorrência. Na linguagem diplomática, a convocação de embaixadores para consultas expressa um descontentamento formal de um país com outro.

"O MITIC (Ministério de Tecnologias da Informação e Comunicações) iniciou uma investigação detalhada dos eventos ocorridos entre junho de 2022 e março de 2023, em vista que não existiu nenhum reporte do governo anterior a respeito", diz o comunicado paraguaio.

A outra decisão anunciada pelo Paraguai é o congelamento das negociações a respeito da revisão do Anexo C do Tratado de Itaipu, usina hidrelétrica binacional construída e administrada conjuntamente por ambos os países.

O documento trata dos valores da energia excedente gerada pela usina e vendida ao Brasil pelo Paraguai. Os dois países mantêm divergências sobre esses reajustes.

**GOVERNO**

A decisão do Paraguai foi tomada um dia depois de o Palácio do Itamaraty emitir nota oficial em que desmente que o atual governo tenha determinado alguma ação de inteligência contra o país vizinho.

"O governo do Presidente Lula desmente categoricamente qualquer envolvimento em ação de inteligência, noticiada hoje, contra o Paraguai, país membro do Mercosul com o qual o Brasil mantém relações históricas e uma estreita parceria. A citada operação foi autorizada pelo governo anterior, em junho de 2022, e tornada sem efeito pelo diretor interino da Abin em 27 de março de 2023, tão logo a atual gestão tomou conhecimento do fato", diz a nota.

O atual diretor-geral da Abin, Luiz Fernando Corrêa, de acordo com o Itamaraty, estava, naquele momento, em processo de aprovação de seu nome no Senado Federal, e somente assumiu o cargo de forma definitiva em 29 de maio de 2023. Ele era o interino da agência quando a ação foi interrompida, cerca de dois meses após a posse.

"O governo do presidente Lula reitera seu compromisso com o respeito e o diálogo transparente como elementos fundamentais nas relações diplomáticas com o Paraguai e com todos seus parceiros na região e no mundo", encerra a nota do Itamaraty.

CÂMARA

# Bolsonaristas golpistas criam subcomissão especial do 8 de Janeiro

LEVY TELES/AE

A bancada apoiadora do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) aprovou, ontem a criação de uma subcomissão especial sobre o 8 de Janeiro na Câmara dos Deputados. Os trabalhos desse grupo, composto por 12 parlamentares, serão conduzidos na Comissão de Segurança Pública, majoritariamente oposicionista ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Esse foi o único requerimento aprovado no colegiado ontem, enquanto o PL conduz uma obstrução total, de modo a impedir todos os trabalhos no Legislativo.

O partido conduzirá com o procedimento, segundo correligionários, até a anistia aos presos dos atos golpistas que vandalizaram os prédios dos Três Poderes entrar na pauta da Casa.

Segundo o autor do requerimento que cria a subcomissão, deputado Zucco (PL-RS), essa subcomissão tem o objetivo de verificar a execução penal dos presos do 8 de Janeiro e a condição dos detidos.

"As denúncias de violações de direitos são reais e estão nebulosamente encobertas por sigilos, privação de informações, negativa de acessos e incomunicabilidade mesmo com advogados e familiares", afirma Zucco, que também líder da oposição.

O 8 de Janeiro já foi um tema tratado no Legislativo. Em 2023, o Congresso Nacional instaurou a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do 8 de Janeiro. O relatório final, aprovado em outubro daquele ano, pediu o indiciamento de Bolsonaro e mais 60 pessoas pelos atos golpistas em Brasília. O placar final do documento, elaborado pela senadora Eliziane Gama (PSD-MA), terminou com 20 votos a 11.

ATLASINTEL

# Governo Lula tem avaliação negativa de 49,6%, diz pesquisa

RICARDO STUCKERT

RAISA TOLEDO/AE

A avaliação negativa do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) diminuiu pela primeira vez desde novembro do ano passado. O dado é da pesquisa AtlasIntel em conjunto com a Bloomberg, divulgada ontem.

De acordo com o levantamento, 49,6% consideram o governo Lula ruim ou péssimo. 37,4% consideram ótimo ou bom e 12,5% acham regular. 0,5% não sabem. Em fevereiro, 50,8% classificavam o governo como ruim ou péssimo.

Contudo, de fevereiro para março, o índice de aprovação do desempenho do presidente Lula, que era de 45,7%, foi para 44,9%. O de desaprovação, que era de 53%, foi para 53,6%. As duas variações estão dentro da margem de erro.

A pesquisa foi feita com 4.659 brasileiros, por meio de questionário respondido pela internet entre os dias 20 e 24 de março. A margem de erro é de um ponto porcentual e a taxa de confiança de 95%.

Entre as áreas em que o governo federal é pior avaliado estão responsabilidade fiscal e controle de gastos; indústria, energia e sistema elétrico; e impostos e carga fiscal.

A pesquisa também simulou alguns cenários eleitorais. Quando perguntados em quem votariam se as eleições presidenciais fossem acontecer no próximo domingo e se os candidatos fossem os mesmos de 2022, a situação de polarização se repete: 45,6% votariam no ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), hoje inelegível por conta de duas decisões do TSE, e 40,6% no presidente Lula.

Quando o cenário apresentado pela pesquisa incluiu Lula, Tarcísio de Freitas (Republicanos), Pablo Marçal (PRTB), Ronaldo Caiado (União), Eduardo Leite (PSDB), Simone Tebet (MDB), Romeu Zema (Novo) e Marina Silva (Rede), Lula e Tarcísio ficam entre os melhores colocados.

**Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio**

("Companhia") - CNPJ/MF nº 00.880.446/0001-58 - NIRE 33.300.162.178

**Aviso Aos Acionistas**

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio informa aos seus acionistas que se encontram à disposição na sede social da Companhia, com sede à Rua Almirante Grenfall, nº 405, Bloco Vermelho, 3º andar, Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, os documentos a que se trata o Artigo 133, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976 e suas alterações, relativo ao exercício social encerrado em 31.12.2024. Duque de Caxias, 31 de março de 2025. **Carlo Alberto Bottarelli** - Presidente do Conselho de Administração. **(29.03.2025, 01 e 02.04.2025)**

Hospital Federal dos Servidores do Estado SUS MINISTÉRIO DA SAÚDE GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90051/2024**

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação Antônio José de Souza Castro convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº 90051/2024 no dia 14/04/2025 às 11h00min. – Objeto: Registro de preços para futura aquisição equipos de infusão, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Processo nº 33433.015857/2024-79. O pregão será realizado no site https://www.comprasnet.gov.br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

## CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA SÉRIE ÚNICA DA 11ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 11ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 12 do *Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 11ª Emissão, em Série Única, da Canal Companhia de Securitização S.A., Lastreados em Cédula de Produto Rural Financeira de Emissão de Guiomar de Souza, celebrado em 26 de setembro de 2022* ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral Ordinária de Titulares dos CRA ("AGO"), a realizar-se no dia 22 de abril de 2025, às 10:45 horas, e em 2ª (segunda) convocação, a realizar-se no dia 30 de abril de 2025, às 10:45 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGO será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRA, conforme previsto neste digital. A AGO será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações contábeis do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos os titulares dos CRA, conforme previsto no §2º, do artigo 25, da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações contábeis ausentes de ressalvas, caso a AGO não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGO para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com cópia para o e-mail contato@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGO – CRA GUIOMAR 11", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGO. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRA, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 29 de março de 2025. **Nathalia Machado Loureiro -** Diretora de Securitização

## CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª (PRIMEIRA) e 2ª (SEGUNDA) SÉRIES DA 12ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

Ficam convocados os titulares dos Certificados De Recebíveis Imobiliários Da 1ª (Primeira) E 2ª (Segunda) Séries Da 12ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o *TERMO DE SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS DA 1ª e 2ª SÉRIES DA 12ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO.* ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 22 de abril de 2025, às 11:00 horas, e em caso de não instalação, em 2ª (segunda) convocação no dia 30 de abril de 2025, às 11:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial de será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste digital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos aos Titulares dos CRI, conforme previsto no §2º, do artigo 25, da Resolução CVM 60, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada, caso a Assembleia Especial não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Instruções Gerais: A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial– CRI EMBRAED 12", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 29 de março de 2025. **Nathalia Machado Loureiro -** Diretora de Securitização

## CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 98ª EMISSÃO, EM 3 SÉRIES, DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários em 3 Séries, da 98ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o *Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 1ª, 2ª e 3ª séries da 98ª emissão da Canal Companhia De Securitização de Certificados de Recebíveis Imobiliários lastreados em Créditos Imobiliários devidos pela MS ITAJUBÁ EMPREENDIMENTOS LTDA.* ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 22 de abril de 2025, às 15:30 horas, e em caso de não instalação, em 2ª (segunda) convocação no dia 30 de abril de 2025, às 15:30 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial de será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste digital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos aos Titulares dos CRI, conforme previsto no §2º, do artigo 25, da Resolução CVM 60, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada, caso a Assembleia Especial não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Instruções Gerais: A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial– CRI Itajubá (98)", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 02 de abril de 2025

**Nathalia Machado Loureiro -** Diretora de Securitização

## CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 46ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 46ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o *Termo de Securitização de Certificados de recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 46ª Emissão da Canal Companhia de Securitização.* ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 22 de abril de 2025, às 10:30 horas, e em caso de não instalação, em 2ª (segunda) convocação no dia 30 de abril de 2025, às 10:30 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial de será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste digital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos aos Titulares dos CRI, conforme previsto no §2º, do artigo 25, da Resolução CVM 60, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada, caso a Assembleia Especial não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Instruções Gerais: A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail fiduciario@commcor.com.brcom cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial– CRI AMIGÃO (4)", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 29 de março de 2025

**Nathalia Machado Loureiro -** Diretora de Securitização

## CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª (PRIMEIRA) e 2ª (SEGUNDA) SÉRIES DA 12ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

Ficam convocados os titulares dos Certificados De Recebíveis Imobiliários Da 1ª (Primeira) E 2ª (Segunda) Séries Da 12ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o *TERMO DE SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS DA 1ª e 2ª SÉRIES DA 12ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO.* ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 22 de abril de 2025, às 11:00 horas, e em caso de não instalação, em 2ª (segunda) convocação no dia 30 de abril de 2025, às 11:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial de será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste digital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos aos Titulares dos CRI, conforme previsto no §2º, do artigo 25, da Resolução CVM 60, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada, caso a Assembleia Especial não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Instruções Gerais: A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial– CRI EMBRAED 12", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 29 de março de 2025.

**Nathalia Machado Loureiro -** Diretora de Securitização

## CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ATA DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 01ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO ("CRI")**

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis da 1ª (Primeira) Série da 1ª (Primeira) Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o *Termo De Securitização De Créditos Imobiliários Certificados De Recebíveis Imobiliários Da 1ª (Primeira) Série Da 1ª (Primeira) Emissão Da Canal Companhia de Securitização,.* ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 22 de abril de 2025, às 15:45 horas, e em caso de não instalação, em 2ª (segunda) convocação no dia 30 de abril de 2025, às 15:45 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial de será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste digital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos aos Titulares dos CRI, conforme previsto no §2º, do artigo 25, da Resolução CVM 60, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada, caso a Assembleia Especial não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Instruções Gerais: A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial – CRI GAFISA (02)", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 02 de abril de 2025. **Nathalia Machado Loureiro -** Diretora de Securitização

## CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 4ª (QUARTA) EMISSÃO, EM SÉRIE ÚNICA, DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários em Série Única da 4ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o *"Termo de Securitização de créditos imobiliários Certificados de Recebíveis imobiliários da 1ª série da 4ª emissão da Canal Companhia de Securitização".* ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 22 de abril de 2025, às 10:00 horas, e em caso de não instalação, em 2ª (segunda) convocação no dia 30 de abril 2025 às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial de será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste digital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos aos Titulares dos CRI, conforme previsto no §2º, do artigo 25, da Resolução CVM 60, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada, caso a Assembleia Especial não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Instruções Gerais: A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail fiduciario@commcor.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial– CRI WT GRU 46", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 29 de março de 2025

**Nathalia Machado Loureiro -** Diretora de Securitização

## CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 8ª (OITAVA) EMISSÃO, EM SÉRIE ÚNICA, DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários, em Série Única, da 8ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o *Termo de Securitização de créditos imobiliários Certificados de Recebíveis Imobiliários, em Série Única, da 8ª emissão* da *Canal Companhia de Securitização* . ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 22 de abril de 2025, às 10:15 horas, e em caso de não instalação, em 2ª (segunda) convocação no dia 30 de abril 2025, às 10:15 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial de será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste digital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro

Manhã Tarde Noite 30º 21º 75% 06:12 18:03

**OUTONO:** Sol com nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite.

EDUCAÇÃO

# SP lança edital para privatizar gestão de 143 escolas estaduais

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

WIKIPEDIA

O governo de São Paulo autorizou a publicação de um edital de licitação para transferir para a iniciativa privada a gestão de 143 escolas públicas do estado. A autorização foi publicada no *Diário Oficial* de ontem.

A concessão prevê a reforma, operação e manutenção dessas 143 escolas estaduais. A publicação do edital foi aprovada em reunião do Programa de Parcerias em Investimentos do Estado de São Paulo (PPI-SP), realizada na semana passada.

"O Colegiado deliberou pela aprovação da modelagem final, com autorização de publicação do edital de licitação e demais medidas necessárias à viabilização da concessão patrocinada para reforma, operação e manutenção de 143 unidades escolares da rede estadual de educação", diz a deliberação que foi publicada em Diário Oficial.

Recentemente, o vice-governador de São Paulo, Felício Ramuth, disse que o governo paulista pretendia fazer o leilão das 143 escolas no segundo semestre deste ano. Segundo ele, essas escolas estavam em piores condições e precisam de uma grande reforma. Os vencedores do leilão, disse ele na ocasião, ficariam responsáveis pelos serviços de manutenção, segurança, merenda e internet.

A terceirização da gestão das escolas faz parte da Parceira Pública Privada (PPP) de Novas Escolas, proposta pelo governo de Tarcísio de Freitas (**foto**). Esse projeto prevê que a iniciativa privada se torne gestora dos serviços não pedagógicos das escolas estaduais, tais como limpeza, manutenção, alimentação, vigilância e internet.

## HISTÓRICO

A concessão de gestão das escolas estaduais para a iniciativa privada tem gerado polêmica e questionamentos na justiça. Em outubro e novembro do ano passado, o governo paulista realizou dois leilões que concederam 33 unidades de ensino estaduais à iniciativa privada.

O primeiro desses leilões, realizado em outubro do ano passado, foi vencido pelo Consórcio Novas Escolas Oeste SP, que assumiu o lote oeste. O edital envolvia a construção de 17 escolas, com 462 salas de aula e 17,1 mil vagas. Já o segundo leilão, do lote leste, foi arrematado pelo Consórcio SP+Escolas, que ficou responsável pela gestão de 16 unidades de ensino que atenderia 17,6 mil alunos em 476 salas de aula.

Em março deste ano, no entanto, o juiz Luiz Manuel Fonseca Pires, da 3ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, reconheceu como ilegais os dois leilões, suspendendo as licitações.

Em sua decisão, ele reconheceu que seria difícil "dissociar o espaço físico da atividade pedagógica" e que "o risco dessa política pública, vale repetir, é o comprometimento da autonomia pedagógica por afetar diretamente a gestão democrática".

O governo paulista recorreu da decisão e o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, acabou decidindo por liberar a continuidade da licitação do governo de São Paulo para a concessão da gestão dessas 33 escolas públicas à iniciativa privada.

TORCIDA ORGANIZADA

# Polícia faz operação para prender envolvidos na morte de torcedor

O Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP), faz ontem uma nova operação contra membros de uma torcida organizada envolvida no ataque a torcedores do Cruzeiro no dia 27 de outubro de 2024. Na ocasião, um torcedor do Cruzeiro morreu e outros 15 ficaram feridos.

Segundo a Secretaria de Segurança, pelo menos 64 policiais civis estão nas ruas para cumprir dez mandados de prisão, sendo nove temporários e um preventivo. A operação foi batizada de Aguatto 2, que significa emboscada em italiano.

## MANDADOS DE PRISÃO

Além dos mandados de prisão, a polícia também está executando 12 ordens judiciais de busca e apreensão. Nesta manhã, seis torcedores teriam sido presos na operação. Mas a SSP não confirmou as prisões e informou que divulgará as informações ao fim da operação.

A emboscada dos torcedores do Palmeiras contra os do Cruzeiro aconteceu na rodovia Fernão Dias, no município de Mairiporã. Além da morte de um torcedor do Cruzeiro, outras pessoas foram feridas. Um ônibus foi incendiado. A partir daí, no decorrer das investigações 17 pessoas foram presas.

JAGUAR

# Carro de luxo invade calçada e destrói banca de jornal na Paulista

RENATA OKUMURA/AE

Um carro do modelo Jaguar atingiu duas pessoas após invadir uma calçada e colidir contra uma banca de jornal na Avenida Paulista, na região central de São Paulo, na tarde de segunda-feira passada. A banca ficou totalmente destruída.

Conforme a Secretaria da Segurança Pública do Estado, a Polícia Militar foi acionada para o atendimento da ocorrência. Segundo o boletim, das duas pessoas atingidas, uma delas foi socorrida e encaminhada ao Hospital Sepaco.

De acordo com informações preliminares, o motorista do veículo envolvido teria perdido o controle da direção ao tentar mudar de faixa. Ele foi submetido ao teste de etilômetro (bafômetro), que resultou negativo para a ingestão de álcool.

ENERGIA

# Aneel diz que processo de revisão tarifária da CPFL volta terça-feira

RENAN MONTEIRO/AE

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informou ontem, em nota, que o processo de reajuste tarifário anual da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL Paulista) voltará à pauta da reunião pública da diretoria na próxima terça-feira. Essa data é a mesma em que a nova tarifa entrará em vigor.

A previsão é que, após a deliberação, uma edição extra do *Diário Oficial da União* (DOU) seja publicada no mesmo dia, formalizando o reajuste tarifário.

O item estava na pauta desta terça, mas foi retirado pela relatora, Agnes da Costa. Segundo o órgão regulador, o processo saiu de pauta em razão de "um pequeno ajuste que foi necessário na instrução processual".

BUTANTAN

# Arquiteto morre baleado após tentar intervir em assalto

CAIO POSSATI E ÍTALO LO RE/AE

Um arquiteto morreu após ser baleado ontem, ao tentar intervir em tentativa de assalto no Butantã, zona oeste de São Paulo. O caso ocorreu no começo da tarde na altura do número 64 da Rua Desembargador Armando Fairbanks.

Jefferson Dias Aguiar estava em uma caminhonete Montana quando viu uma mulher sendo assaltada por dois indivíduos em uma moto - eles teriam levado o celular e a aliança da vítima.

Informações preliminares da Polícia Civil apontam que o arquiteto acelerou o carro para assustar os assaltantes, mas um dos criminosos efetuou três disparos contra ele. Um dos tiros atingiu as costas da Jefferson, perto da região da nuca.

A Polícia Civil apura se o arquiteto atropelou um dos assaltantes sem querer ou com a intenção de machucar o bandido. Os dois suspeitos que participaram da ação ainda que não foram identificados.

Conforme a Polícia Militar, a dupla praticava outros assaltos na região antes de disparar contra o arquiteto. Depois de cometer o crime, eles teriam conseguido escapar pulando o muro de um estacionamento, que fica ao lado de uma obra. Um deles usava um capacete amarelo.

Os autores abandonaram no local a motocicleta usada no assalto, uma Honda Titan azul. A suspeita é de que o veículo seria furtado. A Polícia Civil não conseguiu rastrear o celular roubado da primeira vítima.

Após ser atingido por um dos bandidos, Jefferson foi socorrido e levado ao Hospital Universitário da Universidade de São Paulo (USP), em estado grave, mas não resistiu. O caso foi encaminhado para o Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic), na zona norte da capital.

A região do Butantã, onde o caso ocorreu, registrou 102 roubos em fevereiro deste ano (um a mais do que no mesmo mês do ano passado), segundo dados da Secretaria da Segurança Pública do Estado (SSP).

Já os furtos saltaram 36,6% na região no mesmo período: foram 209 casos contabilizados no distrito em fevereiro, ante 153 no mesmo mês do ano passado.

Como mostrou o estadão, na contramão da queda de roubos e furtos, os homicídios dolosos subiram 11,6% em fevereiro na capital: de 43 para 48, segundo dados divulgados na segunda-feira, 31, pela secretaria.

Por outro lado, o número de latrocínios (roubos seguidos de morte), que tiveram aumento expressivo no ano passado, recuou de seis para cinco, em tendência que se repetiu no restante do Estado.

DITADURA NUNCA MAIS

# Exposição mostra impacto da ditadura nas famílias brasileiras

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

Uma imagem em preto e branco mostra o jovem Bergson Gurjão Farias ao lado da noiva, Simone, e da irmã, Tânia, em Fortaleza. Muitos anos depois, em uma foto colorida e já mais velhas, Tânia e Simone repetem a foto mas, desta vez, sem a presença de Bergson.

Bergson não aparece na segunda imagem porque foi morto em 1972, na Guerrilha do Araguaia, durante a ditadura militar (1964-1985) no Brasil.

As ausências provocadas por mortes e desaparecimentos forçados ocorridos no período da ditadura no Brasil são o tema de uma exposição em cartaz no Centro Maria Antônia, da Universidade de São Paulo (USP), localizado na região central da capital paulista.

Com entrada gratuita, a mostra está sendo aberta na noite de segunda-feira passada, véspera dos 61 anos do início da ditadura civil militar no país.

Chamada de Ausências Brasil, a exposição apresenta uma série de imagens produzidas pelo fotógrafo argentino Gustavo Germano, em parceria com o Núcleo de Preservação da Memória Política (NM), mostrando o impacto da ditadura em 12 famílias brasileiras.

O objetivo da mostra é discutir os impactos do abuso de poder e da violência praticada pelo Estado durante a ditadura, mas também refletir sobre seus reflexos e repercussões nos dias de hoje.

A exposição Ausências Brasil fica em cartaz até o dia 16 de maio. A primeira versão de Ausências foi lançada em outubro de 2007, após um longo processo de busca de Gustavo Germano para retratar, por meio de paralelos fotográficos, a "presença das ausências" dos assassinados e desaparecidos durante a ditadura argentina (1976-1983).

DOENÇA

# Cidade de SP confirma segunda morte por dengue nesta ano

ELAINE PATRÍCIA CRUZ/ABRASIL

A Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo confirmou a segunda morte por dengue neste ano na capital paulista. De acordo com a pasta, a vítima é um homem de 69 anos, com comorbidades, e que vivia na Mooca, na zona leste paulistana. Ele começou a ter sintomas da doença no dia 7 de fevereiro e morreu cinco dias depois.

Após esse caso, a secretaria intensificou as ações de combate ao mosquito transmissor nesta região.

A cidade de São Paulo registrou 21.625 casos de dengue neste ano, com duas mortes. A primeira delas foi de uma menina de 11 anos, moradora da região de Hermelino Matarazzo, também na zona leste da capital. Ela morreu no dia 30 de janeiro.

Em todo o estado de São Paulo foram confirmados 370.533 casos da doença em 2025, com 344 óbitos. Outros 110.839 casos estão em investigação. A maior parte dos diagnósticos e dos óbitos do estado ocorreram na região de São José do Rio Preto, com mais de 81 mil casos confirmados e 101 mortes no ano.

## DENGUE

A dengue é uma doença causada por um vírus transmitido pelo mosquito *Aedes aegypti*. Os sintomas mais comuns da doença são febre alta, dor atrás dos olhos, dor no corpo, manchas avermelhadas na pele, coceira, náuseas e dores musculares e articulares. Uma das principais formas de prevenção da doença é o combate ao mosquito transmissor. Isso pode ser feito eliminando água parada ou objetos que acumulem água como pratos de plantas ou pneus usados.

**MRS LOGÍSTICA S.A**
**CNPJ/MF nº 01.417.222/0001-77 - NIRE nº 33.300.163.565 - Companhia Aberta**
**Resumo da Ata de Deliberação de Dretoria da MRS LOGÍSTICA S.A.**
I. Foi realizada Deliberação de Diretoria da MRS Logística ("Companhia") no dia 10.03.2025, às 14h30min, na sede da Companhia, na qual foi deliberada e aprovada: (1) Inclusão de Classificação Nacional de Atividades Econômicas ("CNAE") secundário em filial da Companhia – Adequação CNPJ Barra do Piraí. Guilherme Segalla de Mello, Presidente; e Joana Bentes Meyer, Secretária. AVISO: O presente resumo é feito nos termos da Lei nº 6.404/76, art. 289, inciso I e não deve ser considerado isoladamente para a tomada de decisão. A íntegra da ata de Deliberação de Diretor único está disponível no endereço eletrônico do jornal Diário do Acionista (diariodoacionista.com.br). Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Protocolo: 2025/00363099-0 Data do protocolo: 20/03/2025. Arquivamento em 27/03/2025 sob o número 00006888373.

Diário do Acionista

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

**OUTONO:** Sol com nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde. Noite de tempo aberto. Manhã Tarde Noite 35º 24º 45% 06:00 17:50

DOENÇA

# Ministério vê casos isolados de sarampo, mas reforça vacina

RAFAEL CARDOSO/ABRASIL

O Ministério da Saúde entende que os registros de sarampo no país ainda são casos isolados, mas decidiu reforçar a vacinação em municípios do Rio de Janeiro que têm risco de transmissão. Duas crianças em São João de Meriti, na Baixada Fluminense, foram diagnosticadas com a doença. O terceiro caso foi uma mulher adulta no Distrito Federal.

"A partir do dia 7 de abril vamos fazer um grande chamado para a população desses municípios. Vamos aumentar o abastecimento de vacinas para o estado do Rio e chamar a população de 6 meses até 59 anos para passar por uma atualização da caderneta e ver se ela está em dia. E se tiver faltando vacina de sarampo, a gente vai atualizar", explica o Eder Gatti, diretor do Departamento Nacional de Imunização do Ministério da Saúde.

O representante do Ministério da Saúde se reuniu ontem com a Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro e secretários dos municípios que estão em alerta. No Distrito Federal e nas regiões do entorno, o entendimento de que não é necessária uma campanha de reforço nesse momento.

"No Distrito Federal, o caso foi importado, e houve um bloqueio. Mas temos olhado com muita atenção para outras regiões. Temos áreas de fronteira, com alta circulação de pessoas, como a região do Oiapoque, no Amapá. Temos também Belém, que está prestes a receber um grande evento, a COP 30. Estamos com um trabalho específico de vacinação contra a febre amarela e contra o sarampo lá", disse Eder Gatti.

No estado do Rio, os municípios foram orientados a construir estratégias para mobilizar as pessoas que ainda não foram vacinadas contra o sarampo. Estão sendo planejadas campanhas em escolas, faculdades e na indústria hoteleira.

"Temos uma cobertura que está aquém do desejado, da meta nacional, então estamos trabalhando para mobilizar os municípios para que eles melhorem essa cobertura. Isso é uma ação estratégica", disse Mário Sérgio Ribeiro, subsecretário de Saúde do estado do Rio.

Também houve uma mudança em relação à aplicação da primeira dose nesses municípios. Atualmente, a vacinada é aplicada no Sistema Único de Saúde (SUS) como parte do imunizante Tríplice Viral, que também protege contra a caxumba e a rubéola. A primeira dose deve ser aplicada aos 12 meses de idade, e a segunda, aos 15 meses.

"Com esse risco de introdução do sarampo, vamos ter que fazer um esforço de vacinar com dose zero. Ou seja, a vacina que é feita de 6 meses a 1 ano. Que não é uma recomendação usual, mas vamos adiantar para proteger as crianças de uma forma mais precoce na região do Rio", disse Eder Gatti.

## CASOS NAS AMÉRICAS

O risco de transmissão do sarampo se intensifica quando há surtos em outros países. Relatório da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), divulgado em 24 de março, aponta que, em 2025, 507 casos foram confirmados em outros países do continente, superando a contagem de todo o ano passado. São 301 nos Estados Unidos, com duas mortes; 173 no Canadá; 22 no México e 11 na Argentina. A Opas avalia que o risco de disseminação da doença, com ameaça à saúde, é alto.

O último grande surto vivido no Brasil foi em 2017, quando o país estava recebendo muitos cidadãos da Venezuela, onde os casos de sarampo estavam altos. No ano seguinte, os registros explodiram nos estados próximos à fronteira, e começaram a surgir também em outros locais.

Por enquanto, os três casos confirmados no país em 2025 não comprometem o certificado de país livre da doença, reconquistado no ano passado. Isso ocorre quando há cadeias de transmissão com o mesmo genótipo do vírus circulando durante um ano.

"Tivemos problemas com o sarampo dos anos de 2018 até 2022. Brasil perdeu certificação de área livre. Ano passado nós reconquistamos, graças a um trabalho de vigilância e intensificamos a vacinação no país nos últimos dois anos. E agora temos o desafio de manter o país livre. O problema é que o sarampo é uma questão de saúde pública global", disse Eder Gatti.

Os casos suspeitos de sarampo são de notificação compulsória, ou seja, devem ser comunicados imediatamente às autoridades de saúde. Há um protocolo rígido para quando são confirmados, que inclui a identificação e o monitoramento de todas as pessoas que podem ter sido infectadas pelo doente, e o bloqueio vacinal, que é o reforço da vacinação nos locais que essa pessoa frequentou, como escola e local de trabalho.

COMÉRCIO EXTERNO

# EUA: relatório critica Brasil às vésperas de novo tarifaço

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

Relatório divulgado na segunda-feira passada por escritório ligado ao governo dos Estados Unidos (EUA) faz críticas ao modelo de tarifas que o Brasil impõe às importações.

O texto critica tarifas brasileiras sobre etanol, filmes estadunidenses, bebidas alcoólicas, produtos de telecomunicações, máquinas e equipamentos e carne suína, além de reclamar da preferência dada pela legislação e normas do Brasil aos produtores nacionais.

O documento deve servir de base ao novo tarifaço que o presidente dos EUA, Donald Trump, prometeu anunciar hoje. Trump afirmou que vai impor "tarifas recíprocas" com a taxação de produtos de todos os países que cobrem impostos para importação de bens e produtos estadunidenses. O chefe da Casa Branca tem chamado o novo tarifaço de "Dia da Libertação".

Para subsidiar as novas tarifas, o Escritório do Representante Comercial dos EUA (USTR, na sigla em inglês) produziu documento de quase 400 páginas que descreve as tarifas que os EUA enfrentam nas exportações para 59 países ou blocos comerciais, incluindo União Europeia, China, Reino Unido, Argentina e México.

O Brasil ocupa seis páginas no relatório e é apresentado pelo USTR como uma nação que impõe tarifas relativamente altas sobre importações de uma ampla gama de setores, "incluindo automóveis, peças automotivas, tecnologia da informação e eletrônicos, produtos químicos, plásticos, máquinas industriais, aço e têxteis e vestuário".

"Os exportadores dos EUA enfrentam incertezas significativas no mercado brasileiro porque o governo frequentemente modifica as taxas tarifárias dentro das flexibilidades do Mercosul. A falta de previsibilidade em relação às taxas tarifárias torna difícil para os exportadores dos EUA preverem os custos de fazer negócios no Brasil", diz o relatório estadunidense.

## COMPRAS

O órgão ligado ao governo dos EUA destacou as restrições brasileiras às compras governamentais, que privilegiam os produtores internos, principalmente na área de saúde e defesa.

"Embora o Brasil tenha tomado medidas para tornar seu mercado de compras mais transparente, restrições e preferências domésticas permanecem", diz o documento.

O USTR manifesta ainda preocupação com as normas de proteção à propriedade intelectual no Brasil e com a discussão de taxação de plataformas digitais realizada pela Anatel, que consideram uma "barreira ao comércio digital".

"As partes interessadas dos EUA levantaram preocupações de que os pagamentos diretos sob a proposta poderiam reforçar o domínio das maiores operadoras e que as taxas poderiam aumentar os custos para os usuários finais", afirma o relatório.

## BEBIDAS E FILMES

O documento lembra que o Brasil e os EUA são os maiores produtores e consumidores de etanol do mundo e reclama das tarifas de 18% impostas ao produto estadunidense.

"Os EUA continuam a se envolver com o Brasil para reduzir sua tarifa de etanol", destaca o documento.

O escritório de Washington também cita o Imposto de Produtos Industrializados (IPI) sobre bebidas alcoólicas de 19,5%, enquanto a cachaça tem IPI menor de 16,25% por ser um produto nacional.

O documento cita os impostos sobre produtos audiovisuais.

"O Brasil impõe vários impostos sobre produtos estrangeiros que não aplica igualmente aos produtos nacionais", destaca o relatório dos EUA.

## EQUIPAMENTOS

Segundo o documento do USTR, o país restringe a entrada de produtos manufaturados como equipamentos de terraplenagem, peças automotivas e equipamentos médicos.

"O Brasil só permite a importação de tais bens se um importador puder fornecer evidências de que os bens não são ou não podem ser produzidos internamente, ou se atenderem a certas outras limitações", diz o escritório.

Sobre procedimentos para licenciamento de importações, o USTR diz que falta transparência nos procedimentos, o que prejudicaria os exportadores estadunidenses. "Exportadores de calçados e vestuário dos EUA e do setor automotivo expressaram preocupações sobre esses requisitos de licenciamento não automáticos", ressalta.

## RENOVA-BIO

Os Estados Unidos querem ainda ter acesso aos benefícios do programa brasileiro RenovaBio, destinado aos produtores nacionais com oferta de créditos de carbono por redução da emissão de gases do efeito estufa.

"Os Estados Unidos continuam a se envolver com o Brasil para instar o Brasil a revisar seus regulamentos para permitir que os produtores dos EUA sejam elegíveis para tratamento igualitário sob o programa", destacou o Escritório do Representante Comercial dos EUA.

O documento critica o fato de o mercado brasileiro estar fechado para carne suína fresca e congelada dos EUA devido à preocupação do Brasil de que essas importações possam aumentar os riscos de peste suína africana.

"O Brasil não forneceu evidências científicas que apoiem a proibição e a proibição parece ser inconsistente com os padrões internacionais da Organização Mundial de Saúde Animal."

GUERRA

# Lavrov anuncia reunião com EUA e acusa Ucrânia de violar cessar-fogo

PEDRO LIMA/AE

O ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergei Lavrov, confirmou ontem, que autoridades russas e americanas estão organizando um novo encontro para discutir temas sensíveis, como a retomada da Iniciativa do Mar Negro e os entraves ao funcionamento das embaixadas. A declaração foi dada após uma reunião do Conselho de Segurança da Rússia, na qual Lavrov abordou a evolução das relações com Washington.

Lavrov afirmou que a Rússia tem cumprido "rigorosamente o cessar-fogo" firmado em 18 de março entre os presidentes Vladimir Putin e Donald Trump. No entanto, acusou a Ucrânia de continuar atacando infraestruturas energéticas russas. "O moratório não está sendo respeitado, pois instalações energéticas da Federação Russa continuam sofrendo ataques, com, no máximo, pausas de um ou dois dias", declarou.

O chanceler lembrou que, no dia do acordo, sete drones ucranianos foram interceptados. "Desde então, temos seguido esse acordo com o presidente Trump de maneira integral", disse. Segundo Lavrov, a lista de violações foi enviada ao conselheiro de Segurança Nacional dos EUA, Mike Waltz.

Outro tema em pauta é a retomada da Iniciativa do Mar Negro, que busca viabilizar a exportação de grãos e fertilizantes russos. "Reconhecemos positivamente a disposição dos EUA em remover os obstáculos criados por sanções unilaterais ilegais", afirmou. No entanto, cobrou medidas concretas: "Agora, não queremos mais promessas vazias, mas sim acesso garantido aos portos, condições normais de frete e seguro".

As restrições ao funcionamento das embaixadas em Moscou e Washington também estão na mesa de negociações. Lavrov responsabilizou a administração Obama pelos entraves e disse que Moscou apenas reagiu com "reciprocidade". Ele mencionou uma reunião já realizada em Istambul e a preparação de um segundo encontro. "Vemos sinais de progresso", afirmou, sem dar detalhes.

SEGURANÇA

# Castro: setor bélico deve atuar junto ao governo

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

"O setor bélico deve atuar junto ao governo, no controle e monitoramento das armas, após o processo de venda, para combater a entrada dos equipamentos pelas fronteiras do país". A declaração do governador Cláudio Castro foi durante a abertura ontem, da 15ª edição da Feira Internacional de Defesa e Segurança (LAAD Security & Defence), realizada no Riocentro.

"Cerca de 90% do armamento apreendido pelas nossas polícias em 2024 vêm de outros países. Foram 15 mil armas recuperadas pelo Estado em um ano. Precisamos entender que esse poder bélico nas mãos erradas provoca insegurança e atinge toda a população.

Por isso, a importância da indústria em também fazer parte do enfrentamento ao crime organizado, tendo a gerência sobre o caminho dos armamentos e atuando em conjunto com o governo federal no controle do tráfico internacional de armas", reforçou Castro.

As forças de segurança do Estado participam da feira com a exposição de equipamentos em três estandes. A Polícia Militar levou o Centro Integrado de Comando e Controle Móvel, além de novas viaturas com sistemas de câmeras acopladas com softwares de reconhecimento facial e leitura de placas e ainda drones de última geração.

Já a Polícia Civil mostrou os equipamentos utilizados pelos institutos de Polícia Técnico-Científica. A Coordenadoria de Recursos Especiais, (Core), apresentou o Esquadrão Antibomba.

COREIA DO SUL

# Suprema decidirá na sexta-feira sobre impeachment de presidente deposto

A Suprema Corte da Coreia do Sul anunciará na próxima sexta-feira, sua decisão sobre a destituição ou reintegração do presidente afastado Yoon Suk Yeol, em um veredicto que, seja qual for o resultado, deve aprofundar as divisões no país. O tribunal analisa o caso desde dezembro, quando Yoon foi impeachment pelo Parlamento, controlado pela oposição liberal, após impor brevemente a lei marcial, desencadeando uma grave crise política.

Milhares de pessoas saíram às ruas em todo o país para apoiar ou condenar Yoon.

A polícia informou que mobilizará todo o efetivo disponível para manter a ordem e conter eventuais episódios de vandalismo, incêndios criminosos e agressões antes e depois do julgamento.

Para que Yoon seja removido do cargo, pelo menos seis dos oito juízes do tribunal devem votar a favor da destituição.

Caso o impeachment seja confirmado, a Coreia do Sul terá de realizar eleições em até dois meses para escolher um novo presidente. Se o tribunal reverter a decisão, Yoon retornará imediatamente ao poder.

POPULAÇÃO

# Itália registra recorde negativo de natalidade; nacionais deixam país

A Itália registrou novamente uma queda na natalidade, com apenas 370 mil nascimentos em 2024, o menor número de sua história, aponta a Agenzia Nazionale Stampa Associata (Ansa), a principal agência de notícias italiana. O número representa uma redução de 2,6% na comparação com 2023, ano que havia registrado o recorde negativo anterior.

Os dados são de relatório demográfico divulgado na segunda-feira, pelo Instituto Nacional de Estatísticas (Istat). De acordo com a reportagem, o número confirma que a tendência de diminuição populacional é um dos principais desafios do país pelo governo da premiê Giorgia Meloni.

A taxa de fecundidade em 2024 foi de 1,18 filho por mulher, superando o mínimo histórico de 1,19 de 1995. A reportagem ressalta, no entanto, que naquele ano a Itália registrou 526 mil nascimentos, número 29,66% maior do que o atual.

Considerando os 651 mil óbitos no ano passado, o país apresentou um saldo natural negativo de -281 mil pessoas.

# Quality Software S.A.

CNPJ: 35.791.391/0001-94

**Rio de Janeiro, 28 de março de 2025:** A Quality Software S.A. (B3: Bovespa mais - QUSW3) ("Companhia"), *Digital Business Acceleration*, anuncia hoje os resultados consolidados do quarto trimestre ("4T2024") e dos doze meses de 2024 ("2024").

## QUALITY SOFTWARE

*Fundada em 1989, a Quality Software S.A. ("Companhia", "Quality" ou "Quality Digital") tem como propósito ser o parceiro estratégico com autoridade em aceleração digital. A Companhia acelerar digitalmente os negócios de seus clientes com soluções criativas, inovadoras e de alto valor. Possui foco em desenvolvimento de Soluções Digitais de Negócios, e-commerce, estratégias de negócio e Growth, Plataformas de Automação e ESGRC (Auditoria, Governança, Risco e Compliance) e Otimização de TI.*

## MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas, Investidores, Colaboradores e Parceiros, É com satisfação que apresentamos os resultados consolidados da Quality Digital referentes ao quarto trimestre de 2024 (4T2024) e ao acumulado do ano de 2024. Em um cenário de constante transformação digital, a Quality Digital reafirma seu compromisso de ser o parceiro estratégico, com expertise em acelerar os negócios de nossos clientes com soluções inovadoras e de alto valor. Acreditamos que a Inteligência Artificial (IA) é um pilar fundamental para o futuro dos nossos negócios. Em 2024, realizamos investimentos significativos no desenvolvimento de soluções de IA, visando aprimorar nossos serviços e oferecer soluções ainda mais inovadoras aos nossos clientes. Criamos uma unidade específica de IA para atender as demandas de negócios dos nossos clientes, além de utilizarmos a IA de forma transversal em toda companhia para otimizar e melhorar a eficiência nos processos. Com o desenvolvimento de novos projetos de IA, conseguimos o financiamento incentivado do BNDES, (programa BNDES Mais Inovação) para sustentar o investimento para os próximos 3 anos no valor total de R$ 35 milhões, que será desembolsado conforme a evolução dos projetos. Investimos na empresa SINATRA que possui solução inovadora. A ferramenta é um copiloto com IA que detecta, alerta e corrige anomalias em todo o processo de vendas on-line. Adicionalmente, investimentos em uma solução de pagamento, Quality Digital Pay, uma plataforma de pagamento via FGTS, além do chatcommerce via WhatsApp. Essas soluções agregam e ampliam o nosso portfolio, posicionando a Companhia com uma das principais empresas de omnicanalidade no Brasil. Em 2024 dois grandes e transformacionais projetos de e-commerce no Brasil foram desenvolvidos e implementados pela Companhia. No dia 8 de outubro concluímos a aquisição da Driven Tecnologia ("Driven"), empresa que oferece amplo pacote de soluções para a digitalização de canais, desde o planejamento estratégico até a implementação. Os projetos de omni commerce entregam design estratégico, aplicado à modelagem de negócios, jornada do consumidor e experiência do cliente. Possui seis frentes de atuação: Experience Design, Business Modeling, Data Intelligence, Tech Lab, Creative Lab e Perfomance Lab. A Driven Tecnologia, ao longo da sua trajetória, esteve presente em mais de 15 países, com mais de 20 prêmios e cerca de 1.400 projetos realizados. Nossos esforços consistentes em inovação e ampliação de soluções visam resultados a médio prazo (2-3 anos), muitos dos investimentos realizados em 2024 ainda não foram capturados em sua integralidade. O retorno será obtido nos anos que estão por vir. Concluímos este ciclo com resultados financeiros e operacionais sólidos, evidenciando nossa habilidade em adaptar e fortalecer nossas atividades frente aos obstáculos de um mercado bastante desafiador, com retração de investimentos pela grande maioria dos nossos clientes. Em 2024 a Quality Digital cresceu 7,5%, atingindo o recorde de R$ 256 milhões de receita líquida, nos últimos 5 anos a companhia cresceu em média 19% ao ano. Nossa margem EBITDA ficou em 15,5%, redução de 2,7 pontos, sendo parte da redução devido aos investimentos realizados. O EBITDA fechou 2024 com R$ 39,7 milhões. Dado a estratégia de compensações tributárias, reduzimos de forma significativa os impostos, o lucro líquido atingiu a margem de 10%, fechou em R$ 25,7 milhões em 2024, valor recorde, um crescimento expressivo de 30%. Com o crescimento acelerado dos últimos anos, naturalmente, alguns itens precisam ser aprimorados. Em 2024, tivemos redução de receita e perda de alguns clientes acima do nosso planejado. Esse fato fez com que aprimorássemos a gestão sobre os nossos clientes, criássemos uma metodologia específica e uma estratégia clara para retenção e *cross sell*. Com mais de 400 clientes, em sua maioria, líderes nos seus segmentos, o cliente está no centro da nossa estratégia. Com mais de 35 anos de história, nossa essência é o aprendizado contínuo, em um cenário mais complexo que estar por vir, incluindo aumento de impostos para o nosso setor, sabemos que os nossos colaboradores são peças fundamentais, e por isso, continuamos investindo na formação das nossas lideranças, através de programas internos e externos, focados em *hard* e *soft skills*. Acreditamos que nossos sólidos fundamentos, aliados a uma estratégia bem definida, nos permitirão continuar crescendo de forma sustentável e gerando valor para nossos *stakeholders*. Continuaremos investindo em inovação, expandindo nossa base de clientes e otimizando nossa eficiência operacional. Com o apoio de nossos acionistas, colaboradores, clientes e parceiros, buscaremos mais um ano positivo para a Quality Digital. Agradecemos a confiança e o apoio de todos.

## DESTAQUES FINANCEIROS

| R$ mil | 2024 | 2023 | Var. | 4T2024 | 4T2023 | Var. |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Receita Líquida** | **255.611** | **237.689** | **7,5%** | **62.081** | **62.698** | **-1,0%** |
| **EBITDA** | **39.725** | **43.349** | **-8,4%** | **12.462** | **13.846** | **-10,0%** |
| Margem EBITDA | 15,5% | 18,2% | -2,7 p.p | 20,1% | 22,1% | -2 p.p |
| **EBITDA ajustado** | **37.887** | **36.490** | **3,8%** | **10.198** | **6.608** | **54,3%** |
| Margem EBITDA ajustado | 14,8% | 15,4% | -0,5 p.p | 16,4% | 10,5% | 5,9 p.p |
| **Lucro Líquido** | **25.746** | **19.768** | **30,2%** | **11.622** | **11.311** | **2,7%** |
| Margem Lucro | 10,1% | 8,3% | 1,8 p.p | 18,7% | 18,0% | 0,7 p.p |

• **Receita Líquida: R$ 255,6 milhões (+7,5% vs. 2024)**. No ano de 2024, a Companhia apresentou um crescimento de R$ 18 milhões em comparação ao mesmo período do ano anterior, com expansão de 7,1% na linha de negócio IT Optimization e 8% nas linhas Digitais. No quarto trimestre desde ano, ocorreu uma leve redução de R$ 617 mil, representando uma variação de -1%, com redução de 1% em IT Optimization e 0,9% nas linhas Digitais. O desempenho abaixo do esperado foi atribuído principalmente ao término de alguns projetos de e-commerce que não se repetiram durante o quarto trimestre de 2024, bem como o encerramento de alguns contratos da linha de ITO. • **EBITDA ajustado:** Atingiu **R$ 37,9 milhões (3,8% vs. 2023)**, com margem EBITDA de 14,8% em relação a receita líquida, uma perda de 0,5 pontos percentuais em relação ao mesmo período de 2023. No 4T2024 alcançou R$ 10,2 milhões com crescimento de 54,3% em relação ao 4T2023, ganho de 5,9 pontos percentuais. **O EBITDA de 2024 atingiu R$ 39,7 milhões,** a redução ocorreu, principalmente: (i) devido ao término de projetos da linha de e-commerce, dado a uma acomodação da demanda após o *boom* do período de pandemia, (ii) perda de alguns clientes na linha de ITO, (iii) investimentos e desenvolvimento em novas soluções, (iv) investimentos no time comercial e administrativo maiores em relação ao mesmo período do ano anterior, alinhados com o plano da Companhia. • **Lucro Líquido:** O lucro líquido atingiu, no 2024, o montante de **R$ 25,7 milhões (+30,2% vs. 2023)** com margem de 10,1%, já no 4T2024 alcançamos R$ 11,6 milhões com margem de 18,7%. A melhora expressiva se deve em consequência direta da redução das despesas financeiras e das incorporações das empresas adquiridas, que reduziu os impostos pagos, aumentando diretamente o lucro líquido.

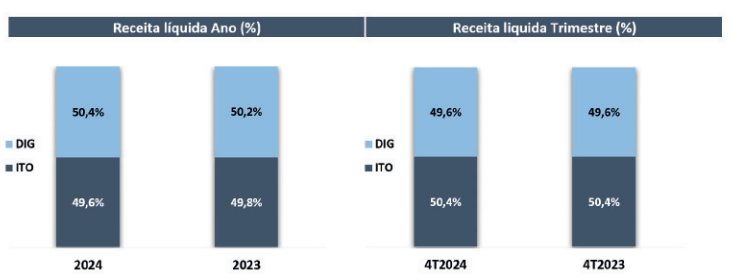
## NOSSA SOLUÇÕES

**Intelligence Driven Innovation:** Somos especialistas em acelerar os negócios dos nossos clientes com estratégia e soluções digitais de alto valor, criativas e inovadoras.

## DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

| | 2024 | 2023 | Var % | 4T2024 | 4T2023 | Var % |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Receita Líquida** | **255.611** | **237.689** | **7,5%** | **62.081** | **62.698** | **-1,0%** |
| **ITO** | 126.711 | 118.299 | 7,1% | 31.295 | 31.626 | -1,0% |
| **DIG** | 128.900 | 119.390 | 8,0% | 30.786 | 31.072 | -0,9% |

**Receita líquida:** A companhia alcançou em 2024 o valor de **R$ 255,6 milhões** de receita líquida **(+7,5% vs. 2023),** sendo **R$ 128,9 milhões** referentes a linha de negócios Digital, já a linha ITO finalizou o período com **R$ 126,7 milhões** de receita líquida. No 4T2024 a receita líquida alcançou R$ 62,1 milhões com redução de -1% sobre o mesmo período do ano anterior.




No exercício de 2024, a Companhia apresentou uma distribuição de receita líquida equilibrada entre suas linhas de negócio. A linha Digital, composta por soluções de Commerce, Business e Platforms, representou 50,4% do volume total, enquanto a linha de IT Optimization correspondeu a 49,6%, evidenciando um leve crescimento nas soluções digitais. Esse fato sinaliza uma estratégia de posicionamento progressivamente orientada para as demandas de aceleração digital.

| | 2024 | 2023 | Var % | 4T2024 | 4T2023 | Var % |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Lucro Bruto** | **67.771** | **67.727** | **0,1%** | **18.330** | **16.171** | **13,3%** |
| **ITO** | 28.902 | 23.763 | 21,6% | 9.517 | 5.855 | 62,6% |
| **DIG** | 38.869 | 43.965 | -11,6% | 8.812 | 10.316 | -14,6% |

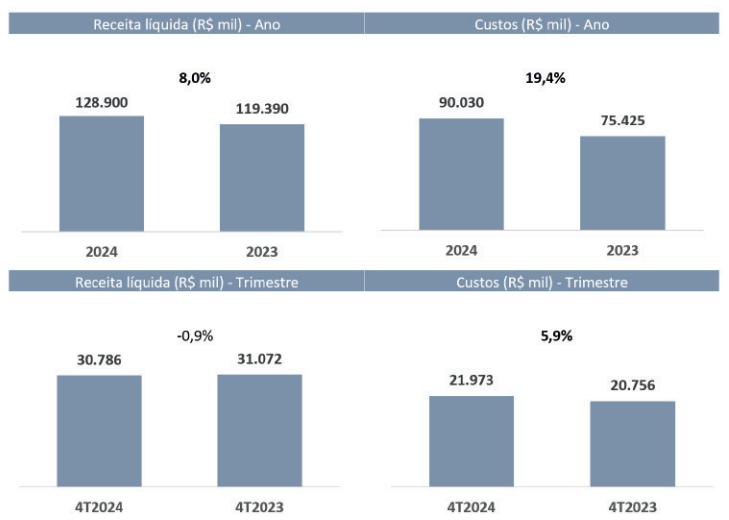
**Lucro Bruto:** A companhia alcançou em 2024 **R$ 67,7 milhões (+0,1% vs. 2023)** de lucro bruto, sendo **R$ 39 milhões** referentes a linha de negócios Digital, que representam 57% do total do lucro bruto no período.



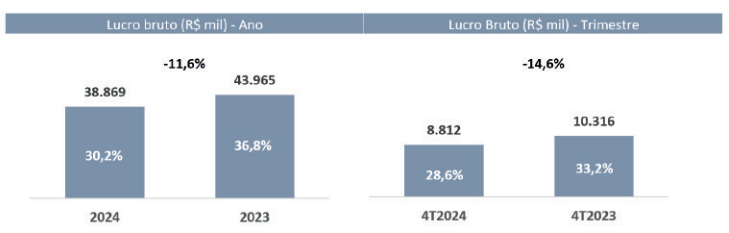

Conforme apresentado no gráfico acima, houve um incremento da proporção do lucro bruto da linha de negócio ITO no valor total gerado, se comparado ao ano de 2023. A alteração na relação proporcional, se deve, principalmente, a entrada de novos contratos, *via cross sell*, na linha de IT Optimization no final do ano de 2023, que impactaram positivamente as margens dessa linha de negócios. Além desse fator, houve redução no lucro bruto das linhas digitais devido a término de projetos. Nos anos de 2021, 2022 e no começo do ano de 2023, houve uma forte busca por soluções de vendas via canal eletrônico (e-commerce). Após esse período, ocorreu uma acomodação natural da demanda, e consequentemente, uma pressão por preços menores das soluções de e-commerce, impactando diretamente a margem da linha Digital. A queda da margem nos contratos foi prevista no plano de 2024 e está em linha com a estratégia adotada da Companhia em reduzir a margem, mantendo a base de clientes com foco no relacionamento de longo prazo.

## Unidade DIGITAL

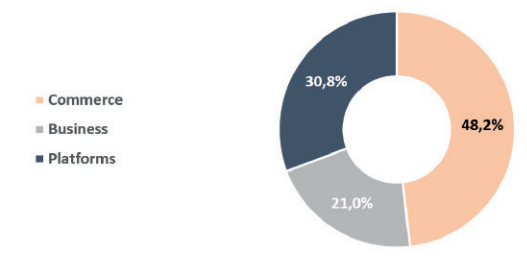
**DIGITAL ("DIG"):** As linhas Digitais se dividem em 3 linhas soluções: (1) Commerce, (2) Business, e (3) Platforms. A Linha de Commerce é uma consultoria ágil de engenharia de software especializada em *e-commerce*. Apoiamos desde a estratégia de e-commerce até a sustentação das plataformas com a implantação de soluções *Omnichannel*, Plataformas Digitais, dados e Growth. A Linha Business é especializada na cocriação com nossos clientes de soluções de aceleração digital, digital factory, integração e sustentação de aplicações, além de aplicativos Móveis, Microserviços/Barramento de Serviços. A Linha Digital Platforms possui soluções de **ESGRC** – Software integrado e data analytics, líder mundial reconhecido pelo Gartner e Forrester aplicada na gestão de riscos, prevenção de fraudes, monitoramento e auditoria contínua, Compliance e análise de dados, e **4AT (Automation)** – Software de hiperautomação e RPA orientada por tecnologias de Inteligência Artificial, Machine Learning, entre outras, que automatizam processos de negócios e TI.




**Receita líquida DIG:** A linha Digital registrou uma receita líquida em 2024 de **R$ 128,9 milhões (+8% vs. 2023),** com um aumento de R$ 9,5 milhões, já no 4T2024 teve uma receita líquida de R$ 30,8 milhões (-1% vs. 4T2023). O crescimento em 2024 se deve especialmente pela entrada de novos clientes, já a redução no quarto trimestre, ocorreu especialmente pelo encerramento de alguns projetos de ecommerce. **Custo de DIG:** Os custos do 2024 foram de **R$ 90 milhões (+19,4% vs. 2023)**, aumento de R$ 14,6 milhões, no 4T2024 os custos representaram R$ 21,9 milhões (+5,9% vs 4T2023). O crescimento do
custo acorreu, principalmente, devido gastos pontuais realizados no primeiro trimestre de 2024 para otimização de equipes operacionais e, devido a estratégia adotada com foco no relacionamento de longo prazo.

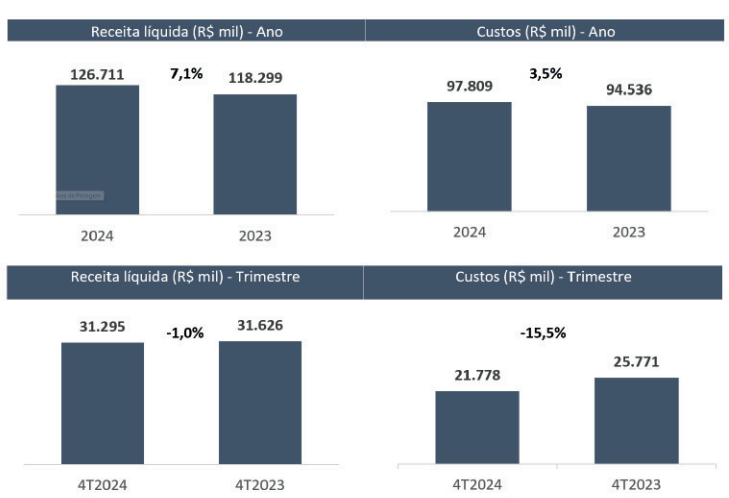



**Lucro Bruto DIG**: O lucro bruto em 2024 foi de **R$ 38,8 milhões (-11,6% vs. 2023),** com margem bruta de 30,2%, no 4° trimestre de 2024, o lucro bruto atingiu R$ 8,8 milhões (-14,6% vs 4T2023). A redução da margem percentual se deve por gastos pontuais realizados no primeiro trimestre desse ano na equipe operacional e pela estratégia focada no relacionamento de longo prazo. **DIG Breakdown:** A unidade de negócios Digital é composta por três grupos de produtos e serviços: Digital Business, Digital *Commerce* e Digital Platforms. A primeira linha de negócios está atrelada a aceleração digital relacionada diretamente aos negócios dos nossos clientes. A linha Digital *Commerce* se refere a consultoria ágil de engenharia de software especializada em *Commerce*. A linha Platforms está atrelada aos softwares de ESGRC, 4AT (Automação) e serviços correlacionados a implantação dessas ferramentas. As receitas oriundas da Driven Tecnologia estão incorporadas dentro da linha de Commerce. No ano, pós aquisição no dia 8 de outubro de 2024, a Driven acrescentou uma receita de R$ 2,3 milhões, com um lucro bruto de R$ 0,81 milhão.

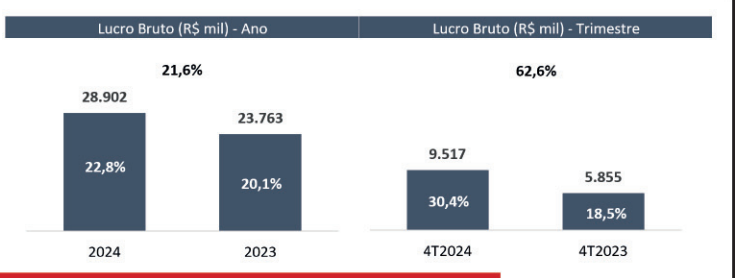



## Unidade de IT Optimization | Corporate IT

**IT Optimization (Corporate IT):** Soluções e serviços de TI e de negócios, estruturados para atuar otimizar processos operacionais de *Managed Services*, que englobam Service Desk com Platforms automatizada de autoatendimento omnichannel (Portal, Chatbot, Whatsapp, Urabot e e-mail), profissionais especialistas, Field Services, Gestão de Datacenter / Cloud e monitoramento de ambientes críticos NOC 24x7 (Network Operations Center) e Customer Experience Center.




**Receita líquida ITO:** A receita líquida em 2024 foi de **R$ 126,7 milhões (+7,1% vs. 2023)**, um aumento de R$ 8,4 milhões e no 4T2024 a receita alcançada foi de R$ 31,3 milhões (-1% vs 4T2023). A performance positiva no ano é consequência, principalmente, do incremento de receita na base de clientes, *upsell e cross sell*, já o pequeno decréscimo no quarto trimestre se deve faturamentos pontuais no 4T23. **Custos de ITO:** Os custos em 2024 alcançaram **R$ 97,8 milhões (+3,5% vs. 2023)**, aumento em R$ 3,3 milhões. No 4T2024 os custos registraram o valor de R$ 21,8 milhões (-15,5% vs 4T2023) redução de R$ 4 milhões. O bom resultado em custo no ano e especialmente no 4° trimestre de 2024, refletiu a estratégia de busca de performance operacional, buscando a otimização das equipes de suporte e compartilhadas, além de recuperação pontual de encargos sociais. **Lucro Bruto ITO:** O lucro bruto em 2024 atingiu **R$ 28,9 milhões (+21,6% vs. 2023)** e margem bruta de 22,8%, ganho de R$ 5,1 milhões em relação ao 2023, no 4T2024 o lucro bruto foi de R$ 9,5 milhões (+62,6% vs. 4T2023). A expressiva melhora no lucro bruto se deve, principalmente, ao incremento da receita, melhoria de performance operacional e recuperação pontual de encargos sociais.




## DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

| *R$ em mil* | 2024 | 2023 | Var (%) | 4T2024 | 4T2023 | Var (%) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| ***Despesas Gerais e Administrativas*** | **34.834** | **34.270** | **1,6%** | **10.374** | **6.035** | **71,9%** |
| *Despesas Gerais e Administrativas /Rol(%)* | 13,6% | 14,4% | -0,8 p.p | 16,7% | 9,6% | 7,1 p.p |
| Despesas com pessoal | 20.123 | 21.678 | -7,2% | 5.589 | 6.987 | -20,0% |
| Despesas gerais e administrativas | 3.113 | 4.512 | -31,0% | (345) | 1.115 | -131,0% |
| Despesas com serviços prestados | 6.648 | 5.332 | 24,7% | 2.887 | 1.462 | 97,5% |
| Depreciação e amortização | 3.260 | 2.117 | 54,0% | 978 | (3.703) | -126,4% |
| Despesas com M&A | 1.690 | 631 | 168,0% | 1.264 | 174 | 626,1% |

As despesas gerais e administrativas em 2024 atingiram o valor de **R$ 34,8 milhões (+1,6% vs. 2023),** um pequeno crescimento de R$ 0,6 milhões em relação ao mesmo período de 2023. A principais diferenças nos períodos analisados, se refere à "depreciação e amortização", impactada pelo aumento em investimentos em capex," despesas com M&A", atrelados aos gastos de aquisição de uma nova empresa investida pelo grupo e "despesas com prestados", impactados com despesas pontuais de consultoria tributária.

## EBITDA e EBITDA AJUSTADO

**Reconciliação do EBITDA vs EBITDA Ajustado** (conforme Resolução CVM 156/22)

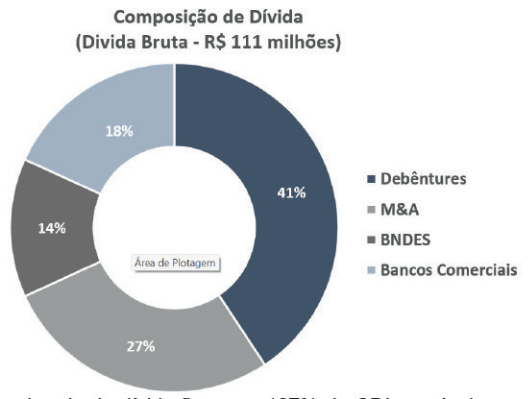
| *R$ em mil* | 2024 | 2023 | Var (%) | 4T2024 | 4T2023 | Var (%) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Lucro Líquido | 25.746 | 19.768 | 30,2% | 11.622 | 11.311 | 2,7% |
| (+) Imposto de Renda e Contribuição Social | 1.450 | 6.068 | -76,1% | (492) | 2.587 | -119,0% |
| (+) Resultado financeiro Líquido | 9.269 | 15.396 | -39,8% | 355 | 3.651 | -90,3% |
| **EBIT** | **36.465** | **41.232** | **-11,6%** | **11.484** | **17.548** | **-34,6%** |
| **Margem EBIT** | **58,2%** | **66,4%** | **-8,3 p.p** | **18,50%** | **27,99%** | **-9,5 p.p** |
| (+) Depreciação e Amortização | 3.260 | 2.117 | 54,0% | 978 | -3.703 | -126,4% |
| **EBITDA** | **39.725** | **43.349** | **-8,4%** | **12.462** | **13.846** | **-10,0%** |
| **Margem EBITDA (%)** | **15,5%** | **18,2%** | **-2,7 p.p** | **20,1%** | **22,1%** | **-2 p.p** |
| Ajustes[1] | | | | | | |
| (+) Despesas extraordinárias (M&A) | 1.690 | 631 | 168,0% | 1.264 | 174 | 626,1% |
| (-/+) Outras receitas/ despesas operacionais | (3.528) | (7.775) | -54,6% | (3.528) | (7.412) | -52,4% |
| (+) itens não recorrentes | - | 285 | -100,0% | - | - | 0,0% |
| **EBITDA ajustado** | **37.887** | **36.490** | **3,8%** | **10.198** | **6.608** | **54,3%** |
| **Margem EBTIDA (%) ajustado** | **14,8%** | **15,4%** | **-0,5 p.p** | **16,4%** | **10,5%** | **5,9 p.p** |

[1] Ajustes executados de reconciliação, conforme resolução CVM 156 de 23 de junho de 2022. O quadro foi recomposto de forma a melhor se adequar às instruções da resolução acima.

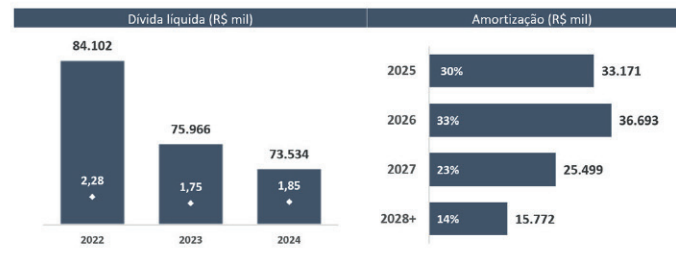
No 2024 o EBITDA somou **R$ 39,7 milhões (-8,4% vs. 2023)**, com margem de 15,5% sobre a receita. No 4T2024 o EBITDA registrou o valor de R$ 12,4 milhões (-10, vs. 4T2023). A redução ocorreu devido principalmente, a redução do lucro bruto da linha digital.

## DÍVIDA

A Companhia fechou o quarto trimestre de 2024 com uma dívida total bruta de R$ 111 milhões, dos quais R$ 45 milhões, ou 41%, se referem ao financiamento de longo prazo, debêntures, captado em dezembro de 2021 e com vencimento em dezembro de 2027. A dívida da aquisição das empresas ACCT e Driven Tec representam 27%, e estão atreladas, principalmente a metas de performance (*earn-out*).

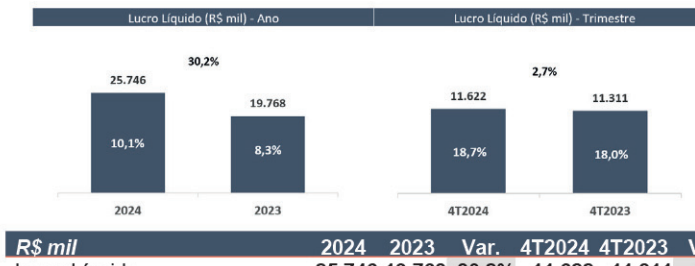



O custo médio ponderado da dívida ficou em 107% do CDI a.a. A alavancagem financeira teve um leve acrescimento em relação ao final de 2023, devido à aquisição da Driven Tecnologia, atingindo 1,85x EBITDA LTM.




• **Dívida Líquida/EBITDA (LTM)**

## LUCRO/PREJUÍZO DO PERÍODO




| *R$ mil* | 2024 | 2023 | Var. | 4T2024 | 4T2023 | Var. |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Lucro Líquido | **25.746** | **19.768** | **30,2%** | **11.622** | **11.311** | **2,7%** |
| **Margem Lucro** | 10,1% | 8,3% | 1,8 p.p | 18,7% | 18,0% | 0,7 p.p |

O lucro líquido em 2024 atingiu o expressivo montante de **R$ 25,7 milhões (+30,2% vs. 2023)**, com margem líquida de 10,1%. O resultado se deve, principalmente, a: (i) Incorporação das empresas Premier IT e ACCT, que permitiram a redução dos impostos sobre lucro e, (ii) melhora do resultado financeiro.

## ESTRUTURA ACIONÁRIA

O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 37.606 mil e é representado por 861.605 ações ordinárias.

| Composição acionária | 30/09/2024 | % do Capital Votante |
|---|---|---|
| Henkan I – FIP Multiestratégia | 368.198 | 42,73% |
| BNDES Participações S.A. | 218.315 | 25,34% |
| Júlio Cesar Estevam de Britto Junior | 214.352 | 24,88% |
| Outros | 60.740 | 7,05% |
| **Total** | **861.605** | **100,00%** |

## AUDITORES INDEPENDENTES

As informações intermediarias, individuais e consolidadas, da Quality Software S/A, do período findo em 31 de dezembro de 2024, foram revisadas pela BKR LOPES MACHADO AUDITORES. A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não advogar pela Quality Software S.A. ou prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Em atendimento a RESOLUÇÃO CVM Nº 162, DE 13 DE JULHO DE 2022, declaramos que, para o período findo em 31 de dezembro de 2024, a BKR LOPES MACHADO AUDITORES não prestou quaisquer outros serviços que não relacionados à auditoria externa das demonstrações contábeis.

## DRE – 2024

**Demonstrações dos resultados consolidados**
**Períodos de três e doze meses findos em 31 dezembro de 2024 e de 2023**
**(Valores expressos em Reais)**

| | Consolidado | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 2024 | AV | 2023 | AV | AH |
| **Receita operacional líquida** | **255.611** | **100%** | **237.689** | **100%** | **7,5%** |
| **ITO** | 126.711 | 49,6% | 118.299 | 49,8% | 7,1% |
| **DIG** | 128.900 | 50,4% | 119.390 | 50,2% | 8,0% |
| Custos dos serviços prestados[1] | **(187.840)** | **-73,5%** | **(169.962)** | **-71,5%** | **10,5%** |
| **ITO** | (97.809) | -77,2% | (94.536) | -79,9% | 3,5% |
| **DIG** | (90.030) | -69,8% | (75.425) | -63,2% | 19,4% |
| **(=) Lucro bruto[1]** | **67.771** | **26,5%** | **67.727** | **28,5%** | **0,1%** |
| **ITO** | 28.902 | 22,8% | 23.763 | 20,1% | 21,6% |
| **DIG** | 38.869 | 30,2% | 43.965 | 36,8% | -11,6% |
| **(=/-) (Despesas)/receitas operacionais** | **(31.306)** | **-12,2%** | **(26.495)** | **-11,1%** | **18,2%** |
| Despesas com pessoal | (20.123) | -7,9% | (21.678) | -9,1% | -7,2% |

# Quality Software S.A.

CNPJ: 35.791.391/0001-94

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Despesas gerais e administrativas | (3.113) | -1,2% | (4.512) | -1,9% | -31,0% |
| Despesas de serviços prestados | (6.648) | -2,6% | (5.332) | -2,2% | 24,7% |
| Despesas com depreciação e amortização | (3.260) | -1,3% | (2.117) | -0,9% | 54,0% |
| Outras receitas/despesas | 1.838 | 0,7% | 7.144 | 3,0% | 100,0% |
| **(=) Resultado operacional antes do resultado financeiro** | **36.465** | **14,3%** | **41.232** | **17,3%** | **-11,6%** |
| Receitas financeiras | 7.369 | 2,9% | 1.935 | 0,8% | 280,8% |
| Despesas financeiras | (16.638) | -6,5% | (17.331) | -7,3% | -4,0% |
| **(=) Lucro antes dos impostos** | **27.196** | **10,6%** | **25.836** | **10,9%** | **5,3%** |
| Imposto de Renda e Contribuição Social correntes | (5.206) | -2,0% | (5.061) | -2,1% | 2,9% |
| Imposto de Renda e Contribuição Social diferido | 3.756 | 1,5% | (1.007) | -0,4% | 100,0% |
| **(=) Lucro do exercício** | **25.746** | **10,1%** | **19.768** | **8,3%** | **30,2%** |

[1] A AV é calculada pela Receita Operacional Líquida correspondente.

## DRE – 4T2024

**Demonstrações dos resultados consolidados**
**Períodos de três e doze meses findos em 31 dezembro de 2024 e de 2023**
**(Valores expressos em Reais)**

| | Consolidado | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 4T2024 | AV | 4T2023 | AV | AH |
| **Receita operacional líquida** | **62.081** | **100%** | **62.698** | **100%** | **-1,0%** |
| **ITO** | 31.295 | 50,4% | 31.626 | 50,4% | -1,0% |
| **DIG** | 30.786 | 49,6% | 31.072 | 49,6% | -0,9% |
| Custos dos serviços prestados[1] | **(43.751)** | **-70,5%** | **(46.527)** | **-74,2%** | **-6,0%** |
| **ITO** | (21.778) | -69,6% | (25.771) | -81,5% | -15,5% |
| **DIG** | (21.973) | -71,4% | (20.756) | -66,8% | 5,9% |
| **(=) Lucro bruto[1]** | **18.330** | **29,5%** | **16.171** | **25,8%** | **13,3%** |
| **ITO** | 9.517 | 30,4% | 5.855 | 18,5% | 62,6% |
| **DIG** | 8.813 | 28,6% | 10.316 | 33,2% | -14,6% |
| **(=/-) (Despesas)/receitas operacionais** | **(6.846)** | **-11,0%** | **1.377** | **2,2%** | **-597,0%** |
| Despesas com pessoal | (5.589) | -9,0% | (6.987) | -11,1% | -20,0% |
| Despesas gerais e administrativas | 345 | 0,6% | (1.115) | -1,8% | -131,0% |
| Despesas de serviços prestados | (2.887) | -4,7% | (1.462) | -2,3% | 97,5% |
| Despesas com depreciação e amortização | (978) | -1,6% | 3.703 | 5,9% | -126,4% |
| Outras receitas/despesas | 2.263 | 3,6% | 7.238 | 11,5% | 100,0% |
| **(=) Resultado operacional antes do resultado financeiro** | **11.484** | **18,5%** | **17.548** | **28,0%** | **-34,6%** |
| Receitas financeiras | 4.629 | 3,5% | 568 | 0,9% | 714,3% |
| Despesas financeiras | (4.983) | -4,1% | (4.220) | -6,7% | -18,1% |
| **(=) Lucro antes dos impostos** | **11.129** | **17,9%** | **13.897** | **22,2%** | **-19,9%** |
| Imposto de Renda e Contribuição Social correntes | (3.045) | -4,9% | (875) | -1,4% | 248,0% |
| Imposto de Renda e Contribuição Social diferido | 3.537 | 5,7% | (1.711) | -2,7% | 100,0% |
| **(=) Lucro do exercício** | **11.622** | **18,7%** | **11.311** | **18,0%** | **2,7%** |

[1] A AVé calculada pela Receita Operacional Líquida correspondente.

## BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVOS

**Balanços patrimoniais consolidados Em 31 Dezembro de 2024 e 31 Dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)**

| Ativo | Consolidado | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 2023 | AV | 2024 | AV | AH |
| **Circulante** | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 21.131 | 9,3% | 37.601 | 13,4% | 77,9% |
| Contas a receber | 55.256 | 24,2% | 56.137 | 20,1% | 1,6% |
| Outras contas a receber | 5.653 | 2,5% | 5.187 | **1,9%** | -8,2% |
| Impostos e contribuições a recuperar | 11.024 | 4,8% | 16.535 | 5,9% | 50,0% |
| Despesas antecipadas | 3.277 | 1,4% | 2.941 | 1,1% | -10,3% |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | 0,0% | 2.426 | 0,9% | 100,0% |
| **Total do ativo circulante** | **96.341** | **42,2%** | **120.828** | **43,2%** | **25,4%** |
| **Não circulante** | | | | | |
| Contas a receber | 617 | 0,3% | - | 0,0% | -100,0% |
| Outros ativos nào circulantes | 896 | 0,4% | 2.165 | 0,8% | 141,5% |
| Impostos diferidos | 5.074 | 2,2% | 8.830 | 3,2% | 74,0% |
| Imobilizado | 3.930 | 1,7% | 3.739 | 1,3% | -4,9% |
| Intangível | 121.202 | 53,1% | 144.006 | 51,5% | 18,8% |
| | **131.719** | **57,8%** | **158.740** | **56,8%** | **20,5%** |
| **Total do Ativo** | **228.061** | **100%** | **279.568** | **100%** | **23%** |

## BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVOS

| Passivo e patrimônio líquido | Consolidado | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 2023 | AV | 2024 | AV | AH |
| **Circulante** | | | | | |
| Empréstimos e Financiamentos | 1.991 | 0,9% | 5.743 | 2,1% | 188,4% |
| Debêntures | 15.114 | 6,6% | 15.109 | 5,4% | 100,0% |
| Fornecedores | 7.053 | 3,1% | 5.026 | 1,8% | -28,7% |
| Dívida por aquisição de empresas | 2.689 | 1,2% | 10.634 | 3,8% | 295,5% |
| Salários e encargos | 9.249 | 4,1% | 11.668 | 4,2% | 26,2% |
| Provisões para férias e encargos | 9.925 | 4,4% | 11.634 | 4,2% | 17,2% |
| Impostos e contribuições a recolher | 2.412 | 1,1% | 3.661 | 1,3% | 51,8% |
| Passivos com operações com arrendamento | 575 | 0,3% | 894 | 0,3% | 55,6% |
| Dividendos a pagar | 4.694 | 2,1% | 6.115 | 2,2% | 30,3% |
| Outras Obrigações | 13.609 | 6,0% | 22.389 | 8,0% | 64,5% |
| | **67.311** | **29,5%** | **92.871** | **33,2%** | **38,0%** |
| **Não circulante** | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 4.582 | 2,0% | 29.644 | 10,6% | 547,0% |
| Debêntures | 45.141 | 19,8% | 30.113 | 10,8% | 100,0% |
| Dívida por aquisição de empresas | 27.580 | 12,1% | 19.893 | 7,1% | -27,9% |
| Passivos com operações com arrendamento | 282 | 0,1% | 303 | 0,1% | 7,4% |
| Impostos e contribuições parcelados | 380 | 0,2% | 1.959 | 0,7% | 415,5% |
| Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | 261 | 0,1% | 635 | 0,2% | 143,4% |
| | **78.226** | **34,3%** | **82.547** | **29,5%** | **5,5%** |
| **Patrimônio líquido** | | | | | |
| Capital social | 37.606 | 16,5% | 37.606 | 13,5% | 0,0% |
| Reserva de lucros | 45.507 | 20,0% | 65.140 | 23,3% | 43,1% |
| Ajuste acumulado de conversão | (593) | -0,3% | 1.400 | 0,5% | -336,0% |
| Resultado do período | - | 0,0% | - | 0,0% | 100,0% |
| Participação dos acionistas não controladores | 4 | 0,0% | 3 | 0,0% | 200,0% |
| | **82.524** | **36,2%** | **104.149** | **37,3%** | **26,2%** |
| **Total do Passivo e Patrimônio Líquido** | **228.061** | **100%** | **279.568** | **100%** | **23%** |

## DFC - FLUXO DE CAIXA

**Demonstrações dos fluxos de caixa consolidadas intermediárias - método indireto Em 31 Dezembro de 2024 e 31 Dezembro de 2023**
**(Valores expressos em Reais)**

**FLUXO DE CAIXA**

| | 2023 | 2024 |
|---|---|---|
| **Lucro líquido do período** | **19.768** | **25.746** |
| **Ajustes para reconciliar o resultado do período** | | |
| Depreciações e amortizações | 2.117 | 3.260 |
| Aumento das provisões de férias e encargos | 1.217 | 1.708 |
| Reversão/Constituição com Perda Esperada de Liquidação Duvidosa (PECLD) | 610 | 86 |
| Adição de provisão para riscos tributários, aveis e trabalhistas | (1.079) | 374 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, líquidos | 1.007 | (3.756) |
| Resultado com alienações, baixa de ativos | (493) | 1.995 |
| Encargos financeiros não realizados | (4.534) | 2.727 |
| | **18.614** | **32.139** |
| Fluxos de caixa de atividades operacionais | | |
| Aumento/(redução) do contas a receber | (6.700) | (350) |
| Aumento/(redução) outras contas a receber | (2.463) | 466 |
| Aumento dos impostos e contribuições a recuperar | (3.569) | (5.512) |
| Aumento/(redução) dos fornecedores | (2.575) | (2.028) |
| Aumento/(redução) dos salários e encargos | 1.306 | 2.419 |
| Aumento/(redução) dos impostos e contribuições a recolher | 541 | 1.435 |
| Redução dos im postos e contribuições parcelados | (85) | 1.579 |
| Aumento/(redução) outros ativos não circulantes | 372 | (1.268) |
| Aumento/(redução) das outras contas a pagar | 4.283 | 8.780 |
| Aumento/(redução) das despesas antecipadas | 897 | 336 |
| Imposto de renda e contribuição social correntes pagos | (2.572) | (186) |
| **Caixa líquido (aplicado nas)/proveniente das atividades operacionais** | **8.049** | **37.811** |
| **Fluxos de caixa das atividades de investimento** | | |
| Aquisições de ativos imobilizados e intangíveis | (1.134) | (25.872) |
| **Caixa líquido proveniente das/(aplicado nas) atividades de investimento** | **(1.134)** | **(25.872)** |
| **Fluxos de caixa das atividades de financiamento** | | |
| Dividendos pagos | (3.004) | (4.694) |
| Captação de empréstimos e financiamentos | - | 35.351 |
| Juros pagos sobre empréstimos | (157) | (9.322) |
| Pagamento de principal sobre empréstimos | (2.000) | (17.391) |
| Aumento/(redução) de partes relacionadas | - | - |
| Pagamento de dívida aquisição | (1.625) | 247 |
| Pagamento de arrendamento mercantil | (309) | 340 |
| **Caixa líquido proveniente das/(aplicado nas) atividades de financiamento** | **(7.095)** | **4.531** |
| **Aumento líquido/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa** | **(180)** | **16.470** |
| Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa | 21.311 | 21.131 |
| Saldo final de caixa e equivalentes de caixa | 21.131 | 37.601 |
| **Aumento líquido/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa** | **(180)** | **16.470** |

## CONTROLE DE INDICADORES

**OBRIGAÇÃO CONTRATUAL:** Abaixo relacionamos os itens de controle, que visam atender os contratos de financiamento:

| **CONTAS BALANÇO PATRIMONIAL** | **2023** | **2024** |
|---|---|---|
| Ativo Total: | 228.061 | 279.568 |
| Patrimônio Líquido: | 82.524 | 104.149 |
| **Dívida Bancária Líquida** | **2023** | **2024** |
| Caixa e equivalentes de caixa | 21.131 | 37.601 |
| (-) Empréstimos e Financiamentos | -66.829 | -80.609 |
| (-) Dívida Aquisição | -30.268 | -30.526 |
| (=) Dívida Bancária Líquida | -75.966 | -73.534 |
| **EBITDA*** | **2023** | **2024** |
| Lucro Líquido | 19.768 | 25.746 |
| (+) Imposto de Renda e Contribuição Social | 6.068 | 1.450 |
| (+) Resultado financeiro Líquido | 15.396 | 9.269 |
| (+) Depreciação e Amortização | 2.117 | 3.260 |
| (=) EBITDA | 43.349 | 39.725 |
| (+) AJUSTES | -6.859 | -1.838 |
| (=) EBITDA Ajustado | 36.490 | 37.887 |
| **Índices** | **2023** | **2024** |
| Patrimônio Líquido/Ativo Total (PL/AT) | 0,36 | 0,37 |
| Dívida Bancária Líquida/EBITDA (DBL/EBITDA): | 1,75 | 1,85 |

* EBITDA LTM

**Balanços patrimoniais individuais e consolidados Exercícios Findos Em 31 Dezembro de 2024 e 31 Dezembro de 2023**
**(Valores expressos em Reais)**

| Ativo | Nota explicativa | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| **Circulante** | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 23.482.226 | 13.069.954 | 37.601.374 | 21.131.364 |
| Contas a receber | 5 | 49.100.847 | 46.610.755 | 56.137.297 | 55.256.243 |
| Outras contas a receber | 6 | 4.798.272 | 5.389.752 | 5.186.669 | 5.652.998 |
| Impostos e contribuições a recuperar | 7 | 14.851.728 | 10.088.407 | 16.535.339 | 11.023.674 |
| Despesas antecipadas | | 2.255.015 | 1.247.285 | 2.940.530 | 3.276.781 |
| Instrumentos Financeiros derivativos | | 2.426.391 | - | 2.426.391 | - |
| **Total do ativo circulante** | | **96.914.479** | **76.406.153** | **120.827.600** | **96.341.060** |
| **Não circulante** | | | | | |
| Contas a receber | 5 | - | 617.037 | - | 617.037 |
| Créditos com partes relacionadas | 8 | 2.652.901 | 1.555.450 | - | - |
| Outros ativos não circulantes | | 1.698.742 | 430.398 | 2.164.735 | 896.391 |
| Impostos diferidos | 9 | 8.455.204 | 4.634.577 | 8.830.485 | 5.074.091 |
| Investimentos | 10 | 30.648.146 | 20.409.755 | - | - |
| Imobilizado | 11 | 3.737.065 | 3.929.746 | 3.739.045 | 3.929.746 |
| Intangível | 12 | 120.038.333 | 118.984.010 | 144.005.697 | 121.202.190 |
| **Total do ativo não circulante** | | **165.650.391** | **150.560.973** | **158.739.962** | **131.719.455** |
| **Total do Ativo** | | **264.144.870** | **226.967.126** | **279.567.562** | **228.060.515** |

| **Passivo e patrimônio líquido** | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| **Circulante** | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 17 | 5.742.572 | 1.991.329 | 5.742.572 | 1.991.329 |
| Debêntures | 17 | 15.108.619 | 15.114.163 | 15.108.619 | 15.114.163 |
| Fornecedores | 13 | 3.483.880 | 5.686.491 | 5.025.630 | 7.053.304 |
| Dívida por aquisição de empresas | 19 | 10.633.542 | 2.688.722 | 10.633.542 | 2.688.722 |
| Salários e encargos | 16 | 11.306.615 | 9.073.069 | 11.667.664 | 9.249.030 |
| Provisões para férias e encargos | 16 | 11.296.489 | 9.844.229 | 11.633.718 | 9.925.473 |
| Impostos e contribuições a recolher | 15 | 3.518.536 | 1.312.418 | 3.660.934 | 2.411.843 |
| Passivos com operações com arrendamento | 18 | 894.653 | 574.624 | 893.999 | 574.624 |
| Dividendos a pagar | 22.1 | 6.115.183 | 4.693.705 | 6.115.183 | 4.693.705 |
| Outras obrigações | 14 | 12.086.282 | 13.024.173 | 22.389.005 | 13.608.512 |
| **Total do passivo circulante** | | **80.186.371** | **64.002.923** | **92.870.866** | **67.310.705** |
| **Não circulante** | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 17 | 27.143.916 | 4.581.925 | 29.644.324 | 4.581.925 |
| Debêntures | 17 | 30.113.132 | 45.141.304 | 30.113.132 | 45.141.304 |
| Dívida por aquisição de empresas | 19 | 19.892.894 | 27.579.601 | 19.892.894 | 27.579.601 |
| Passivos com operações com arrendamento | 18 | 302.999 | 282.191 | 302.999 | 282.191 |
| Passivos com partes relacionadas | 8 | 1.420.264 | 2.203.543 | – | – |
| Impostos e contribuições parcelados | 15 | 303.928 | 395.188 | 1.958.735 | 379.978 |
| Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | 20 | 635.210 | 260.949 | 635.210 | 260.949 |
| **Total do passivo não circulante** | | **79.812.343** | **80.444.701** | **82.547.294** | **78.225.948** |
| **Patrimônio líquido** | | | | | |
| Capital Social | 21.1 | 37.605.711 | 37.605.711 | 37.605.711 | 37.605.711 |
| Reserva de lucros | 21.2 | 65.140.149 | 45.507.192 | 65.140.149 | 45.507.192 |
| Ajuste acumulado de conversão | | 1.400.296 | (593.401) | 1.400.296 | (593.401) |
| Participação dos acionistas não controladores | | – | – | 3.246 | 4.360 |
| **Total do patrimônio líquido** | | **104.146.156** | **82.519.502** | **104.149.402** | **82.523.862** |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | | **264.144.870** | **226.967.126** | **279.567.562** | **228.060.515** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas .

**Demonstrações dos Resultados Individuais e Consolidados**
**Exercícios Findos em 31 Dezembro 2024 e de 2023 (Valores expressos em Reais)**

| | Nota explicativa | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| **Receita operacional líquida** | 22 | **230.629.387** | **180.414.084** | **255.611.112** | **237.688.776** |
| Custos dos serviços prestados | 23 | (169.661.217) | (134.345.119) | (187.839.790) | (169.961.642) |
| **(=) Lucro bruto** | 24 | **60.968.170** | **46.068.965** | **67.771.322** | **67.727.134** |
| **(=/-) (Despesas)/receitas operacionais** | | | | | |
| Despesas comerciais e de marketing | 25 | (10.638.606) | (6.904.643) | (11.501.836) | (10.390.448) |
| Despesas gerais e administrativas | 25 | (17.449.345) | (17.685.819) | (20.072.501) | (21.762.768) |
| Despesas com depreciação e amortização | 25 | (3.259.614) | (1.826.128) | (3.259.669) | (2.117.204) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 10 | 2.381.844 | 9.043.829 | - | - |
| Outras receitas/despesas | | 3.527.886 | 7.775.085 | 3.528.092 | 7.775.085 |
| **(=) Resultado antes do resultado financeiro** | | **35.530.335** | **36.471.289** | **36.465.408** | **41.231.799** |
| Despesas financeiras | 26 | (15.379.110) | (16.763.978) | (16.638.475) | (17.330.756) |
| Receitas financeiras | 26 | 6.331.475 | 1.622.332 | 7.369.294 | 1.935.033 |
| **(=) Resultado do período antes dos impostos** | | **26.482.700** | **21.329.643** | **27.196.227** | **25.836.076** |
| Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes | 27 | (4.555.186) | (650.666) | (5.206.456) | (5.060.901) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido | 27 | 3.820.627 | (916.010) | 3.756.395 | (1.006.880) |
| **(=) Resultado do período** | | **25.748.141** | **19.762.967** | **25.746.166** | **19.768.295** |
| Atribuível a controladora | | | | 25.748.141 | 19.762.967 |
| Atribuível a não controladores | | | | (1.975) | 5.328 |
| **Quantidade unitária de ações** | | 861.605 | 861.605 | | |
| **Resultado do período por ação Básico e Diluído em R$** | | **29,88** | **22,94** | | |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas .

**Demonstrações dos Resultados Individuais e Consolidados**
**Períodos de Três Meses Findos em 31 Dezembro 2024 e de 2023 (Valores expressos em Reais)**

| | Nota explicativa | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | 01/10/2024 a 31/12/2024 | 01/10/2023 a 31/12/2023 | 01/10/2024 a 31/12/2024 | 01/10/2023 a 31/12/2023 |
| **Receita operacional líquida** | 22 | **55.257.660** | **55.422.658** | **62.081.135** | **62.697.817** |
| Custos dos serviços prestados | 23 | (38.511.553) | (40.825.821) | (43.751.404) | (46.526.866) |
| **(=) Lucro bruto** | 24 | **16.746.107** | **14.596.837** | **18.329.731** | **16.170.951** |
| **(=/-) (Despesas)/receitas operacionais** | | | | | |
| Despesas comerciais e de marketing | 25 | (2.648.016) | (2.564.185) | (2.845.071) | (2.635.069) |
| Despesas gerais e administrativas | 25 | (5.673.710) | (6.720.251) | (6.550.444) | (7.102.112) |
| Despesas com depreciação e amortização | 25 | (977.954) | 3.702.553 | (978.009) | 3.702.553 |
| Resultado de equivalência patrimonial | 10 | (123.542) | 631.063 | - | - |
| Outras receitas/despesas | | 3.527.812 | 7.412.085 | 3.528.018 | 7.412.085 |
| **(=) Resultado antes do resultado financeiro** | | **10.850.697** | **17.058.102** | **11.484.225** | **17.548.408** |
| Despesas financeiras | 26 | (4.155.824) | (4.040.330) | (4.983.438) | (4.219.556) |
| Receitas financeiras | 26 | 4.329.614 | 519.402 | 4.628.539 | 568.373 |
| **(=) Resultado do período antes dos impostos** | | **11.024.486** | **13.537.174** | **11.129.326** | **13.897.225** |
| Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes | 27 | (2.986.479) | (501.045) | (3.045.120) | (875.116) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido | 27 | 3.585.592 | (1.726.568) | 3.537.430 | (1.711.448) |
| **(=) Resultado do período** | | **11.623.599** | **11.309.561** | **11.621.636** | **11.310.661** |
| Atribuível a controladora | | | | 11.623.599 | 11.309.561 |
| Atribuível a não controladores | | | | (1.963) | 1.100 |
| **Quantidade unitária de ações** | | 861.605 | 861.605 | | |
| **Resultado do período por ação Básico e Diluído em R$** | | **13,49** | **13,13** | | |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas .

**Demonstrações dos Resultados Abrangentes Individuais e Consolidadas**
**Exercícios Findos em 31 Dezembro 2024 e de 2023 (Valores expressos em Reais)**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| **Lucro líquido do exercício** | **25.748.141** | **19.762.967** | **25.746.166** | **19.768.295** |
| **Outros resultados abrangentes que podem afetar resultado** | | | | |
| Variação cambial de investimento | 1.993.697 | (498.856) | 1.993.697 | (498.856) |
| **Total do resultado abrangente do exercício** | **27.741.838** | **19.264.111** | **27.739.863** | **19.269.439** |
| Atribuível ao controlador | - | - | 27.741.838 | 19.264.111 |
| Atribuível aos não controladores | - | - | (1.975) | 5.328 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas .

**Demonstrações dos Resultados Abrangentes Individuais e Consolidadas**
**Períodos de Três Meses Findos em 31 Dezembro 2024 e de 2023 (Valores expressos em Reais)**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 01/10/2024 a 31/12/2024 | 01/10/2023 a 31/12/2023 | 01/10/2024 a 31/12/2024 | 01/10/2023 a 31/12/2023 |
| **Lucro líquido do exercício** | **11.623.599** | **11.309.561** | **11.621.636** | **11.310.661** |
| **Outros resultados abrangentes que podem afetar resultado** | | | | |
| Variação cambial de investimento | 1.084.640 | (223.190) | 1.084.640 | (223.190) |
| **Total do resultado abrangente do exercício** | **12.708.239** | **11.086.371** | **12.706.276** | **11.087.471** |
| Atribuível ao controlador | - | - | 12.708.239 | 11.086.371 |
| Atribuível aos não controladores | - | - | (1.963) | 1.100 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas .

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Individuais e Consolidadas Exercícios Findos em 31 Dezembro 2024 e de 2023 (Valores expressos em Reais)**

| | | Reservas de Lucros | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Capital social integralizado | Reserva Legal | Reserva especial para dividendos | Reserva de Retenção de Lucros | Resultado do período | Ajuste acumulado de conversão | Patrimônio Líquido - Controladora | Participação de Não Controladores | Patrimônio Líquido - Consolidado |
| **Saldos em 1° de janeiro de 2023** | **37.605.711** | **1.978.058** | **763.368** | **27.696.504** | **-** | **(94.545)** | **67.949.096** | (677) | **67.948.419** |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - | - | (498.856) | **(498.856)** | **(291)** | **(499.147)** |
| Resultado do período | - | - | - | - | 19.762.967 | - | **19.762.967** | **5.328** | **19.768.295** |
| Transferência para Reserva Legal | - | 988.148 | - | - | (988.148) | - | **-** | - | **-** |
| Dividendos a pagar | - | - | - | | (4.693.705) | - | **(4.693.705)** | - | **-** |
| Transferência para Reserva de Retenção de Lucros | - | - | - | 14.081.114 | (14.081.114) | - | **-** | - | **-** |
| **Saldos em 1° de janeiro de 2024** | **37.605.711** | **2.333.715** | **763.368** | **42.410.109** | **-** | **(593.401)** | **82.519.502** | 4.360 | **82.523.862** |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - | - | 1.993.697 | **1.993.697** | 861 | **1.994.558** |
| Resultado do período | - | - | - | - | 25.748.141 | - | **25.748.141** | (1.975) | **25.746.166** |
| Transferência para Reserva Legal | - | 1.287.407 | - | - | (1.287.407) | - | **-** | - | **-** |
| Dividendos a pagar | - | - | - | - | (6.115.184) | - | **(6.115.184)** | - | **(6.115.184)** |
| Transferência para Reserva de Retenção de Lucros | - | - | - | 18.345.550 | (18.345.550) | - | - | - | - |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2024** | **37.605.711** | **4.253.613** | **763.368** | **60.123.168** | **-** | **1.400.296** | **104.146.156** | **3.246** | **104.149.402** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas .

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 99122-4278

publicidade@diariodoacionista.com.br

# Quality Software S.A.

CNPJ: 35.791.391/0001-94

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa Individuais e Consolidadas - Método Indireto
## Exercícios Findos em 31 Dezembro 2024 e de 2023 (Valores expressos em Reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| **Lucro líquido do período** | **25.748.141** | **19.762.967** | **25.746.166** | **19.768.295** |
| **Ajustes para reconciliar o resultado do período** | | | | |
| Depreciações e amortizações | 3.259.614 | 1.826.128 | 3.259.669 | 2.117.204 |
| Resultado de equivalência patrimonial | (2.381.844) | (9.043.829) | - | - |
| Aumento das provisões de férias e encargos | 1.452.260 | 1.267.896 | 1.708.245 | 1.217.317 |
| Reversão/Constituição com Perda Esperada de Líquidação Duvidosa (PECLD) | 86.027 | 171.216 | 86.027 | 610.166 |
| Adição de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | 374.261 | (880.843) | 374.261 | (1.079.085) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, líquidos | (3.820.627) | 916.010 | (3.756.394) | 1.006.883 |
| Resultado com alienações, baixa de ativos | - | - | 1.994.558 | (493.231) |
| Encargos financeiros não realizados | 29.777 | (4.533.622) | 2.726.700 | (4.533.622) |
| | **24.747.609** | **9.485.923** | **32.139.232** | **18.613.927** |
| **Fluxos de caixa de atividades operacionais** | | | | |
| Aumento/(redução) do contas a receber | (1.959.083) | (15.153.402) | (350.046) | (6.700.350) |
| Aumento/(redução) outras contas a receber | 591.480 | (1.477.168) | 466.329 | (2.462.907) |
| Aumento dos impostos e contribuições a recuperar | (4.763.321) | (3.611.443) | (5.511.665) | (3.569.209) |
| Aumento/(redução) dos fornecedores | (2.202.611) | (1.696.835) | (2.027.674) | (2.574.713) |
| Aumento/(redução) dos salários e encargos | 2.233.546 | 3.316.025 | 2.418.634 | 1.306.169 |
| Aumento/(redução) dos impostos e contribuições a recolher | 2.206.118 | 634.339 | 1.434.672 | 541.362 |
| Redução dos impostos e contribuições parcelados | (91.260) | (69.703) | 1.578.757 | (84.913) |
| Aumento/(redução) outros ativos não circulantes | (1.268.344) | 12.809 | (1.268.344) | 372.426 |
| Aumento/(redução) das outras contas a pagar | (937.891) | 4.487.042 | 8.780.493 | 4.282.877 |
| Aumento/(redução) das despesas antecipadas | (1.007.730) | 2.887.387 | 336.251 | 896.783 |
| Imposto de renda e contribuição social correntes pagos | - | (1.181.492) | (185.581) | (2.571.977) |
| **Caixa líquido (aplicado nas)/proveniente das atividades operacionais** | **17.548.513** | **(2.366.518)** | **37.811.058** | **8.049.475** |
| **Fluxos de caixa das atividades de investimento** | | | | |
| Variação do Investimento | (5.862.850) | - 3.686.013 | - | - |
| Caixa líquido recebido pela aquisição da premier (incorporação) | - | 4.671.322 | - | - |
| Aquisições de ativos imobilizados e intangíveis | (4.121.256) | (622.624) | (25.872.475) | (1.134.084) |
| **Caixa líquido proveniente das/(aplicado nas) atividades de investimento** | **(9.984.106)** | **362.685** | **(25.872.475)** | **(1.134.084)** |
| **Fluxos de caixa das atividades de financiamento** | | | | |
| Captação de empréstimos e financiamentos | 35.350.993 | - | 35.350.993 | - |
| Juros pagos sobre empréstimos | (9.222.111) | (157.132) | (9.321.701) | (157.132) |
| Pagamento de principal sobre empréstimos | (17.294.144) | (2.000.000) | (17.391.068) | (2.000.000) |
| Aumento/(redução) de partes relacionadas | (1.880.730) | 14.934.474 | - | - |
| Pagamento de dívida aquisição | 246.725 | (1.624.689) | 246.725 | (1.624.689) |
| Pagamento de arrendamento mercantil | 340.837 | (432.615) | 340.183 | (308.758) |
| **Caixa líquido proveniente das/(aplicado nas) atividades de financiamento** | **2.847.865** | **7.715.711** | **4.531.427** | **(7.094.906)** |
| **Aumento líquido/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa** | **10.412.272** | **5.711.878** | **16.470.010** | **(179.515)** |
| Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa | 13.069.954 | 7.358.076 | 21.131.364 | 21.310.879 |
| Saldo final de caixa e equivalentes de caixa | 23.482.226 | 13.069.954 | 37.601.374 | 21.131.364 |
| **Aumento líquido/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa** | **10.412.272** | **5.711.878** | **16.470.010** | **(179.515)** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas .

## Demonstrações do Valor Adicionado Individuais e Consolidadas
## Exercícios Findos Em 31 dezembro 2024 e 2023 (Valores expressos em Reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| **Receitas** | **257.454.979** | **201.473.033** | **283.498.421** | **263.120.898** |
| Vendas de mercadorias, produtos e serviços | 257.361.967 | 201.466.048 | 283.405.409 | 263.113.913 |
| Provisão para créditos incobráveis | 93.012 | 6.985 | 93.012 | 6.985 |
| **Insumos adquiridos de terceiros** | **(38.780.075)** | **(37.536.240)** | **(53.562.617)** | **(51.117.984)** |
| Custos operacionais | (28.967.962) | (29.782.062) | (42.156.663) | (40.691.989) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (9.812.113) | (7.754.178) | (11.405.954) | (10.425.995) |
| **Valor adicionado bruto** | **218.674.904** | **163.936.793** | **229.935.804** | **212.002.914** |
| Depreciação, amortização e exaustão | (3.259.614) | (1.826.128) | (3.259.669) | (2.117.204) |
| **Valor adicionado líquido produzido** | **215.415.290** | **162.110.665** | **226.676.135** | **209.885.710** |
| **Valor adicionado recebido em transferência** | **12.241.205** | **18.441.246** | **10.897.386** | **9.710.118** |
| Resultado de equivalência patrimonial | 2.381.844 | 9.043.829 | – | – |
| Receitas financeiras | 6.331.475 | 1.622.332 | 7.369.294 | 1.935.033 |
| Outras receitas | 3.527.886 | 7.775.085 | 3.528.092 | 7.775.085 |
| **Valor adicionado total a distribuir** | **227.656.495** | **180.551.911** | **237.573.521** | **219.595.828** |
| **Distribuição do valor adicionado** | **227.656.495** | **180.551.911** | **237.573.521** | **219.595.828** |
| **Pessoal** | **158.412.579** | **120.355.993** | **165.267.560** | **149.929.341** |
| Remuneração direta | 124.039.353 | 91.445.936 | 129.602.174 | 114.122.528 |
| Beneficios | 24.695.108 | 17.204.974 | 24.972.625 | 20.702.840 |
| FGTS | 10.049.728 | 7.280.822 | 10.144.018 | 8.808.255 |
| INSS | (371.610) | 4.424.261 | 548.743 | 6.295.718 |
| **Impostos, taxas e contribuições** | **27.467.138** | **22.618.639** | **29.244.358** | **31.492.919** |
| Federais | 21.731.701 | 18.035.740 | 23.027.857 | 25.783.973 |
| Municipais | 5.735.437 | 4.582.899 | 6.216.501 | 5.708.946 |
| **Remuneração de capitais de terceiros** | **16.028.637** | **17.814.312** | **17.315.437** | **18.405.273** |
| Juros | 16.028.637 | 17.814.312 | 17.315.437 | 18.405.273 |
| **Remuneração de capitais próprios** | **25.748.141** | **19.762.967** | **25.746.166** | **19.768.295** |
| Resultado do período | 19.632.957 | 15.069.262 | 19.632.957 | 15.069.262 |
| Lucros distribuidos | 6.115.184 | 4.693.705 | 6.115.184 | 4.693.705 |
| Participação de não controladores | – | – | (1.975) | 5.328 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas .

## Notas Explicativas às DFs Individuais e Consolidadas Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023
## (Valores expressos em Reais)

**1– Contexto Operacional:** Fundada em 1989, a Quality Software S.A. ("Cia.") atua no segmento de Tecnologia da Informação. A sede está localizada na Av. Oscar Niemeyer, nº 2000, sala nº 401, bloco nº 01, Santo Cristo–CEP 20.220-297, RJ–RJ. O registro na CVM (Comissão de Valores Mobiliários) foi realizado em 03/12/2013 na Categoria "A". A Cia. também possui registro B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) no segmento Bovespa Mais. Este segmento permite o ingresso das empresas sem oferta pública, mas determina um prazo, conforme definido no item 3.6.1 do Regulamento de Listagem e de Aplicação de Sanções Pecuniárias do Bovespa Mais, para manter em circulação o mínimo de 25% do seu capital social em ações. Em 20/12/2024 a B3 aprovou a extensão do prazo para atender o item 3.6.1 até 31/12/2025. A Quality Software S.A. e suas controladas possuem como missão "Construir soluções digitais de alto valor conectadas ao negócio de nossos clientes" e como visão "Ser referência em transformar negócios, resolvendo problemas e proporcionando experiências inovadoras com resultados sustentáveis". Possui foco em Omnichannel, desenvolvimento de Plataformas Digitais, Automação e Integração de Software, GRC (Auditoria, Governança, Risco e Compliance) e Outsourcing de Tecnologia. A Cia. ajuda seus clientes a terem melhor performance operacional, governança e comunicação com seus clientes usando plataformas digitais, equipes especializadas e metodologias para promover a aceleração digital, transformar dados em valor e a experiência do cliente final. As principais receitas da Cia. são provenientes de: • **ITO (*Information Technology*/*Business Process Outsourcing*)**: Soluções e serviços de TI e de negócios, estruturados para atuar de forma preventiva em processos operacionais de *Managed Services*, que englobam *Service Desk* com plataforma automatizada de autoatendimento *Omnichannel (Portal, Chatbot, Whatsapp, Urabot* e e-mail), profissionais especialistas, *Field Services, Gestão de Datacenter / Cloud* e monitoramento de ambientes críticos NOC 24x7 (*Network Operations Center*) e *Customer Experience Center*. • **DIG (Digital):** A unidade Digital Serviços e plataformas tecnológicas especializadas na cocriação com nossos clientes de soluções inovadoras, aceleração digital. As Linhas Digitais se dividem em 3 linhas ou unidades de negócio: (1) *Commerce*, (2) *Business* e, (3) *Platforms*. A Linha de *Commerce* é uma consultoria ágil de engenharia de software especializada em e-commerce. Apoiamos desde a estratégia de e-commerce até a sustentação das plataformas. Inovamos os negócios dos nossos clientes com a implantação de soluções Omnichannel, Plataformas Digitais e dados. A Linha Business é especializada na cocriação com nossos clientes de soluções de aceleração digital, digital *factory*, integração e sustentação de aplicações, além de aplicativos Móveis, Microsserviços/Barramento de Serviços. A Linha Digital *Platforms*, possui soluções de ESGRC – Software integrado e data *analytics*, líder mundial reconhecido pelo Gartner e Forrester aplicada na gestão de riscos, prevenção de fraudes, monitoramento e auditoria contínua, Compliance e análise de dados, e 4AT (Automation) – Software de hiper automação e RPA orientada por tecnologias de Inteligência Artificial, Machine Learning, entre outras, que automatizam processos de negócios e TI. Em 9/09/2024, a Quality Software S.A. concluiu a assinatura do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, regulando os termos e condições para a aquisição de 100% do capital social total e votante da Driven Tecnologia Ltda ("Driven"), a qual é especializada em aceleração digital, oferece amplo pacote de soluções para a digitalização de canais, desde o planejamento estratégico até a implementação. Os projetos de omni c*ommerce* entregam design estratégico, aplicado à modelagem de negócios, jornada do consumidor e experiência do cliente. Possui seis frentes de atuação: *Experience Design, Business Modeling, Data Intelligence, Tech Lab, Creative Lab e Perfomance Lab*. As DFs foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Cia. de dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das DFs. A Cia. e suas controladas possuem uma carteira de clientes diversificada, não havendo concentrações de seus recebíveis em determinados clientes, sendo que nenhum cliente tem participação percentual superior a 10% do todo. Dessa forma, não afetando qualquer risco de continuidade operacional. **2– Apresentação, Elaboração das DFs Individuais e Consolidadas e resumo das principais práticas contábeis:** As DFs individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 28/03/2025. **2.1. Declaração de conformidade:** As DFs individuais e consolidadas da Cia. foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações. Adicionalmente, a Cia. considerou as orientações emanadas da orientação técnica OCPC 07 na preparação destas DFs. Assim, todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Cia. estão evidenciadas nestas DFs. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas DFs consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas DFs individuais preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Cia. optou por apresentar essas DFs individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado. A apresentação da demonstração do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as Cia.s abertas. Para o IAS 34 é uma informação suplementar. **2.2. Base de elaboração:** As DFs individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A Administração da Cia. deve, no final de cada exercício social, fazer uso de determinadas práticas contábeis que contemplam julgamentos e estimativas a respeito dos valores de receitas, despesas, ativos, passivos e divulgações de passivos contingentes, as quais não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as suas respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica da Administração e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As DFs individuais e consolidadas da Cia. e suas controladas, foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das DFs individuais e consolidadas foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas mesmas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vida útil do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações (nota 11), avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente (notas 5 e 18), análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (nota 5), a redução do valor recuperável dos ativos intangíveis (*software* e ágio) (nota 12), assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências (nota 20). A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas DFs individuais e consolidadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Cia. revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as DFs individuais e consolidadas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 3.15. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das DFs individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios anteriormente apresentados, salvo disposição em contrário. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas DFs de cada uma das controladas da Cia. são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Cia. atua ("a moeda funcional"). As DFs individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Real (R$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Cia. opera ("moeda funcional"). Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Consolidação:** As DFs consolidadas são preparadas em conformidade com os princípios de consolidação emanados da legislação societária brasileira, e compreendem as DFs da Cia. e de suas controladas. Controlada é a entidade na qual a controladora, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhes assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores. Nas DFs individuais, os investimentos do Grupo em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Na consolidação foram eliminadas as participações da controladora no patrimônio líquido (ou passivo a descoberto, quando aplicável) das controladas, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas, custos e despesas, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas. A parcela relativa aos não controladores no patrimônio líquido das controladas é apresentada destacadamente no patrimônio líquido e no resultado consolidado. A Cia. trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo Quality S.A. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação transferida e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta " Transação entre sócios As DFs consolidadas são compostas pelas DFs da Quality Software S.A e suas controladas, apresentadas a seguir:

| Razão social | País | Relação | Participação em 31/12/2024 | Participação em 31/12/2023 |
|---|---|---|---|---|
| Latin Technology | Brasil | Direta | 100% | 100% |
| Qsw Next Tech | México | Direta | 100% | 100% |
| Quality Digital LLC | Estados Unidos | Direta | 100% | 100% |
| Acupula Consulting & Technology | Espanha | Direta | 100% | 100% |
| EVANSTON S.A. | Paraguai | Direta | 98% | 98% |
| Driven | Brasil | Direta | 100% | n/a |

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo está a data na qual a Quality Software S.A obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixa de existir. Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos pelo CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas. **2.5. Informações por Segmento:** As informações reportadas ao principal tomador de decisões operacionais da Cia. para fins de alocação de recursos e avaliação do desempenho do segmento focam os tipos de serviços e produtos entregues. Contudo, como estes serviços e produtos possuem características semelhantes, a Administração da Cia. agregou em um único segmento operacional. As informações por segmento são baseadas em informações utilizadas pela Administração, em que a Cia. e suas controladas definiram como sendo um único segmento de negócio; todavia, o monitoramento de desempenho de margem é efetuado de forma segregada entre os principais serviços e produtos da Cia., conforme prevê o CPC 22 – Informações por Segmento. Mantendo como forma de apresentação gerencial de nossos negócios o acompanhamento de receita e margens de operação dos nossos serviços como: prestação de serviços de Tecnologia de Informação (ITO e DIG) e venda de licença de softwares. O principal tomador de decisões operacionais avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na margem dos serviços e produtos, assim como as informações por área geográfica, nas quais possuem concentração na região sudeste do país, com desenvolvimento de atividades no exterior, ainda com resultados irrelevantes, para que possa ser efetuada a divulgação. **3– Principais Políticas Contábeis:** As práticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. As práticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pelas controladas da Cia.. **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo denominados em Reais, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos não superior a três meses ou para os quais inexistem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato, sendo representados por certificados de depósitos bancários. **3.2. Contas a receber:** São apresentadas pelo valor nominal dos títulos, os quais estão sujeitos ao ajuste a valor presente (AVP), quando relevante, incluindo os valores a receber da prestação de serviços ainda não faturados, apurados pelo regime de competência. É constituída provisão para perda de crédito esperada em ativos financeiros, cujo cálculo é baseado em estimativas suficientes para cobrir possíveis perdas na realização do saldo das contas a receber, considerando o histórico de recebimento e a situação de cada cliente. Tais contas são apresentadas líquidas da provisão para perdas de crédito esperadas, conforme nota explicativa nº 5. **3.3. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. **3.4. Investimentos:** Os investimentos da Cia. em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial. Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Cia.. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Cia. determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em sua controlada. A Cia. determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Cia. calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da Controladora. **3.5. Combinação de negócios:** Nas DFs consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pela Cia., dos passivos incorridos na data de aquisição e devidos aos então acionistas controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Os ativos adquiridos e passivos assumidos de uma controlada são mensurados pelo respectivo valor justo na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição. Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, os quais a Cia. incorre com relação a uma combinação de negócios, são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos. **3.6. Ágio:** O ágio resultante de uma combinação de negócios, classificados como de vida útil indefinida, é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. Conforme orientação do ICPC 09 (R1), o ágio foi classificado no grupo de "Investimentos", no balanço individual e no consolidado é reclassificado para o grupo de Intangível. **3.7. Imobilizado:** Os bens do imobilizado são registrados ao custo e depreciados pelo método linear, considerando-se a estimativa da vida útil-econômica dos respectivos componentes. As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na Nota Explicativa nº 10. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. **3.8. Intangível:** Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por: softwares (adquiridos ou formados), licenças de uso e por ágios gerados em função da expectativa de lucratividade, vinculados a combinações de negócios da Cia. e de suas controladas. O ágio relacionado com a controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) integrar o valor contábil do investimento na controlada (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil estimada e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados a cada ano, se há alguma indicação de que possa ter sofrido desvalorização. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de custo ou despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são avaliados ao fim de cada ano, se há alguma indicação de que um ativo intangível possa ter sofrido desvalorização, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, a Cia. estima o valor recuperável desse ativo. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva. **3.9. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Cia. e suas controladas avaliam no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. **Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal, que se aproxima do valor justo na data da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de juros efetivos. Em 31/12/2024 a Cia. não mantém convênios firmados com bancos parceiros para estruturar a operação de antecipação de recebíveis com seus principais fornecedores (risco sacado). **Empréstimos, financiamentos e debêntures:** Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método de juros efetivos. Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos e debêntures são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Os custos dos empréstimos são contabilizados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. **3.10. Políticas de Instrumentos financeiros: Ativos Financeiros:** Classificação Custo amortizado: São reconhecidos nesta categoria os ativos mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: Contas a receber e outros créditos a receber (classificados em Outros Ativos). Valor justo por meio do resultado: São reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado os ativos que: i) não se enquadram nos modelos de negócios para quais seria possível a classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado e iii) ativos financeiros que são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: Caixas e equivalentes de caixa, Títulos públicos, Aplicações financeiras com garantias classificadas como TVM e Instrumentos financeiros derivativos. **Mensuração inicial:** No reconhecimento inicial a Cia. mensura seus ativos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro. Para as contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação. Mensuração subsequente Custo amortizado: Esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva, quando aplicável, subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada, além do montante de principal pago. Valor justo por meio do resultado: Os ativos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período. Redução ao valor recuperável A Cia. reconhece para seus ativos classificados ao custo amortizado uma provisão referente a perda de crédito esperada. Essa avaliação é realizada prospectivamente e está baseada em dados históricos e modelos construídos para esse fim (vide Nota Explicativa 6). **Passivos Financeiros:** Na classificação os passivos financeiros da Cia. são classificados em: Custo Amortizado representado por fornecedores, financiamentos, risco sacado, debêntures e arrendamento, contas a pagar aquisição de empresas, parcelamentos tributários e outros passivos; Valor justo por meio do resultado representado por instrumentos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos do custo da transação (no caso de empréstimos, financiamentos e contas a pagar). Mensuração subsequente: Custo amortizado: Os passivos classificados como custo amortizado são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos e no reconhecimento da amortização. Valor justo por meio do resultado: Os passivos classificados a valor justo por meio do resultado são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período. Transações em moedas estrangeiras: Na elaboração das DFs de cada empresa do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada exercício de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação. **3.11. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cia. e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Cia. possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **3.12. Provisões: 3.12.1. Geral:** Provisões são reconhecidas quando a Cia. tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Cia. espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **3.12.2. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos ou internos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Garantia de reembolso de contingências:** Os passivos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo valor justo na data da aquisição. No encerramento do exercício, esses passivos contingentes são mensurados pelo maior valor entre o valor que seria reconhecido de acordo com o CPC 25 / IAS 37–Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o valor inicialmente reconhecido deduzido da amortização acumulada, quando cabível. **3.13. Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência. **3.14. Reconhecimento de receita: Prestação de serviços:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Cia. e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Em conformidade com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, a Cia. avalia as transações de receita de acordo com critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. A receita pela prestação de serviços é reconhecida com base nos serviços realizados até a data do balanço. Nas datas de encerramento dos exercícios, os serviços prestados e ainda não faturados são registrados na rubrica "Receita a faturar", que está incluída no saldo de contas a receber. **Receitas financeiras:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de juros efetivos. **3.15. Impostos: 3.15.1. Impostos e contribuições sobre a receita:** As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

| | Alíquota |
|---|---|
| Programa de Integração Social – PIS | 0,65% e 1,65% |
| Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS | 3,0% e 7,6% |
| Impostos sobre serviços – ISS | 5%, 3% e 2% |
| CPRB (INSS desonerado) | 4,5% |

As receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **3.15.2. I.R. e C.S.–corrente e diferido:** O regime de tributação adotado pela Cia. é pelo lucro real. O I.R. Pessoa Jurídica–IRPJ e a C.S. sobre o Lucro Líquido–CSLL são calculados às alí

# Quality Software S.A.

CNPJ: 35.791.391/0001-94

com a previsão de sua realização. **3.15.3. Outros benefícios a empregados:** Os salários e benefícios concedidos a empregados e administradores da Cia. incluem, as remunerações fixas (salários, INSS, FGTS, férias, 13º salário, entre outros), as remunerações variáveis, tais como as participações nos lucros, os bônus e os pagamentos baseados em opções. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício, na rubrica "Despesas gerais e administrativas", à medida que são incorridos. **3.15.4. Arrendamentos:** O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. **3.15.5. Grupo como arrendatário:** O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. *Ativos de direito de uso:* O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para o Grupo ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros. *Passivos de arrendamento:* Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:* O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. O Grupo mensura novamente passivo de arrendamento sempre que o prazo de arrendamento for alterado ou houver um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que resulte em uma mudança na avaliação do exercício. **3.16. Resultado por ação:** O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações da Cia., pela quantidade média ponderada de ações durante o mesmo período. O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Cia., pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potencialmente diluitivas em suas respectivas ações. **3.17. Uso de estimativas e julgamento contábeis críticos: 3.17.1. Geral:** A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados em ativos, passivos e outras transações. Estas estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado, e são continuamente revisadas. As premissas utilizadas para determinação dos valores dos ativos baseiam-se na avaliação ou na indicação de que o ativo registrado a valor contábil excede o seu valor recuperável. Essas indicações levam em consideração a obsolescência do ativo, a redução significativa e inesperada de seu valor de mercado, alteração no ambiente macroeconômico em que a Cia. atua, e flutuação das taxas de juros que possam impactar os fluxos de caixa futuros das unidades geradoras de caixa. **3.17.2. Crítico:** A Cia. se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes, bem como requer julgamentos relacionados a esses assuntos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas e julgamentos críticos que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir: (i) Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros: o Grupo julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado, ativo intangível e ágio. (ii) Perdas estimadas e créditos de liquidação duvidosa: referidas provisões são constituídas com base no julgamento da Administração e em valores suficientes para cobrir perdas futuras estimadas no recebimento de clientes. (iii) Provisões para riscos legais: a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. (iv) I.R. e C.S. diferidos ativos: são reconhecidos até o limite dos lucros tributáveis futuros, cuja estimativa realizada pela Administração leva em consideração o histórico de lucros tributáveis, aumento no volume de análise de exames, premissas de mercado tais como taxa de juros, câmbio, crescimento econômico, entre outras. (v) Arrendamentos: O Grupo determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com exercícios incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com exercícios cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. O Grupo possui contratos de arrendamento que incluem opções de renovação ou rescisão. O Grupo aplica o julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Cia. reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir. O Grupo não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. **3.18. Novas normas, alterações e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º/01/2025. A Cia. não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas DFs. i) Emenda IAS 7 e IFRS 7 Acordos de financiamentos de fornecedores: Acrescenta requisitos de divulgação e "sinalizações" dentro dos requisitos de divulgações existentes, solicitando às entidades que forneçam informações qualitativas e quantitativas sobre acordos de financiamento de fornecedores. (Exemplo: Risco Sacado). A Cia. não opera nessa modalidade. ii) Norma IFRS S1 e S2 – Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e divulgação relacionadas ao clima: Conforme à Resolução CVM nº 193/2023 que requer as entidades divulguem informações sobre os seus riscos, oportunidades relacionadas a sustentabilidade e ao clima, bem como requisitos para identificar, mensurar e divulgar estas informações. A Cia. está avaliando os impactos da norma e não realizará a adoção voluntária em 2025. O prazo obrigatório para adoção é a partir dos exercícios sociais iniciados em, ou após 1º/01/2026. iii) Norma IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das DFs: O IFRS 18 introduz conjuntos de novas exigências para promover a consistência na apresentação e divulgação das DFs, as principais alterações da norma são: i) Novas categorias e subtotais no DRE: operacional, investimento e financiamento; ii) Divulgação em notas explicativas sobre métricas não GAAP (EBITDA); e iii) Apresentação das despesas operacionais especificadas por natureza. A Cia. está avaliando os impactos da norma para atendimento, conforme vigência em 1°/01/2027. iv) Ausência de Conversibilidade (Alterações ao CPC 02/IAS 21): As alterações ao CPC 02/IAS 21 tratam da conversibilidade de moedas em situações em que a moeda de um país não é facilmente convertida em outra. A mudança exige que as empresas tratem as transações em moedas não conversíveis de maneira diferenciada, refletindo com mais precisão o impacto das restrições cambiais nas DFs. As alterações visam melhorar a transparência e a consistência na contabilização de operações em ambientes com moedas com conversibilidade limitada. A Cia. estima que a adoção dessas normas e alterações não terá um impacto significativo nas DFs no exercício inicial de adoção (1º/01/2025). Não existem outras normas, alterações de normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas, que possam, na opinião da Administração, ter um impacto significativo decorrente de sua aplicação em suas DFs, no entanto, os estudos seguem em andamento. Reforma tributária no Brasil: Em janeiro de 2025, foi sancionado o Projeto de Lei (PLP) 68/2024, que estabelece a primeira Lei Complementar da Reforma Tributária (Lei nº 214/2025), criando os tributos CBS, IBS e IS, e promovendo alterações significativas na legislação tributária vigente. A referida lei entrará em vigor em 1º/01/2026, com regras de transição até 2033 e regulamentações que serão detalhadas por meio de novas leis ao longo de ano de 2025. A Cia. está avaliando todos os reflexos da Reforma Tributária, com o objetivo de analisar os efeitos fiscais sobre custos, despesas, precificação, operações, sistemas e estrutura organizacional, além de garantir a conformidade com a nova legislação e identificar oportunidades de otimização estratégica.

**4– Caixa e Equivalentes de Caixa**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Caixa | 1.510 | 5.166 | 514 | 250.938 |
| Bancos Conta Movimento | 1.703.826 | 7.398.983 | 8.516.042 | 10.662.327 |
| Aplicações Financeiras(a) | 21.776.890 | 5.665.805 | 29.084.818 | 10.218.099 |
| | **23.482.226** | **13.069.954** | **37.601.374** | **21.131.364** |

a) O portfólio de investimentos é primariamente composto por Certificados de Depósito Bancário (CDBs) provenientes de renomados bancos de primeira linha. A estratégia adotada visa seguir de perto as variações do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), atualmente proporcionando um rendimento médio equivalente a 90% da taxa CDI. Vale ressaltar que esses ativos oferecem a segurança adicional de não apresentarem risco de perda ou de crédito, dado que estão estrategicamente alocados em instituições financeiras de alta credibilidade. Adicionalmente, destaco que a liquidez das aplicações permite o resgate integral do montante investido em um prazo inferior a 60 (sessenta) dias.

**5– Contas a Receber**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Contas a receber | 35.582.709 | 31.463.109 | 39.872.898 | 37.081.208 |
| A faturar | 13.611.150 | 15.771.669 | 16.359.583 | 18.800.754 |
| | **49.193.859** | **47.234.778** | **56.232.481** | **55.881.962** |
| Perdas para créditos de liquidação duvidosa | (93.012) | (6.986) | (95.184) | (8.682) |
| | **19.100.847** | **47.227.792** | **56.137.297** | **55.873.280** |
| Circulante | 49.100.847 | 46.610.755 | 56.137.297 | 55.256.243 |
| Não Circulante | | 617.037 | | 617.037 |

O saldo das contas a receber é decorrente de serviços prestados evidenciados através de boletins de medição. O montante está registrado pelos valores nominais e não são ajustados a valor presente por representarem vencimentos de curto prazo, logo sem efeito relevante nas DFs individuais e consolidadas. Nas datas de encerramento das informações contábeis, os serviços prestados e ainda não faturados são registrados como receita a faturar. A composição de contas a receber por idade de vencimento encontra-se a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| A faturar | 13.611.150 | 15.771.669 | 16.359.584 | 18.800.754 |
| A vencer | 34.869.884 | 31.324.079 | 39.075.993 | 36.795.115 |
| Vencidos até 60 dias | 336.060 | 132.045 | 420.139 | 279.108 |
| Vencidos até 90 dias | 206.564 | - | 206.564 | - |
| Vencidos até 180 dias | 86.541 | - | 86.541 | - |
| Vencidos acima de 180 dias | 86.660 | 6.985 | 83.660 | 6.985 |
| | **49.193.859** | **47.234.778** | **56.232.481** | **55.881.962** |

A provisão de perda para créditos esperada em ativo financeiro foi analisada e constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir eventuais perdas na realização do seu saldo de contas a receber. A movimentação do saldo da provisão de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa esperada está demonstrada a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Saldo no início do período | (6.986) | (3.168) | (8.682) | (460.561) |
| Reversão/ Constituição | (86.026) | (3.818) | (86.502) | 451.879 |
| | (93.012) | (6.986) | (95.184) | (8.682) |

| | Controladora 31/12/2024 | | | Consolidado 31/12/2024 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Base | % | PECLD | Base | % | PECLD |
| Risk Free | 48.817.093 | | - | 55.855.715 | | 2.172 |
| Vencidos até 90 dias | 206.564 | | 3.098 | 206.564 | | 3.098 |
| Vencidos até 120 dias | 59.436 | | 1.783 | 59.436 | | 1.783 |
| Vencidos até 180 dias | 27.105 | | 6.776 | 27.105 | | 6.776 |
| Vencidos até 210 dias | 9.224 | | 6.918 | 9.224 | | 6.918 |
| Vencidos acima de 210 dias | 74.437 | | 74.437 | 74.437 | | 74.437 |
| | **49.193.859** | | **93.012** | **56.232.481** | | **95.184** |

A reversão/constituição é feita para refletir o *aging list* da Cia.. Desta forma, a reversão feita reflete a melhor qualidade do *aging list*.

**6– Outras Contas a Receber**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Adiantamento de fornecedores | 4.135.777 | 4.681.461 | 4.515.163 | 4.933.795 |
| Adiantamento despesas com funcionários | 335.177 | 600.061 | 344.188 | 600.062 |
| Duplicatas diversas a receber | 327.318 | 108.230 | 327.318 | 119.141 |
| | **4.798.272** | **5.389.752** | **5.186.669** | **5.652.998** |

**7– Impostos e Contribuições a Recuperar**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| IRRF s/ aplicações financeiras | 23.434 | 23.434 | 23.434 | 23.434 |
| IRRF | 329.737 | 277.372 | 352.603 | 282.672 |
| PIS a recuperar | 429.251 | 414.578 | 537.863 | 512.608 |
| Cofins a recuperar | 3.071.864 | 1.823.587 | 3.662.012 | 2.365.094 |
| INSS a recuperar | 4.959.859 | 658.706 | 4.959.859 | 658.855 |
| Crédito tributário IRPJ (a) | 3.442.726 | 3.903.717 | 4.110.999 | 4.027.990 |
| Crédito tributário CSLL (a) | 1.884.062 | 2.478.653 | 2.044.862 | 2.567.912 |
| Crédito tributário PIS (a) | 321.846 | 70.949 | 332.200 | 76.373 |
| Crédito tributário COFINS (a) | 249.937 | 298.399 | 288.936 | 309.759 |
| ISS a recuperar | 139.012 | 139.012 | 202.008 | 198.244 |
| IVA (exterior) | - | - | 20.562 | 733 |
| | **14.851.728** | **10.088.407** | **16.535.338** | **11.023.674** |

(a) Correspondem a créditos de exercícios anteriores que serão compensados com passivos tributários por meio de PERD/COMP. **8– Créditos com Partes Relacionadas**

| Ativo | Controladora | |
|---|---|---|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Serviços compartilhados | 1.072.901 | 809.687 |
| Mútuos | 1.580.000 | 745.763 |
| | 2.562.901 | 1.555.450 |

**a) Serviços compartilhados e preço de transferência**

| | Controladora | |
|---|---|---|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Acct (EUA, ESP) – Transfer Price | 1.072.901 | 809.687 |

Refere-se a repasse de custos operacionais da controladora a suas controladas no exterior, esta operação se iniciou na controladora a partir da incorporação da ACCT SA em setembro de 2023.

**b) Mútuo a receber com empresas do grupo**

| | Controladora | |
|---|---|---|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Latin Tech (i) | - | 500.000 |
| Acct Esp (i) | - | 245.763 |
| Driven (i) | 1.580.000 | - |
| | **1.580.000** | **-** |

(i) Os mútuos vigentes, referem-se a valores disponibilizados pela Quality Software S.A à Latin Tech, Acct Esp e a Driven a título de capital de giro, para quitação das obrigações. Os mútuos acordados possuem atualização diária, a partir da data em que foram acordados, até que ocorra a liquidação do valor total de principal e juros incorridos, com a incidência da taxa de atualização do CDI + 2,95% a.a.; **c) Mútuo a pagar com empresas do grupo**

| Passivo | Controladora | |
|---|---|---|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Latin Tech (i) | 933.726 | 1.471.080 |
| Acct Esp | 333.309 | 579.072 |
| Acct Eua | 153.229 | 153.228 |
| | **1.420.264** | **2.203.380** |

(i) Os mútuos vigentes, referem-se a valores disponibilizados pela Latin Technology, a título de capital de giro, para quitação das obrigações. Os mútuos acordados possuem atualização diária, a partir da data em que foram acordados, até que ocorra a liquidação do valor total de principal e juros incorridos, com a incidência da taxa de atualização monetária de CDI + 2,95% a.a.; **d) Remuneração do pessoal chave da Administração:** Benefícios de curto prazo a empregados e administradores–O pessoal chave da Administração inclui os conselheiros e diretores estatutários da Cia.. Em 31/12/2024, a remuneração paga ao pessoal chave da Administração pelos serviços prestados foi de R$ 5.439.944. Na AGO (AGO) realizada em 30/04/2024, foi estipulada a remuneração anual da administração em R$ 6.138.738 sendo R$ 428.950 referentes ao Conselho de Administração e até R$ 5.709.787 referentes à Diretoria, destes sendo R$ 3.763.125 a título de remuneração fixa e até R$ 1.946.663, a título de remuneração variável. A remuneração realizada ficou dentro dos limites aprovados em AGO.

**9– Impostos Diferidos**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| I.R. | 6.426.772 | 3.617.488 | 6.702.714 | 3.940.660 |
| C.S. | 2.028.432 | 1.017.089 | 2.127.771 | 1.133.431 |
| **Impostos diferidos ativos** | **8.455.204** | **4.634.577** | **8.830.485** | **5.074.091** |

A Cia. efetua diferimento de provisões de custos, prejuízos fiscais e outras receitas.

**10– Investimentos: a) Movimentação dos investimentos**

| | Latin | QSW Next Tech | Quality Digital LLC | Acupula | EVANSTON | Driven | Ágio | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Investimento em 31/12/2023** | **10.809.596** | **799.851** | **6.041.414** | **327.090** | **213.624** | **-** | **2.218.180** | **20.409.755** |
| Aquisição | - | - | - | - | - | (15.886.333) | 21.749.183 | 5.862.850 |
| Equivalência patrimonial do período | 2.638.905 | (155.058) | 323.025 | (485.403) | (96.742) | 157.116 | - | 2.381.844 |
| Variação do investimento | - | (67.882) | 1.681.023 | (60.802) | 42.159 | 399.200 | - | 1.993.697 |
| **Investimento em 31/12/2024** | **13.448.501** | **576.911** | **8.045.462** | **(219.115)** | **159.041** | **(15.330.017)** | **23.967.363** | **30.648.146** |

**b) DFs resumidas dos investimentos**

| | % Participação | Ativo Circulante | Ativo Não Circulante | Passivo Circulante | Passivo Não Circulante | Patrimônio Líquido | Receita Líquida | Resultado do período |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Latin | 100% | 13.242.833 | 1.775.001 | (1.569.332) | - | (13.448.501) | 12.561.678 | 2.638.905 |
| QSW Next Tech | 100% | 709.492 | - | (132.582) | - | (576.911) | 1.102.230 | (155.058) |
| Quality Digital LLC | 100% | 7.888.172 | 274.733 | (117.443) | - | (8.045.462) | 6.703.564 | 323.025 |
| Acupula | 100% | 191.012 | 710.471 | 29.841 | (1.150.439) | 219.115 | 209.233 | (485.403) |
| EVANSTON | 98% | 229.286 | - | (66.999) | - | (162.287) | 278.400 | (96.742) |
| Driven | 100% | 1.652.324 | 1.980 | (11.249.106) | (5.735.216) | 15.330.017 | 2.267.519 | 157.116 |

**Aquisição da Latin Tech.:** Em abril de 2015, a Cia. adquiriu 100% das quotas representativas do capital social da Latin Tech que tem como objeto social a prestação de serviços nas áreas de assistência técnica em processamento de dados, terceirização de serviços de informática para clientes, prestação de serviços especializados em tecnologia da informação, tele atendimento, monitoramento, suporte, assessoria e consultoria em informática, suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e banco de dados e, treinamento na área de tecnologia da informação. **Abertura QSW Next Tech S. De R.L de CV.:** Em fevereiro de 2021 teve início a operação da QSW Next Tech, controlada integral da Cia., a qual foi instalada na cidade Cuajimalpa de Morelos em Ciudad de Mexico, com investimento inicial de R$ 254.950. Posteriormente à sua abertura, a Cia. efetuou aportes de capital no valor de R$ 24.183 em março de 2021, de R$ 61.050 em maio de 2021, e de R$ 41.475 em junho de 2021. **Aquisição ACCT Consultoria e Desenvolvimento S.A ("ACCT"):** No dia 12/01/2022 a Quality concluiu a aquisição da ACCT. Empresa de arquitetura e engenharia de software com 11 anos de história, que soluciona problemas de negócios com tecnologia. Desenvolve soluções de e-commerce para algumas das maiores marcas do mundo, especializadas em comércio digital, é líder no quadrante VTEX. Com sede em Atibaia, SP, possui subsidiárias em Nova Iorque (Estados Unidos) e Barcelona (Espanha), as quais atendem projetos em 20 países. Contando com mais de 230 colaboradores, com cerca de 70% de engenheiros, a Cia. possui o selo de Great Place to Work, uma das melhores empresas para trabalhar. **Investidas herdadas através da incorporação:** Com a finalização da incorporação da ACCT na Cia. em setembro de 2023, a Quality passou a ter em seu quadro de investidas as empresas Quality Digital LLC e Acupula Consulting & Technology, sediadas nos Estados Unidos e Espanha respectivamente. **Aquisição da Evanston S.A.:** No dia 12/09/2022 a Quality concluiu a aquisição de 98% da Evanston SA. Empresa paraguaia, que não estava operacional, com o objetivo de atender o mercado do Paraguai com nossas ofertas atuais de serviços. A Cia. avaliou a operação com base nos conceitos determinados pela NBC TG 15 (R4) / CPC 15 (R1) / IFRS 3 – Combinação de Negócios, e concluindo que esta operação deve ser classificada como uma compra de ativos, uma vez que os ativos adquiridos e passivos assumidos na operação não constituem um negócio. **Aquisição da Driven Tecnologia Ltda.:** No dia 8/10/2024 a Cia. conclui a aquisição da Driven Tecnologia. Fundada em 2019, a empresa é especializada em aceleração digital, oferece amplo pacote de soluções para a digitalização de canais, desde o planejamento estratégico até a implementação. Os projetos de omni commerce da Driven entregam design estratégico, aplicado à modelagem de negócios, jornada do consumidor e experiência do cliente. Possui seis frentes de atuação: Experience Design, Business Modeling, Data Intelligence, Tech Lab, Creative Lab e Perfomance Lab. A Driven Tecnologia possui projetos em mais de 15 países, com mais de 20 prêmios e cerca de 1.400 projetos realizados ao longo de sua trajetória. O preço de aquisição de 100% da cotas da Driven, será pago através, da assunção, da dívida líquida da Driven, cujo valor estimado é de R$ 5.972.000,00 (cinco milhões novecentos e setenta e dois mil reais), e será paga no ato da conclusão da transação, e (ii) uma parcela variável, a ser paga em 2028, a título de Earn-Out, com base no cumprimento de metas financeiras preestabelecidas. O valor do Earn-Out será calculado considerando o crescimento da receita líquida e da margem bruta da Driven nos exercícios de 2025 a 2027, em comparação com os resultados do ano de 2024, conforme metodologia de cálculo abaixo. Portanto, o valor da parcela variável será no mínimo igual a zero. Não há limite máximo. A Cia. estima um valor da parcela variável de R$ 5.195.000,00 (cinco milhões, cento e noventa e cinco mil reais). Os valores a serem pagos aos vendedores poderão sofrer eventual redução, conforme metas de desempenho da Driven, em que foram consideradas na avaliação na combinação de negócios.

| Alocação | |
|---|---|
| **Ágio aquisição Driven** | **21.749.183** |

**Alocação do ágio:** A Administração da Cia. realizou análise de valor justo dos ativos e passivos para a alocação do preço de compra das empresas abaixo listadas: conforme normas contábeis estabelecidas pelo CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios e, ajustou o ágio conforme segue:

| | Valor (R$) |
|---|---|
| Valor do ágio aquisição 31 março de 2015 **(Tech Supply)**[1] | 13.625.965 |
| Valor do ágio aquisição 31 março de 2015 **(Latin Tech)**[2] | 2.218.180 |
| Valor do ágio aquisição 31/03/2017 **(Premier it)**[1] | 27.493.283 |
| Valor do ágio aquisição 11/01/2022 **(ACCT)**[1] | 64.783.102 |
| Valor do ágio aquisição 08/10/2024 **(Driven)**[2] | 21.749.183 |
| **Ágio total registrado nas operações** | **129.869.713** |
| **Ágio no intangível após incorporação**[1] | **105.902.350** |
| **Ágio em investimento**[2] | **23.967.363** |

**11– Imobilizado**

| | Controladora 31/12/2024 | | | 31/12/2023 | Consolidado 31/12/2024 | | | 31/12/2023 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Custo | Depreciação | Saldo | Saldo | Custo | Depreciação | Saldo | Saldo |
| Equipamentos de processamento de dados | 7.017.996 | (5.339.956) | 1.678.040 | 2.180.732 | 7.113.186 | (5.433.164) | 1.680.022 | 2.180.732 |
| Moveis e utensílios | 849.527 | (792.580) | 56.947 | 93.665 | 902.585 | (845.638) | 56.947 | 93.665 |
| Instalações | 159.710 | (159.710) | – | - | 159.710 | (159.710) | – | - |
| Veículos | 132.499 | (132.499) | – | - | 132.499 | (132.499) | – | - |
| Equipamentos de comunicação | 146.776 | (140.999) | 5.777 | 3.863 | 149.593 | (143.817) | 5.776 | 3.863 |
| Máquinas e Equipamentos | 1.119.862 | (828.835) | 291.027 | 394.421 | 1.124.636 | (833.608) | 291.028 | 394.420 |
| Obras em propriedades alugadas | 408.519 | (82.548) | 325.971 | 340.787 | 416.447 | (90.476) | 325.971 | 340.788 |
| Ativo de direito de uso – Imóveis | 4.296.379 | (2.917.368) | 1.379.011 | 909.630 | 4.296.379 | (2.917.369) | 1.379.010 | 909.630 |
| Ativo de direito de uso – Equip. de processamento de dados | 362.636 | (362.344) | 292 | 6.648 | 362.636 | (362.344) | 293 | 6.648 |
| | **14.493.904** | **(10.756.839)** | **3.737.065** | **3.929.746** | **14.657.671** | **(10.918.625)** | **3.739.045** | **3.929.746** |

| Controladora | Taxa Depreciação a.a. | 31/12/2023 | Adições | Baixas | 31/12/2024 |
|---|---|---|---|---|---|
| Equipamentos de processamento de dados | 20% | 6.740.033 | 277.963 | - | 7.017.996 |
| Moveis e utensílios | 10% | 849.527 | – | - | 849.527 |
| Instalações | 20% | 159.710 | – | - | 159.710 |
| Veículos | 10% | 132.499 | – | - | 132.499 |
| Equipamentos de comunicação | 20% | 141.776 | 5.000 | - | 146.776 |
| Máquinas e Equipamentos | 10% | 1.116.433 | 3.429 | - | 1.119.862 |
| Obras em propriedades alugadas | 10% | 408.519 | – | - | 408.519 |
| Ativo de direito de uso – Imóveis (a) | 20% | 2.077.604 | 2.218.775 | - | 4.296.379 |
| Ativo de direito de uso – Equip. de processamento de dados | 20% | 362.636 | – | - | 362.636 |
| **Total do Imobilizado** | | **11.988.737** | **2.505.167** | **-** | **14.493.904** |
| **Depreciação** | | **(8.058.991)** | **(2.697.848)** | **-** | **(10.756.839)** |
| **Total Líquido** | | **3.929.746** | **(192.681)** | **-** | **3.737.065** |

| Consolidado | Taxa Depreciação a.a. | 31/12/2023 | Adições | Baixas | 31/12/2024 |
|---|---|---|---|---|---|
| Equipamentos de processamento de dados | 20% | 6.831.922 | 281.264 | - | 7.113.186 |
| Moveis e utensílios | 10% | 902.585 | – | - | 902.585 |
| Instalações | 20% | 159.710 | – | - | 159.710 |
| Veículos | 10% | 132.499 | – | - | 132.499 |
| Equipamentos de comunicação | 20% | 144.593 | 5.000 | - | 149.593 |
| Máquinas e Equipamentos | 10% | 1.121.206 | 3.430 | - | 1.124.636 |
| Benfeitorias em propriedades alugadas | 10% | 416.447 | – | - | 416.447 |
| Ativo de direito de uso – Imóveis (a) | 20% | 2.077.604 | 2.218.775 | - | 4.296.379 |
| Ativo de direito de uso – Equip. de processamento de dados | 20% | 362.636 | – | - | 362.636 |
| **Total do Imobilizado** | | **12.149.202** | **2.508.469** | **-** | **14.657.671** |
| **Depreciação** | | **(8.219.456)** | **(2.699.169)** | **-** | **(10.918.625)** |
| **Total Líquido** | | **3.929.746** | **(190.700)** | **-** | **3.739.046** |

(a) O saldo de adição de direito de uso refere-se principalmente a contratos de locação de equipamentos de informática utilizados em nossa prestação de serviços. Em 31/12/2024 a Administração não identificou alterações significativas na vida útil econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas. As benfeitorias em imóveis de terceiros alugados são amortizadas durante o prazo de vigência do contrato de locação e considera a expectativa de renovação ou alienação, quando a Administração pretende exercer esse direito, e de acordo com os termos dos contratos. A Cia. avaliou os indicativos de *impairment* e para o período findo em 31/12/2024 não foi identificada indicativos de reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados.

**12– Intangível**

| | Controladora 31/12/2024 | | | 31/12/2023 | Consolidado 31/12/2024 | | | 31/12/2023 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Custo | Amortização/ baixas | Saldo | Saldo | Custo | Amortização/ baixas | Saldo | Saldo |
| Projeto registro de bens (a) | 11.047.151 | – | 11.047.151 | 11.047.151 | 11.047.151 | – | 11.047.151 | 11.047.151 |
| Softwares | 2.010.112 | (1.915.819) | 94.293 | 154.046 | 2.010.112 | (1.915.819) | 94.293 | 154.046 |

# Quality Software S.A.

CNPJ: 35.791.391/0001-94

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Projeto Serasa Auto | 1.104.973 | – | 1.104.973 | 1.104.973 | 1.104.973 | – | 1.104.973 | 1.104.973 |
| Direitos de uso de telefone | 5.429 | – | 5.429 | 5.429 | 5.429 | – | 5.429 | 5.429 |
| Plataforma ITO | 724.274 | (193.457) | 530.817 | 675.910 | 724.274 | (193.457) | 530.817 | 675.910 |
| Portal Suprimentos | 94.151 | – | 94.151 | 94.151 | 94.151 | – | 94.151 | 94.151 |
| QAI ExchangeMGR | 784.741 | – | 784.741 | – | 784.741 | – | 784.741 | – |
| METODOLOGIA IA–ECOMMERCE | 271.753 | – | 271.753 | – | 271.753 | – | 271.753 | – |
| QAI StockpileMgmt | 202.675 | – | 202.675 | – | 202.675 | – | 202.675 | – |
| Ágio de aquisição de empresas (b) | 105.902.349 | – | 105.902.349 | 105.902.350 | 129.869.714 | – | 129.869.714 | 108.120.530 |
| | **122.147.608** | **(2.109.276)** | **120.038.332** | **118.984.010** | **146.114.973** | **(2.109.276)** | **144.005.697** | **121.202.190** |

| Controladora | Taxa Amortização a.a. | 31/12/2023 | Adições | Baixas | 31/12/2024 |
|---|---|---|---|---|---|
| Projeto registro de bens (a) | - | 11.047.151 | – | | 11.047.151 |
| Softwares | 20% | 2.009.228 | 884 | | 2.010.112 |
| Projeto Serasa Auto | - | 1.104.973 | – | | 1.104.973 |
| Direitos de uso de telefone | - | 5.429 | – | | 5.429 |
| Plataforma ITO | 20% | 724.274 | – | | 724.274 |
| Portal Suprimentos | 20% | 94.151 | – | | 94.151 |
| QAIExchangeMGR | - | – | 784.741 | | 784.741 |
| METODOLOGIA IA–ECOMMERCE | - | – | 271.753 | | 271.753 |
| QAI StockpileMgmt | - | – | 202.675 | | 202.675 |
| Ágio de aquisição de empresas (b) | 20% | 105.902.350 | (1) | | 105.902.349 |
| **Total do Intangível** | | **120.887.556** | **1.260.052** | **–** | **122.147.608** |
| **Amortização** | | **(1.903.546)** | **(205.730)** | **–** | **(2.109.276)** |
| **Total líquido** | | **118.984.010** | **1.054.322** | **–** | **120.038.332** |

| Consolidado | Taxa Amortização a.a. | 31/12/2023 | Adições | Baixas | 31/12/2024 |
|---|---|---|---|---|---|
| Projeto registro de bens (a) | - | 11.047.151 | – | – | 11.047.151 |
| Softwares | 20% | 2.009.228 | 884 | – | 2.010.112 |
| Projeto Serasa Auto | - | 1.104.973 | – | – | 1.104.973 |
| Direitos de uso de telefone | - | 5.429 | – | – | 5.429 |
| Plataforma ITO | 20% | 724.274 | – | – | 724.274 |
| Portal Suprimentos | 20% | 94.151 | – | – | 94.151 |
| QAIExchangeMGR | - | – | 784.741 | – | 784.741 |
| METODOLOGIA IA–ECOMMERCE | - | – | 271.753 | – | 271.753 |
| QAI StockpileMgmt | - | – | 202.675 | – | 202.675 |
| Ágio de aquisição de empresas (b) | 20% | 108.120.530 | 21.749.184 | – | 129.869.714 |
| **Total do Intangível** | | **123.105.736** | **23.009.237** | **–** | **146.114.973** |
| **Amortização** | | **(1.903.546)** | **(205.730)** | **–** | **(2.109.276)** |
| **Total líquido** | | **121.202.190** | **22.803.507** | **–** | **144.005.697** |

a) O Projeto Registro de Bens é um instrumento inovador, que visa estabelecer um padrão de registro eletrônico da garantia dos contratos de financiamento imobiliário no Brasil. Traz ainda o diferencial de ser estruturado como um WebService, e, portanto, terá sua operação através de uma conexão com os diversos cartórios de registros de imóveis, independentemente de sua localização. O Projeto Registro de Bens representa uma possibilidade de diversificação de carteira e de acesso a novos mercados, como o de Registros. Esta plataforma tem uma vida útil indeterminada, pois a tecnologia empregada e o modelo de negócio serão evoluídos a medida da necessidade, no âmbito tecnológico, pelo acompanhamento e adoção dos novos componentes técnicos; b) O Ágio de aquisição de empresas é composto conforme o quadro a seguir:

| | Valor |
|---|---|
| Technology Supply e Latin Technology | 15.844.145 |
| Premier IT | 27.493.283 |
| ACCT | 64.783.102 |
| Driven | 21.749.183 |
| Latin Tech | 2.218.180 |
| **Ágio total** | **132.087.893714** |

A Cia. testa periodicamente a expectativa de recuperabilidade em linha com o requerido pela NBC TG 01 (R4) e não identificou necessidade de reconhecimento de perda por *impairment* em 31/12/2024. Os testes de recuperabilidade desses ativos com vida útil indefinida foram efetuados no final do exercício de 2024, considerando sua recuperação pelo valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado, com base em projeções de crescimento contidas no plano de negócios da Cia., aprovado pela Administração. A avaliação anual de recuperabilidade desses ativos envolve o uso de julgamentos críticos e subjetivos, por parte da administração, em relação às projeções de resultados e fluxos de caixa descontados, que dependem de eventos econômicos futuros. A utilização de diferentes premissas ou não concretização de eventos esperados relacionados aos resultados projetados pode modificar significativamente as perspectivas de realização desses ativos e a eventual necessidade de registro de redução ao valor recuperável, com consequente impacto nas DFs. A metodologia utilizada para os cálculos de *impairment* foi a de fluxo de caixa descontado. Os testes consistem na análise da rentabilidade dos investimentos, avaliando os resultados apurados das investidas e as projeções de orçamentos dos anos futuros disponibilizados pela Administração da Cia.. A taxa de desconto utilizada no teste de *impairment* no exercício findo de 31/12/2024 foi de 14,40%. As taxas de crescimento e taxas de descontos que foram utilizadas nas projeções são compatíveis com as taxas de mercado em que a Cia. atua. Na elaboração dos testes do valor recuperável dos ativos da Cia., são consideradas premissas de crescimento de receita específicas por empresas de acordo com a realidade de demanda dos seus mercados. O Grupo entende que, mesmo estando inseridas no mesmo segmento de negócio, as empresas podem apresentar performances distintas devido às suas características individuais, tais como: ambiente competitivo, participação de mercado, mix de serviços, custo de mão de obra em cada região e diferenças em outros custos gerais. Desta forma, o Grupo entende que as unidades submetidas ao teste de *impairment* terão melhoria de sua rentabilidade para os próximos anos, combinando as ações de aumento de receita e diluição de custos com sinergias operacionais.

**13– Fornecedores:** A composição de contas a pagar por idade de vencimento encontra-se a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| A vencer em até 60 dias | 3.419.662 | 5.574.943 | 4.923.907 | 6.941.756 |
| A vencer em até 90 dias | 9.952 | 84.888 | 47.456 | 84.888 |
| A vencer em até 180 dias | 36.657 | 23.972 | 36.657 | 23.972 |
| A vencer em até 210 dias | 10.930 | 896 | 10.930 | 896 |
| A vencer mais de 210 dias | 6.679 | 1.792 | 6.679 | 1.792 |
| | **3.483.880** | **5.686.491** | **5.025.630** | **7.053.304** |

**14– Outras obrigações**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Adiantamento de clientes | 963.108 | 2.060.270 | 1.200.534 | 2.116.949 |
| Provisão de custos e despesas | 8.930.527 | 7.047.905 | 18.828.938 | 7.615.942 |
| Outras obrigações | 2.192.645 | 3.915.998 | 2.359.528 | 3.875.621 |
| | **12.086.281** | **13.024.173** | **22.389.004** | **13.608.512** |

**15– Impostos e Contribuições a Recolher**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| PIS/COFINS/CSLL–retidos | 21.798 | 43.319 | 62.457 | 74.337 |
| Tributos Municipais a recolher | 672.893 | 567.827 | 1.011.061 | 600.058 |
| IRRF | 5.792 | 15.501 | 13.451 | 18.225 |
| COFINS a recolher | 93.211 | 367.469 | 93.516 | 375.782 |
| PIS a recolher | 15.248 | 98.628 | 15.308 | 100.407 |
| CSLL a recolher | 865.288 | 171.124 | 978.716 | 248.405 |
| IRPJ a recolher | 1.830.750 | 30.244 | 2.286.895 | 231.334 |
| IOF | – | 5.521 | – | 10.193 |
| ICMS ST a recolher | – | (671) | – | (671) |
| Parcelamentos (*) | 317.484 | 408.644 | 1.707.259 | 408.644 |
| Outros Impostos (**) | – | - | (548.992) | 725.107 |
| | **3.822.464** | **1.707.606** | **5.619.671** | **2.791.821** |
| Circulante | 3.518.536 | 1.312.418 | 3.660.934 | 2.411.843 |
| Não Circulante | 303.928 | 395.188 | 1.958.735 | 379.978 |

**(*)** Os parcelamentos correspondem a débitos tributários de 2015, que foram parcelados de 60 a 150 parcelas mensais com a correção da Selic conforme detalhamento no quadro a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| IRPJ | 13.556 | 13.556 | 13.556 | 13.586 |
| REFIS | 303.928 | 395.088 | 1.693.703 | 395.058 |
| | **317.484** | **408.644** | **1.707.259** | **408.644** |

**(**)** Impostos devidos no exterior por nossas subsidiárias.

**16. Salários, Provisões para Férias, 13º Salário e Encargos**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Salários e encargos | 11.306.615 | 9.073.069 | 11.667.663 | 9.249.030 |
| | **11.306.615** | **9.073.069** | **11.667.663** | **9.249.030** |

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Provisões para férias e encargos | 11.296.489 | 9.844.229 | 11.633.718 | 9.925.473 |
| | **11.296.489** | **9.844.229** | **11.633.718** | **9.925.473** |

**17– Empréstimos e Financiamentos**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| BNDES (a) | 4.581.567 | 6.573.254 | 4.581.567 | 6.573.254 |
| BNDES MAIS INOVAÇÃO (b) | 10.577.426 | - | 10.577.426 | - |
| Bancos Comerciais (c) | 15.301.104 | - | 17.801.512 | - |
| | **30.460.097** | **6.573.254** | **32.960.505** | **6.573.254** |
| Circulante | 5.742.572 | 1.991.329 | 5.742.572 | 1.991.329 |
| Não Circulante | 24.717.525 | 4.581.925 | 27.217.933 | 4.581.925 |

**a) BNDES:** Em maio de 2020, a Cia. formalizou um contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor de R$ 3.000.000. O contrato será quitado em 84 meses, com prazo de carência de 24 meses e com taxa de TJLP + 3,8% a.a. A primeira parcela do desembolso, no valor de R$ 3 milhões foi recebida em maio de 2020 e a segunda, no valor de R$ 7 milhões aconteceu em agosto de 2021. **Fluxo de pagamento**

| BNDES | Controladora 31/12/2024 | | |
|---|---|---|---|
| | BNDES | (-) Encargos | Total |
| Passivo circulante | 2.000.000 | (36.471) | 1.963.529 |
| Parcelas a pagar 2026 | 2.000.000 | (36.471) | 1.963.529 |
| Parcelas a pagar 2027 | 666.667 | (12.157) | 654.510 |
| | **4.666.667** | **(85.100)** | **4.581.568** |

O contrato de financiamento com o BNDES, prevê certas obrigações a serem cumpridas pela Cia. e suas controladas, conforme cláusula, em que precisam observar certos indicadores financeiros com medição anual, dentre outros aspectos, os quais são acompanhados durante a vigência do contrato e estão sendo cumpridos. A falta do não atingimento dos *covenants*, implica apenas em limitar os dividendos ao mínimo obrigatório. • Dívida financeira líquida por EBITDA de até 3,0 x; • Patrimônio líquido por ativo total não inferior a 0,4.* Em 31/12/2024 a Cia. estava adimplente com todos os *covenants*. **b) BNDES Mais Inovação:** Em setembro de 2024, a Cia. formalizou um contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor total de R$ 35.746.000 (trinta e cinco milhões, setecentos e quarenta e seis mil reais). O contrato prevê um prazo de carência de 36 meses, com taxa de juros de TR + 2,20% ao ano. A operação está estruturada em 3 parcelas, sendo que a primeira, no valor de R$ 10.781.863 (dez milhões, setecentos e oitenta e um mil, oitocentos e sessenta e três reais e quarenta e seis centavos), foi liberada em outubro de 2024. **Fluxo de pagamento**

| BNDES Mais Inovação | Controladora 31/12/2024 | | |
|---|---|---|---|
| | BNDES Mais Inovação | (-) Encargos | Total |
| Parcelas a pagar após 2027 | 10.753.177 | (175.751) | 10.577.426 |
| | **10.753.177** | **(175.751)** | **10.577.426** |

**c) Bancos Comerciais:** A Cia. mantém outras operações de financiamento com bancos comerciais, incluindo Bradesco, Itaú e Banco do Brasil, oferecendo condições adequadas às suas necessidades financeiras. As taxas anuais aplicadas às operações são: para o Bradesco, CDI + 3,20%, representando um custo anual de 16,77%; para o Banco do Brasil, a taxa fixa é de 7,20% ao ano; e para o Itaú, CDI + 3,10%, correspondendo a um custo anual de 16,66%. O custo médio ponderado da dívida bancária é de 121,1% do CDI, o que resulta em um custo anual global de 15,92%. **Fluxo de pagamento**

| Bancos Comerciais | Controladora 31/12/2024 | | |
|---|---|---|---|
| | Bancos Comerciais | (-) Encargos | Total |
| Passivo circulante | 3.779.043 | - | 3.779.043 |
| Parcelas a pagar 2026 | 10.272.061 | - | 10.272.061 |
| Parcelas a pagar 2027 | 1.250.000 | - | 1.250.000 |
| | **15.301.104** | **-** | **15.301.104** |

| Bancos Comerciais | Consolidado 31/12/2024 | | |
|---|---|---|---|
| | Bancos Comerciais | (-) Encargos | Total |
| Passivo circulante | 5.017.702 | (317.615) | 4.700.087 |
| Parcelas a pagar 2026 | 11.451.147 | (317.615) | 11.133.532 |
| Parcelas a pagar 2027 | 2.232.572 | (264.679) | 1.967.893 |
| | **18.701.420** | **(899.908)** | **17.801.512** |

**18– Debêntures**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Debêntures | 45.221.751 | 60.255.467 | 45.221.751 | 60.255.467 |
| | **45.221.751** | **60.255.467** | **45.221.751** | **60.255.467** |
| Circulante | 15.108.619 | 15.114.163 | 15.108.619 | 15.114.163 |
| Não Circulante | 30.113.132 | 45.141.304 | 30.113.132 | 45.141.304 |

Em 27/12/2021 foi firmado o contrato junto a VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TVM LTDA., para a emissão de 65.000 debêntures simples e não conversíveis em ações, todas no valor nominal de R$ 1,00 (um Real). Perfazendo o total de R$ 65.000.000, com vencimento para 27/12/2026. A remuneração das debêntures é sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.b3.com.br) ("Taxa DI"), acrescida de sobretaxa de 3,00% (três inteiros por cento) ao ano, base 252 Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures"), calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures ou a data de pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. A Remuneração das Debêntures será calculada de acordo com fórmula descrita na Escritura de Emissão. Em março de 2023, a Cia. firmou um aditivo à escritura de emissão de debêntures, incrementando em mais 1 ano o período de amortização do financiamento, com vencimento alterado para dezembro de 2027. Na ocasião, também foi alterada a Remuneração das Debêntures, com a modificação da sobretaxa de 3,00% (três inteiros por cento) ao ano, base 252 Dias Úteis, para 3,10% (três inteiros e um décimo por cento) ao ano, base 252 Dias Úteis, permanecendo a remuneração de 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. Ademais, cabe destacar que, à época, a Cia. realizou a avaliação prevista na NBC TG 48 / CPC 48 / IFRS 9 sobre eventuais impactos contábeis referentes às alterações contidas no referido aditivo, concluindo que as alterações não atendem os requerimentos trazidos pela norma para extinção do passivo financeiro original com consequente reconhecimento de um novo passivo financeiro. Os montantes registrados no passivo circulante e não circulante em 31/12/2024, apresentam o seguinte cronograma de vencimentos: **Fluxo de pagamento**

| DEBÊNTURES | Controladora 31/12/2024 | | |
|---|---|---|---|
| | Debêntures | (-) Encargos | Total |
| Passivo circulante | 15.346.983 | (238.364) | 15.108.619 |
| Parcelas a pagar 2026 | 15.294.111 | (237.542) | 15.056.569 |
| Parcelas a pagar 2027 | 15.294.104 | (237.542) | 15.056.562 |
| | **45.935.199** | **(713.448)** | **45.221.751** |

O contrato de emissão de debêntures, prevê certas obrigações a serem cumpridas pela Cia. e suas controladas, conforme cláusula 6.26.2.(f), em que precisam observar certos indicadores financeiros com medição anual, dentre outros aspectos, os quais são acompanhados durante a vigência do contrato e estão sendo cumpridos. • Dívida financeira líquida por EBITDA de até 2,5 x em 2023; • Dívida financeira líquida por EBITDA de até 2,0 x a partir de 2024. Em 31/12/2024 a Cia. estava adimplente com todos os *covenants*. **19– Arrendamentos Mercantil:** A partir de 1º/01/2019, a Cia. aplicou a NBC TG 06 (R3) / CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamento, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, que não exige a apresentação comparativa de períodos anteriores. Na adoção inicial, os passivos foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental (taxa nominal) sobre os empréstimos da Cia. e os ativos de direito de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento a valor presente. A Cia. aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento, aplicando os critérios de direito de controle e obtenção de benefícios do ativo identificável, prazo de contratação superior a 12 meses, expectativa de prazo de renovação contratual, contraprestação fixa e relevância do valor do bem arrendado. **Ativo de direito de uso**

| Controladora | 31/12/2023 | Adições | Baixas | 31/12/2024 |
|---|---|---|---|---|
| Ativo de direito de uso – Equip. de processamento de dados | 362.636 | - | - | 362.636 |
| Ativo de direito de uso – Imóveis | 2.077.604 | 2.218.775 | - | 4.296.379 |
| **Total Imobilizado** | **2.440.240** | **2.218.775** | **-** | **4.659.015** |
| **Depreciação/amortização** | **(1.523.962)** | **(1.755.750)** | **-** | **(3.279.712)** |
| **Total Líquido** | **916.278** | **463.025** | **-** | **1.379.303** |

| Consolidado | 31/12/2023 | Adições | Baixas | 31/12/2024 |
|---|---|---|---|---|
| Ativo de direito de uso – Equip. de processamento de dados | 362.636 | - | - | 362.636 |
| Ativo de direito de uso – Imóveis | 2.077.604 | 2.218.775 | - | 4.296.379 |
| **Total Imobilizado** | **2.440.240** | **2.218.775** | **-** | **4.659.015** |
| **Depreciação/amortização** | **(1.523.962)** | **(1.755.751)** | **-** | **(3.279.713)** |
| **Total Líquido** | **916.278** | **463.024** | **-** | **1.379.302** |

| Passivo com operações com arrendamentos | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Arrendamento Mercantil | 1.197.652 | 1.153.416 | 1.196.998 | 1.153.416 |
| Passivo Circulante | 894.653 | 766.598 | 893.999 | 766.598 |
| Passivo Não Circulante | 302.999 | 386.818 | 302.999 | 386.818 |

A Cia. possui atualmente contratos de locação de imóveis firmados com a Souza Dantas Participações Eireli, com sede em SP, com vigência de 16/11/2020 à 15/11/2025, Studio at AQWA no RJ, com vigência de 04/04/2022 com aditivo até 31/03/2025, Longo Empreendimentos Imobiliários Ltda, com sede no Paraná, com vigência de 24/05/2022 à 23/05/2025, A&F Virtual Office-Pleniprint – Serv. Sup. Empr. Ltda, com sede em SP, estação fixa e plano vistual, prazo indeterminado e vigência de 18 meses para o plano virtual. A Cia. possui também contratos de locação de equipamentos firmado com a ARKLOK Equipamentos de Informática S.A, com vigência do mês 07/2022 a 01/2025 e com AGASUS S.A referente a locação de Notebook, com vigência de 36 meses, de 11/2022 a 01/2025, locação de Desktop com vigência de 60 meses, de 11/2022 a 10/2028 e locação com a Akdeal, com contratos de duração de 12 a 36 meses, iniciando em 01/2024 e finalizando em 12/2027. A Cia. adotou o NBC TG 06 (R3) / CPC 06 (R2) / IFRS 16 em 1º/01/2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Além disso, aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição, ou seja, optou por adotar a norma para contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos conforme a NBC TG 06 (R2) / CPC 06 (R1) / IAS 17. Portanto, a Cia. não aplicará a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contratos que contenham um arrendamento nos termos da NBC TG 06 (R2) / CPC 06 (R1) / IAS 17. Em 31/12/2024 a controladora e suas controladas não possuíam um direito potencial de recuperação dos tributos PIS/COFINS incidentes sobre a contraprestação de arrendamento firmados com pessoas jurídicas, pois a Cia. possui seu regime de tributação de forma cumulativa de acordo com o art. 10, incisos XIX e XXV da lei 10.833 de 29/12/2003. **19.1. Maturidade dos Passivos de Arrendamento**

| Controladora e Consolidado | 2025 | 2026 | 2027 | 2024 |
|---|---|---|---|---|
| Fluxo de pagamentos futuros | (946.254) | (599.744) | (12.699) | (1.558.697) |
| Encargos | 219.580 | 139.171 | 2.947 | 361.698 |
| **Passivo com operações com arrendamento** | **(726.674)** | **(460.573)** | **(9.752)** | **(1.196.999)** |
| inflação (IPCA) (relatórios focus 21/03/2025) | 5,65% | 4,50% | 4,00% | |
| Fluxo de pagamentos futuros | (999.717) | (662.143) | (14.581) | (1.676.441) |
| Encargos | 231.986 | 153.651 | 3.384 | 389.021 |
| **Passivo com operações com arrendamento + Inflação** | **(767.731)** | **(508.492)** | **(11.197)** | **(1.287.420)** |

**19.2. Análise dos impactos das diferenças (inflação)**

| | CONTROLADORA–31/12/2024 | | | CONSOLIDADO–31/12/2024 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Real | Nominal | Var.% | Real | Nominal | Var.% |
| Ativo de direito de uso | 1.379.303 | 1.483.496 | 7,6% | 1.379.303 | 1.483.496 | 7,6% |
| Passivo de arrendamento | (1.558.697) | (1.676.441) | 7,6% | (1.558.697) | (1.676.441) | 7,6% |
| Encargos | 361.698 | 389.021 | 7,6% | 361.698 | 389.021 | 7,6% |

Prezando pela devida divulgação frente aos requerimentos do IFRS16/CPC06 (R2) e para atender as orientações das áreas técnicas da CVM, são fornecidos os saldos passivos sem inflação, efetivamente contabilizado, e a estimativa dos saldos inflacionados nos exercícios de comparação.

**20– Dívida por Aquisição de Empresas – ACCT e Driven**

| | Controladora e Consolidado | |
|---|---|---|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Valores a pagar ACCT | 25.331.436 | 30.268.323 |
| Valores a pagar Driven | 5.195.000 | - |
| | **30.526.436** | **30.268.323** |

| Fluxo de pagamento | 31/12/2024 | |
|---|---|---|
| | ACCT | Driven |
| Passivo circulante | 10.633.542 | - |
| Parcelas a pagar 2026 | 7.348.947 | - |
| Parcelas a pagar 2027 | 7.348.947 | - |
| Parcelas a pagar após 2027 | - | 5.195.000 |
| | **25.331.436** | **5.195.000** |

**21– Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas:** Em 31/12/2024 e 31/12/2023, os riscos para perdas prováveis registrados nas DFs individuais e consolidadas da Cia. e de suas controladas estão apresentados a seguir:

| Prováveis | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Trabalhistas e tributárias | 632.227 | 260.949 | 632.227 | 260.949 |

Adicionalmente, a Cia. e suas controladas possuem riscos para perdas possíveis, que não são registradas, nos seguintes montantes:

| Possíveis | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Trabalhistas e tributárias | 2.062.735 | 5.801.018 | 2.062.735 | 5.801.018 |

**22– Patrimônio Líquido: 22.1. Capital Social:** O Capital autorizado da Cia. é de R$ 60.000.000, sendo que o Capital social subscrito e integralizado é de R$ 37.605.711 e está representado por 861.605 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A composição acionária na base de Capital Social é:

| | 31/12/2024 | Capital Votante (%) | 31/12/2023 | Capital Votante (%) |
|---|---|---|---|---|
| Henkan I – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia | 368.198 | 368.198 | 368.198 | 42,73% |
| BNDES Participações S.A. | 218.315 | 218.315 | 218.315 | 25,34% |
| Julio Cesar Estevam de Britto Junior | 214.352 | 214.352 | 214.352 | 24,88% |
| Outros | 60.740 | 60.740 | 60.740 | 7,05% |
| | **861.605** | **861.605** | **861.605** | **100,00%** |

***a. Stock options:*** Em 28/10/2021, foi aprovado em ata pelo conselho de administração o Plano de Stock Options da Cia.. Não ocorreram outorgas até o período de 31/12/2024. **Objetivos:** O Plano tem como objetivo permitir que os Beneficiários tenham a oportunidade de adquirir Ações da Cia., tornando-se acionistas, com vistas a: (i) Estimular a expansão; (ii) Maximizar a geração de valor aos acionistas; (iii) Reforçar a capacidade da Cia. de atrair e reter colaboradores chaves; (iv) Compartilhar a criação de valor, bem como os riscos do negócio. **Valor de outorga:** O beneficiário pagará o valor de R$ 5,84 por cada ação. **Preço de exercício:** O preço de cada uma das ações a serem subscritas pelos beneficiários em decorrência do exercício das opções será de R$ 164,40 por ação correspondente ao *enterprise value* de 7 vezes o Ebitda da Cia. em 31/12/2020, adiciona-se ao Preço de Exercício a taxa pré-fixada de 9% a.a. para o ano de 2021. A partir de 1º/01/2022, adiciona-se a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo–IPCA, divulgado pelo IBGE, mais 5% ao ano. **Gerais:** • A Administração do Plano caberá ao Conselho de Administração da Cia.; • Poderão ser Beneficiários do Plano os diretores estatutários ou não estatutários, administradores, executivos e colaboradores que sejam considerados estratégicos para viabilizar o desenvolvimento da Cia., cabendo à Diretoria sua indicação e ao Conselho de Administração a sua eleição, dentre os indicados pela Diretoria; • As Ações de emissão da Cia. sujeitas a este Plano serão ações da classe ordinária, O Conselho de Administração poderá outorgar Opções para aquisição de Ações até o limite agregado de 5% do total de Ações de emissão da Cia., observado o limite do capital autorizado da Cia.. podendo ser emitidas pela Cia. e subscritas pelos Beneficiários nos termos previstos neste Plano; • Este Plano entra em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral da Cia. e permanecerá em vigor por 5 anos. • Tivemos a adesão dos principais executivos da Cia.; A opção só poderá ser exercida mediante a um futuro evento de liquidez. A Cia. não possui registros contábeis de marcação a valor justo dos respectivos instrumentos visto que não existem eventos de liquidez em 31/12/2024. **22.2. Reservas de lucro: a) Reserva legal:** Constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício observando os limites estabelecidos em lei. **b) Reserva especial para dividendos não distribuídos:** O estatuto assegura aos acionistas o pagamento de Dividendo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76. Os dividendos propostos estão sujeitos à aprovação pela Assembleia de Acionistas ao fim de cada exercício. **22.3. Destinação do lucro do exercício:** A Administração irá propor a destinação do resultado do exercício de 2024 conforme demonstrado a seguir:

| | 31/12/2024 |
|---|---|
| Lucro do exercício | 25.748.141 |
| Constituição de Reserva Legal (a) | 1.287.407 |
| Constituição de Reserva de Retenção de Lucros | 18.345.550 |
| Dividendos a pagar até 31/12/2025 | 6.115.183 |

A destinação do resultado será aprovada em AGO (AGO), que ocorrerá no dia 30/04/2025. **21.4. Resultado por ação:** Conforme requerido pelo CPC 41–Resultado por ação, foram reconciliados o lucro/(prejuízo) e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído:

| | Controladora | |
|---|---|---|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Resultado disponível para as ações ordinárias | 25.748.141 | 19.762.967 |
| Média ponderada das ações ordinárias em circulação | 861.605 | 861.605 |
| Resultado por ação (em R$)–básico e diluído | **29,88** | **22,94** |

Não houve diluição do resultado apurado no período.

**23– Receita Líquida**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2024 | 30/09/2023 | 31/12/2024 | 30/09/2023 |
| Serviços prestados em Soluções de TI | 257.361.967 | 201.466.049 | 283.405.408 | 263.113.914 |
| CPRB (Contribuição Previdenciária Sobre Receita Bruta) | (11.577.691) | (9.068.823) | (11.577.691) | (10.582.649) |
| COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) | (7.742.000) | (6.085.059) | (8.219.248) | (7.509.677) |
| PIS (Programa de Integração Social) | (1.677.452) | (1.315.183) | (1.780.856) | (1.623.865) |
| ISS (Impostos Sobre Serviços) | (5.735.437) | (4.582.899) | (6.216.501) | (5.708.947) |
| | **230.629.387** | **180.414.085** | **255.611.112** | **237.688.776** |

A seguir a abertura por tipo de receita descrito na Nota Explicativa n° 1:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| ITO | 124.857.139 | 116.999.596 | 126.711.389 | 118.298.839 |
| DIGITAL | 105.772.248 | 63.414.489 | 128.899.723 | 119.389.938 |
| | **230.629.387** | **180.414.085** | **255.611.112** | **237.688.777** |

**24– Custos dos Serviços Prestados:** A Cia. apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos com base na sua função. As informações sobre a natureza desses custos reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir para os exercícios de:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Custos com Pessoal | 135.107.532 | 101.491.833 | 138.333.377 | 120.959.524 |

# Quality Software S.A.

CNPJ: 35.791.391/0001-94

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Custos com Licenças de Softwares | 20.298.634 | 18.759.202 | 25.685.351 | 24.382.280 |
| Custos com Assessoria a Sistemas | 3.752.900 | 2.625.198 | 11.280.055 | 11.517.591 |
| Custos com Assistência Técnica | 2.392.334 | 4.491.287 | 3.494.594 | 5.165.466 |
| Custos com Representação Comercial | 3.371.444 | 2.704.515 | 3.546.589 | 2.878.342 |
| Outros Custos operacionais | 4.738.372 | 4.273.085 | 5.499.824 | 5.058.439 |
| | **169.661.216** | **134.345.120** | **187.839.790** | **169.961.642** |

A seguir, a abertura de custo por tipo descrito na nota 1:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| ITO | 95.787.851 | 92.202.636 | 97.809.499 | 94.536.324 |
| DIGITAL | 73.873.365 | 42.142.484 | 90.030.291 | 75.425.318 |
| | **169.661.216** | **134.345.120** | **187.839.790** | **169.961.642** |

**25– Lucro Operacional:** A seguir a abertura de lucro operacional por tipo descrito na nota 1:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| ITO | 29.069.288 | 24.796.960 | 28.901.890 | 23.762.515 |
| DIGITAL | 31.898.883 | 21.272.005 | 38.869.432 | 43.964.620 |
| | **60.968.171** | **46.068.965** | **67.771.322** | **67.727.135** |

**26– Despesas por Natureza:** A Cia. apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir para os exercícios de:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Despesas com Pessoal | 18.257.743 | 16.732.357 | 20.122.852 | 21.678.190 |
| Despesas com Assessoria a Sistemas | 1.388.970 | 1.617.796 | 1.409.372 | 1.817.043 |
| Despesas com Assistência Tecnica | 162.316 | 195.368 | 653.940 | 427.711 |
| Despesas com Serviços de Terceiros | 863.295 | 1.464.730 | 931.795 | 1.469.252 |
| Despesas com Licenças de Softwares | 1.259.675 | 800.107 | 1.326.580 | 1.045.124 |
| Outras Despesas Gerais e Administrativas | 6.155.952 | 3.780.104 | 7.129.798 | 5.715.896 |
| Despesas com depreciação/Amortização | 3.259.614 | 1.826.128 | 3.259.669 | 2.117.204 |
| | **31.347.565** | **26.416.590** | **34.834.006** | **34.270.420** |

**27– Resultado Financeiro Líquido**

| **Despesas financeiras** | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Despesas com juros | (10.756.389) | (14.575.658) | (11.279.128) | (14.656.831) |
| Variação monetária cambial passiva | (641.900) | (244.785) | (786.259) | (268.145) |
| Perdas com derivativos realizados | (2.426.391) | (301.954) | (2.426.391) | (301.954) |
| Outros | (1.554.430) | (1.641.581) | (2.146.698) | (2.103.826) |
| | **(15.379.110)** | **(16.763.978)** | **(16.638.476)** | **(17.330.756)** |

| **Receitas financeiras** | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Rendimentos sobre aplicações financeiras | 2.192.519 | 425.413 | 3.032.497 | 592.546 |
| Juros recebidos | 1.695.479 | 846.678 | 1.922.645 | 955.178 |
| Descontos obtidos | 37.745 | 29.984 | 37.746 | 44.166 |
| Atualização de créditos tributários–Selic | (169.302) | (81.962) | (212.069) | (94.132) |
| Variação cambial de derivativos | 2.426.391 | - | 2.426.391 | 4.215 |
| Outros | 148.642 | 402.219 | 162.083 | 433.060 |
| | **6.331.474** | **1.622.332** | **7.369.293** | **1.935.033** |
| **Resultado financeiro líquido** | **(9.047.636)** | **(15.141.646)** | **(9.269.183)** | **(15.395.723)** |

**28– I.R. e C.S. Registrados no Resultado**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2024 | 30/09/2023 | 31/12/2024 | 30/09/2023 |
| Lucro antes do I.R. e da C.S. | 26.482.700 | 21.329.643 | 27.196.227 | 25.836.076 |
| Alíquota | 34,0% | 34,0% | 34,0% | 34,0% |
| IR e CSLL correntes | (4.555.186) | (650.666) | (5.206.456) | (5.060.901) |
| IR e CSLL diferidos | 3.820.627 | (916.010) | 3.756.395 | (1.006.880) |
| Alíquota efetiva | 2,8% | 7,3% | 5,3% | 23,5% |

**29– Objetivos e Políticas para Gestão de Risco Financeiro:** A Cia. avalia continuamente seus ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerenciar adequadamente os riscos a que está exposta, incluindo risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado, este último englobando riscos de variação cambial e de taxa de juros. Os principais passivos financeiros incluem empréstimos, financiamentos, fornecedores, dívidas com aquisições de empresas e débitos com partes relacionadas, destinados ao financiamento de suas operações. A Cia. também possui contas a receber de clientes, outros créditos e depósitos à vista e a curto prazo decorrentes de suas atividades operacionais e aportes de capital. Adicionalmente, a Cia. realiza operações com instrumentos financeiros derivativos, com o objetivo de mitigar os riscos de exposição à variação cambial sobre passivos contratados em moeda estrangeira. Tais instrumentos são utilizados para fins de hedge econômico, mesmo que não estejam formalmente designados como hedge contábil. **Mensuração do valor justo:** A mensuração do valor justo dos ativos e passivos financeiros considera o valor pelo qual um instrumento poderia ser trocado em uma transação regular entre partes independentes, dispostas a negociar, na data de mensuração. Não se considera venda forçada ou liquidação compulsória. A mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos é realizada com base em modelos de precificação que utilizam dados de mercado observáveis (classificação como Nível 2 da hierarquia de valor justo, conforme CPC 46), como curvas de juros e taxas de câmbio.

| | | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 31/12/2024 | | 31/12/2023 | | 31/12/2024 | | 31/12/2023 | |
| **Ativos** | Nota | Valor Contábil | Valor Justo | Valor Contábil | Valor Justo | Valor Contábil | Valor Justo | Valor Contábil | Valor Justo |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 23.482.226 | 23.482.226 | 13.069.954 | 13.069.954 | 37.601.374 | 37.601.374 | 21.131.364 | 21.131.364 |
| Contas a receber | 5 | 49.100.847 | 49.100.847 | 47.227.792 | 47.227.792 | 56.137.297 | 56.137.297 | 55.873.280 | 55.873.280 |
| Créditos com partes relacionadas | 7 | 2.652.901 | 2.652.901 | 1.555.450 | 1.555.450 | - | - | - | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | | 2.426.391 | 2.426.391 | - | - | 2.426.391 | 2.426.391 | - | - |
| Outras contas a receber | | 4.798.272 | 4.798.272 | 6.917.981 | 6.917.981 | 5.186.669 | 5.186.669 | 7.181.226 | 7.181.226 |
| | | **82.460.637** | **82.460.637** | **68.771.177** | **68.771.177** | **101.351.731** | **101.351.731** | **84.185.870** | **84.185.870** |

| | | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 31/12/2024 | | 31/12/2023 | | 31/12/2024 | | 31/12/2023 | |
| **Passivo** | Nota | Valor Contábil | Valor Justo | Valor Contábil | Valor Justo | Valor Contábil | Valor Justo | Valor Contábil | Valor Justo |
| Empréstimos e Financiamentos | 16 | 32.886.488 | 32.886.488 | 6.573.254 | 6.573.254 | 35.386.895 | 35.386.895 | 6.573.254 | 6.573.254 |
| Debêntures | 16 | 45.221.751 | 45.221.751 | 60.255.467 | 60.255.467 | 45.221.751 | 45.221.751 | 60.255.467 | 60.255.467 |
| Dívida por aquisição de empresas | 18 | 30.526.436 | 30.526.436 | 30.268.323 | 30.268.323 | 30.526.436 | 30.526.436 | 30.268.323 | 30.268.323 |
| Passivos com operações com arrendamento | 17 | 1.197.652 | 1.197.652 | 856.815 | 856.815 | 1.196.998 | 1.196.998 | 856.815 | 856.815 |
| Fornecedores | 12 | 3.483.880 | 3.483.880 | 7.214.719 | 7.214.719 | 5.025.630 | 5.025.630 | 8.581.532 | 8.581.532 |
| Passivos com partes relacionadas | 7 | 1.420.264 | 1.420.264 | 2.203.543 | 2.203.543 | - | - | - | - |
| Outras Obrigações | 13 | 12.086.286 | 12.086.286 | 13.024.177 | 13.024.177 | 22.389.003 | 22.389.003 | 13.608.511 | 13.608.511 |
| | | **126.822.757** | **126.822.757** | **120.396.298** | **120.396.298** | **139.746.713** | **139.746.713** | **120.143.902** | **120.143.902** |

Os principais instrumentos financeiros, bem como a mensuração do valor justo, estão descritos a seguir: • Contas a receber de clientes e partes relacionadas ativas–Os valores justos são iguais aos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações; • Partes relacionadas passivas, fornecedores e outras contas a pagar–Os valores justos são iguais aos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações; • Empréstimos e financiamentos–São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelo custo amortizado. Consideram-se os valores contábeis desses empréstimos e financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratar de instrumentos financeiros com características de capital de giro e com vencimento de curto prazo, portanto, a administração da Cia. conclui que os valores justos dos empréstimos e financiamentos são idênticos ao valor contábil; • A Cia. não possui instrumentos financeiros derivativos de caráter especulativo, tampouco, os nomeados instrumentos financeiros derivativos exóticos. A Administração da Cia. mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados, por meio dos seus controles e políticas internas. As operações com derivativos têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamento em moeda estrangeira, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de proteção e estão registrados pelo seu valor justo, os efeitos dos ajustes de valor justo estão sendo contabilizados no resultado quando incorridos. **Hierarquia de valor justo:** A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • **Nível 1**–Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2**–Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • **Nível 3–Premissas**, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Cia. se encontra exposta a risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros e câmbio), risco de crédito e risco de liquidez, os quais são tempestivamente monitorados pela Administração. Estes riscos significativos de mercado que afetam a Cia. podem ser assim resumidos: ***Risco de mercado:*** Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços realizados pela Cia. e dos demais insumos necessários para a prestação dos seus serviços. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Cia.. Para mitigar esses riscos, a Administração monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços. **Risco de taxa de juros:** Decorre de a possibilidade da Cia. sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Cia. busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré ou pós-fixadas. **Risco de taxa de câmbio:** A Cia. observa o mercado financeiro, monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações da Cia. por meio de relatórios de riscos internos que analisam as exposições por grau e relevância dos riscos. Esses riscos incluem o risco de taxa de câmbio. Os derivativos são contabilizados ao valor justo, com variações reconhecidas no resultado do período. Em 2024, a Cia. contratou operação de swap cambial vinculada a contrato de mútuo com o Banco Bradesco Europa S.A., com valor nominal de US$ 2.005.655,95, convertido à taxa SPOT de R$ 4,9859. A operação tem vencimento previsto para março de 2027 e tem por objetivo mitigar o risco de variação cambial sobre dívida em dólar. Em 31/12/2024, a Cia. apresenta MTM dos instrumentos derivativos atualizado no montante de R$ 2.426.391. **Risco de crédito:** As políticas de crédito da fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito). No que tange as instituições financeiras, a Cia. somente realiza operações com instituições financeiras de primeira linha, consideradas de baixo risco. **Risco de liquidez:** Representa o risco de a Cia. não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A Cia. procura alinhar o vencimento de suas dívidas com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

| | 31/12/2024 | | 31/12/2023 | |
|---|---|---|---|---|
| **Controladora** | Fluxo Contratual | | Fluxo Contratual | |
| **Obrigações** | Até 12 meses | Acima de 12 meses | Até 12 meses | Acima de 12 meses |
| Fornecedores | 3.483.880 | - | 7.214.719 | - |
| Contas a pagar por aquisição de empresas | 10.633.542 | 19.892.894 | 1.882.498 | 28.385.825 |
| Empréstimos e financiamentos | 5.742.572 | 27.143.916 | 1.991.329 | 4.581.925 |
| Debêntures | 15.108.619 | 30.113.132 | 15.114.163 | 45.141.304 |
| Partes relacionadas | - | 1.420.264 | - | 2.203.543 |
| **Total de obrigações** | **34.968.614** | **78.570.205** | **26.202.709** | **80.312.597** |

| | 31/12/2024 | | 31/12/2023 | |
|---|---|---|---|---|
| **Consolidado** | Fluxo Contratual | | Fluxo Contratual | |
| **Obrigações** | Até 12 meses | Acima de 12 meses | Até 12 meses | Acima de 12 meses |
| Fornecedores | 5.025.630 | - | 8.581.532 | - |
| Contas a pagar por aquisição de empresas | 10.633.542 | 19.892.894 | 1.882.498 | 28.385.825 |
| Empréstimos e financiamentos | 5.742.572 | 27.143.916 | 1.991.329 | 4.581.925 |
| Debêntures | 15.108.619 | 30.113.132 | 15.114.163 | 45.141.304 |
| **Total de obrigações** | **36.510.364** | **77.149.941** | **27.569.522** | **78.109.054** |

**29.1. Gestão de capital:** O objetivo principal da administração de capital da Cia. é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Cia. administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Empréstimos e financiamentos | (32.886.488) | (6.573.254) | (35.386.895) | (6.573.254) |
| Contas a pagar de aquisição de empresas | (30.526.436) | (30.268.323) | (30.526.436) | (30.268.323) |
| Debêntures | (45.221.751) | (60.255.467) | (45.221.751) | (60.255.467) |
| Caixa e equivalentes de caixa | 23.482.226 | 13.069.954 | 37.601.374 | 21.131.364 |
| **Dívida líquida** | **(85.152.449)** | **(84.027.090)** | **(73.533.708)** | **(75.965.680)** |
| Patrimônio líquido | 104.146.156 | 83.190.828 | 104.149.402 | 83.195.187 |
| **Dívida líquida e patrimônio líquido** | **18.993.707** | **(836.262)** | **30.615.694** | **7.229.507** |

A Cia. apresentou capital circulante líquido positivo em 31/12/2024 no montante de R$ 16.728.108 na controladora, e positivo de R$ 27.956.734 no consolidado. **Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros:** A Cia. e suas controladas estão expostas a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e financiamentos. No quadro a seguir, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos saldos de balanço patrimonial consolidado da Cia., sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Cia.; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Cia.. Além do cenário provável, o CPC 40 prevê que fossem apresentados mais cenários de avaliação para os usuários. Dessa forma, a Cia. apresenta mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Em 31/12/2024 foram calculadas variações de 25% e com 50%:

| | | 31/12/2024 | | | 31/12/2023 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Risco | Cenário Provável | Cenário possível–25% | Cenário remoto–50% | Cenário Provável | Cenário possível–25% | Cenário remoto–50% |
| Rendimento das aplicações financeiras | Queda do CDI | 3.032.497 | 2.274.373 | 1.516.249 | 592.546 | 444.410 | 296.273 |

| | | 31/12/2024 | | | 31/12/2023 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Risco | Cenário Provável | Cenário possível–25% | Cenário remoto–50% | Cenário Provável | Cenário possível–25% | Cenário remoto–50% |
| Juros passivos | Aumento do CDI e IPCA | 9.109.935 | 11.387.419 | 13.664.903 | 14.656.831 | 18.321.039 | 21.985.247 |
| Juros passivos | Aumento da TJLP | 246.833 | 308.541 | 370.249 | 13.845.007 | 17.306.259 | 20.767.511 |
| Juros passivos | Aumento do NDF | 444.713 | 555.892 | 263.532 | 811.824 | 1.014.780 | 1.217.736 |

**30– Cobertura de Seguros (Não auditado):** A Cia. adota política de contratar cobertura de seguros com base no conceito securitário de "Perda máxima provável", o que corresponde ao valor máximo passível de destruição em um mesmo evento, a Administração da Cia. considera o montante segurado suficiente para cobertura de eventuais sinistros. As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza, foram consideradas suficientes pela Administração da Cia. e suas controladas. As principais informações sobre a cobertura de seguros vigentes até 31 dezembro de 2024, 2º as apólices de seguros, podem ser assim demonstrado:

| **Tipo de Seguro** | Total Segurado | Total Prêmio |
|---|---|---|
| Seguro de Vida em Grupo | 8.449.702,80 | 4.619,23 |
| Responsabilidade Civil por Serviços em Hangar e Aeroportuários | 8.000.907,90 | 11.499,24 |
| Compreensivo Empresarial e Responsabilidade Civil Geral | 5.668.727,00 | 140.342,85 |
| Seguro Garantia | 4.902.422,64 | 19.440,25 |
| Seguro Garantia: Segurado Setor Público | 4.454.850,31 | 51.640,64 |
| Responsabilidade Civil Geral | 16.742,23 | 1.802,80 |
| Responsabilidade Civil dos Administradores | 14.793,88 | 286,32 |
| Responsabilidade Civil Profissional | 14.793,88 | 295,87 |
| Riscos Cibernéticos | 3.180,73 | 200,00 |
| Seguro Fiança Locatícia | 2.599,83 | 200,00 |
| **Totalização** | **31.528.721,20** | **230.327,20** |

**31– Eventos Subsequentes: Incorporação Driven Tecnlogia.:** A Cia. em 21/03/2025 através de AGE, aprovou a incorporação da Driven Tecnologia Ltda, sem aumento do capital social da Cia.

**Julio Cesar Estevam de Britto Junior – Diretor Presidente; Rodrigo de Oliveira Torres – Diretor Financeiro e de RI Marlon Kichel – Contador – CRC PR077031**

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Aos Acionistas e Administradores da Quality Software S.A. RJ – RJ: Opinião:** Examinamos as DFs individuais e consolidadas da Quality Software S.A. ("Cia."), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as DFs acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Quality Software S.A em 31/12/2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *"International Accounting Standards Board" (IASB)*. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das DFs individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Cia. e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das DFs individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas DFs individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. ***Avaliação do valor recuperável dos ativos imobilizados e intangível:*** Em 31/12/2024, nas notas explicativas nº11 e nº12, às DFs individuais e consolidadas, a Cia. possui ativo imobilizado e intangível nos montantes de R$ 3.737.065 e R$ 120.038.333 e de R$3.739.045 e R$144.005.697, respectivamente, que incluem ágio na aquisição de empresas, cujo valor recuperável deve ser testado anualmente conforme requerido pelo CPC 01(R1) / IAS 36 – Redução ao valor recuperável de ativos. Para testes de redução ao valor recuperável de parte substancial destes montantes que se referem aos ágios que são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), cujo valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente, que envolve premissas tais como: taxas de crescimento dos negócios e taxas de descontos. Cuja Cia. realiza o teste de redução ao valor recuperável anualmente ou sempre quando há indicativos de que o valor contábil pode não ser recuperável, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 01(R1) / IAS36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Devido às incertezas relacionadas às premissas utilizadas para estimar o valor em uso da UGC, que poderão resultar em um ajuste material nos saldos contábeis, consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria. *Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento sobre a preparação e revisão dos estudos técnicos e análises ao valor recuperável disponibilizados pela Cia.; (ii) análise das premissas utilizadas pela Cia., especialmente as relativas às taxas de crescimento dos negócios, às projeções de fluxo de caixa e às respectivas taxas de descontos, e comparação das premissas utilizadas pela Cia., quando disponíveis, com dados obtidos de fontes externas, tais como o crescimento econômico projetado e taxas de desconto; e (iii) análise das divulgações efetuadas pela Cia. nas DFs individuais e consolidadas. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o valor em uso das UGCs às quais os ágios por rentabilidade futura estão alocados, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das DFs individuais e consolidadas tomadas em conjunto. ***Combinação de negócios – Controladora e Consolidado:*** Conforme divulgado na nota explicativa nº 10, às DFs individuais e consolidadas, o processo da aquisição da totalidade da Driven em 08/10/2024 foi um evento de relevância significativa para a Cia., tanto pelo impacto na estrutura organizacional e financeira quanto pela complexidade dos critérios contábeis aplicáveis. Esta transação foi contabilizada pela aplicação do método de aquisição, que requer, entre outros procedimentos, que a Cia. determine a data de aquisição efetiva do controle, o valor justo da contraprestação transferida, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e a apuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura ou ganho por compra vantajosa na operação. Tais procedimentos envolvem, normalmente, um elevado grau de julgamento e estão sujeitos a um elevado grau de incerteza. Em razão do alto grau de julgamento relacionados, e ao impacto que eventuais alterações nas premissas poderiam ter nas DFs, consideramos este um assunto significativo para nossa auditoria. *Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a leitura dos documentos que formalizaram a operação, tais como contratos e atas e a obtenção das evidências que fundamentaram a determinação da data de aquisição do controle e a determinação da contraprestação transferida e da apuração do custo de aquisição. Com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos a metodologia utilizada para mensuração da participação anteriormente detida, dos ativos adquiridos e passivos assumidos e avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas na projeção de fluxos de caixa, e cálculos efetuados confrontando, quando disponíveis, com informações de mercado, bem como avaliamos a análise de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas sobre os valores apurados e sua relevância em relação às DFs como um todo. Com base nas informações analisadas, analisamos o cálculo da determinação do custo de aquisição e do ágio por rentabilidade futura e avaliamos a adequação das divulgações apresentadas pela Cia.. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os saldos relacionados, assim como, consideramos que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidos. **Outros assuntos:** ***Demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado:*** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31/12/2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Cia., e apresentadas como informações complementares para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das DFs da Cia.. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as DFs e registros, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1)–Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, 2º os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às DFs individuais e consolidadas tomadas em conjunto. ***Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:*** O balanço patrimonial individual e consolidado em 31/12/2023 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar) e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas DFs individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores, que emitiram relatório datado de 28/03/2024, sem modificações. **Outras informações que acompanham as DFs individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Cia. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as DFs individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das DFs individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as DFs ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas DFs individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das DFs individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *"International Accounting Standards Board"* (*IASB*), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de DFs livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das DFs individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das DFs, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Cia. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cia. e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das DFs. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das DFs individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as DFs individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas DFs. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas DFs individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia. e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia. e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas DFs individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das DFs, inclusive as divulgações e se as DFs individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das Entidades ou atividades de negócios do grupo para expressar uma opinião sobre as DFs individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das DFs do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

RJ, 28/03/2025.

BKR - Lopes, Machado Auditores - CRC-RJ-2026/O-5

Mário Vieira Lopes - Contador–CRC-RJ-060.611/O-0